



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 11

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 22 de maio de 2024

Presidente: *Deputado Luis Garcia*

Secretários: *Deputado Paulo Gomes (em substituição da Deputada Nídia Inácio) e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10h02.

Dando cumprimento à agenda, prosseguiu o debate conjunto da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”](#); [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para 2024”](#); e [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”](#).

Assim sendo, e na sequência da intervenção de tribuna sobre a área da Saúde, proferida pela Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*), despoletou-se o conseqüente debate em que intervieram os/as seguintes Sras./Srs. Deputados/as:

José Miguel Toste (*PS*), Hélia Cardoso (*CH*), Dora Valadão (*PS*), Olivéria Santos (*CH*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Salomé Matos (*PSD*), Nídia Inácio (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Sousa (*CH*), Cecília Estácio (*PSD*), Paulo Silveira (*PSD*), Francisco Lima (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Andreia Cardoso (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Jaime Vieira (*PSD*), Russell Sousa (*PS*), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança (*Mónica Seidi*) para responder às questões suscitadas pelas diversas intervenções e também o Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Já na parte da tarde, usou da palavra a partir da tribuna o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural para apresentar as linhas orientadoras do Governo para estas áreas.

Deste modo, intervieram subseqüentemente, os/as Sras./Srs. Deputados/as abaixo indicados:

Patrícia Miranda (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Francisco Lima (*CH*), Paulo Chaves (*PSD*), Luís Soares (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), Ana Jorge (*PSD*), Paulo Silveira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Isabel Teixeira (*PS*), Mário Tomé (*PS*) e novamente o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural para dar resposta às diversas questões despoletadas nas variadas intervenções.

Seguiu-se a área do Mar e Pescas, em que proferiu intervenção da tribuna o Secretário Regional da tutela (*Mário Rui Pinho*), justamente para apresentar as linhas orientadoras constantes dos documentos mencionados tal como constam da agenda de trabalhos.

Como habitualmente, esta intervenção originou o conseqüente debate e intervenções na área do Mar e Pescas, em que intervieram diversamente os/as seguintes Sras./ Srs. Deputados/as:

Gualberto Rita (*PS*), José Sousa (*CH*), Jaime Vieira (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Salomé Matos (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), João Bruto da

Costa (*PSD*), Carlos Rodrigues (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Mário Tomé (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Rui Pinho*), para dar explicações às diversas questões suscitadas no debate e ainda o Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*).

Na ordem estipulada, seguiu-se nas intervenções de tribuna, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), cujo discurso originou um debate em que intervieram os/as Deputados/as José Ávila (*PS*), José Sousa (*CH*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Lubélio Mendonça (*PS*), Francisco Gaspar (*PSD*), Paulo Silveira (*PSD*), Adolfo Vasconcelos (*PSD*), Cecília Estácio (*PSD*), Marlene Damião (*PS*), Rúben Cabral (*PSD*) e novamente a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) na resposta às questões suscitadas.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos proceder à chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos.

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge.

Carlos Henrique Lopes Rodrigues.

Cecília Maria Soares Estácio.
Délia Maria Melo.
Flávio da Silva Soares.
Francisco Manuel Raposo Gaspar.
Jaime Luís Melo Vieira.
João Luís Bruto Costa Machado da Costa.
José Joaquim Ferreira Machado.
José António Marcos Soares.
José Manuel Resendes Leal.
Luís Carlos Correia Garcia.
Luís Miguel Teixeira Raposo.
Luís Carlos Cota Soares.
Nídia Manuela Lopes Inácio.
Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.
Paulo Duarte Gomes.
Paulo Alberto Bettencourt da Silveira.
Paulo José da Cunha Simões.
Rúben Filipe Rebelo Cabral.
Sabrina Marília Coutinho Furtado.
Maria Salomé Dias Matos.

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira Rodrigues
Andreia Martins Cardoso da Costa.
Berto José Branco Messias.
Carlos Emanuel Rego Silva.
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão.

Gualberto Costa Rita.

Inês Soares de Oliveira e Sá.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Sousa Pombo Tavares.

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa.

José Manuel Gregório de Ávila.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Miguel de Freitas Toste.

Lubélio de Fraga Mendonça.

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues.

Luís Miguel Vieira Leal.

Mário José Dinis Tomé.

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros.

Marta Ávila de Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Russell Michael Sousa.

Sandra Micaela Costa Dias.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima.

Hélia Maria Pinheiro Cardoso.

José Eduardo da Cunha Pacheco.

José Paulo Machado de Sousa.

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos.

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto.**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça.**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima.**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves.**

Presidente: Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, entrando na próxima área governativa.

Para o efeito, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Exmo. Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Subo a esta tribuna 18 dias após o incêndio que deflagrou no Hospital Divino Espírito Santo, ciente da enorme responsabilidade e desafios que, mais uma vez, o Serviço Regional de Saúde terá de enfrentar.

Nada temos a apontar ao empenho, à resiliência e à dedicação dos nossos profissionais de saúde, dos nossos bombeiros, da PSP, da GNR e demais entidades públicas, privadas e do setor social que desde o primeiro minuto têm sido inexcedíveis no encontro de soluções para os problemas com os quais nos deparamos diariamente. A todos, muito obrigada!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O HDES esteve totalmente inoperacional, felizmente já não está, mas desde o primeiro minuto foi necessário preparar uma resposta que garantisse a prestação de cuidados de saúde a qualquer utente do Serviço Regional de Saúde, em particular à população da ilha de São Miguel.

Em 24 horas foi possível pôr um “hospital a funcionar fora do hospital”, continuar a dar resposta aos episódios de urgência, identificar os potenciais

riscos das respostas implementadas, e melhorar e eliminar alguns destes mesmos riscos.

Em menos de 24 horas foi possível garantir tratamentos essenciais à vida de um grupo específico de utentes, garantiu-se a possibilidade da realização de cateterismos cardíacos se houvesse um enfarte do miocárdio de qualquer utente da Região e assegurou-se que na Lagoa haveria uma maternidade para a ilha de São Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em 48 horas foi implementada uma resposta descentralizada no âmbito da urgência para doentes sem gravidade clínica, prolongando o horário de funcionamento das unidades básicas de urgência em quatro concelhos da ilha, foi aberto um serviço de atendimento urgente no concelho da Lagoa e, na próxima semana, o mesmo será feito no concelho de Ponta Delgada.

De modo a garantir o normal funcionamento do maior centro de saúde da ilha de São Miguel, a nossa preocupação fixou-se em alternativas temporárias que permitissem a normal atividade do mesmo, e que em simultâneo garantisse camas de internamento em complementaridade com as cerca de 70 inicialmente disponibilizadas pelo Hospital da CUF. Em 48 horas, com o apoio da Cruz Vermelha, planeámos e montámos o Posto Médico Avançado e transferimos o primeiro doente para esta resposta, permitindo assim, hoje, mais 60 camas de internamento.

Como facilmente perceberão os açorianos, estamos perante uma operação complexa, uma operação com riscos, mas na qual nunca foi colocada em causa a segurança dos nossos utentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Perante aquilo que foi e é a atuação das demais instituições do Serviço Regional de Saúde envolvidas nesta operação, é com grande orgulho que mesmo reconhecendo que existem fragilidades no funcionamento do Serviço Regional de Saúde, poderei afirmar sem hesitação que só um SRS sólido conseguiu ser capaz de atender a tamanha adversidade e de forma tão positiva.

Este é, pois, tempo de ponderação. É tempo de união. E de decisão! É mais do que tempo dos utentes do Serviço Regional de Saúde serem efetivamente uma preocupação de todos nós.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Felizmente, este é também o momento de trazer os nossos utentes de volta a casa.

É neste contexto que posso dizer que os resultados da contra-análise ao posto de água que abastece o Serviço de Nefrologia do HDES ontem recebidos estão dentro dos parâmetros da normalidade, pelo que, ainda hoje, com o apoio logístico da SATA, regressarão os doentes que estão na Madeira, seguindo-se no próximo domingo e segunda-feira os doentes que se encontram na ilha do Faial e na ilha Terceira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: No imediato, é necessário proceder à reparação do HDES para que mesmo com limitações, seja possível parte o seu funcionamento, não sendo de descurar a possibilidade de se encontrarem soluções transitórias que permitam, o quanto antes, o regresso de valências que se encontram fora do perímetro do hospital, nomeadamente as áreas dedicadas à urgência que funcionam atualmente na CUF.

À data de hoje, e assumindo que se trata de uma estimativa preliminar que naturalmente será detalhada pelo Grupo de Trabalho criado para este fim, o valor identificado que permite ao HDES assumir os serviços prestados à comunidade é de 24 milhões e 306 mil euros para o ano de 2024. Reitero que este é um valor preliminar que diz respeito a despesas relacionadas com reparações e despesas de funcionamento.

O futuro passa de forma inequívoca por ter um hospital novo, renovado e modernizado, com uma projeção de futuro que dê resposta aos desafios não só dos micalenses, mas de todos os açorianos nos próximos 20 a 30 anos.

Reconhecendo a excecionalidade dos tempos em que vivemos, não deixa de ser missão do Governo Regional continuar o investimento nos profissionais do SRS, valorizando as demais carreiras que o constituem.

A carreira de enfermagem continuará a ser dignificada conforme tem sido apanágio deste Governo.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Os TSDT serão reposicionados ao abrigo da chamada “Lei 34”, conforme já articulado com os sindicatos e impedido pelo chumbo do orçamento em novembro de 2023.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O descongelamento da carreira médica, algo que não acontece desde 2009, será uma realidade.

A carreira dos Técnicos Auxiliares de Saúde será implementada, já com os contributos dos sindicatos envolvidos neste processo.

Ao longo do mandato, este Governo de coligação continuará a trabalhar no sentido de inverter políticas hospitalocêntricas e os últimos acontecimentos provam que esta opção é a mais acertada do que alguma vez poderíamos imaginar.

A aquisição de terrenos amplos para construir um novo Centro de Saúde na Ribeira Grande, é uma antiga e pertinente reivindicação dos ribeيرا-grandenses, possibilitando a construção uma estrutura moderna adequada às necessidades atuais do sector, que funcione em complementaridade com o hospital...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ...não ignorando que o seu propósito está direccionado para os cuidados de saúde primários.

Embora sem imaginar o que viveríamos no passado dia 4 de maio, o Plano de Investimentos para 2024 prioriza a formação dos profissionais do setor ao reforçar a sua verba.

Queremos treinar equipas e antever cenários para que possamos dar as melhores respostas quando passamos da ficção à realidade. Assim, iremos criar na Região equipas médicas de intervenção em situações de exceção e de catástrofe e dar especial atenção a ações de formação viradas para a emergência médica pré e intra-hospitalar.

Em termos de investimentos do PRR e do Açores 2030, iremos continuar a dotar as instituições do Serviço Regional de Saúde de equipamentos adequados, após anos de desinvestimento nesta área e no último trimestre deste ano teremos o lançamento da versão inicial da ‘app’ que permite ao utente do SRS aceder à sua informação clínica constante no Portal do Utente, no âmbito do Hospital Digital.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Exmo. Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Nos últimos anos de governação, as famílias e as pessoas estiveram sempre em primeiro lugar.

Os documentos que hoje aqui trazemos garantem que esta premissa se mantenha, promovendo as respostas necessárias de apoio à infância e juventude, aos idosos e às famílias, à invalidez e pessoa com deficiência, às vítimas de violência doméstica, aos toxicodependentes, à pobreza e à exclusão social.

No que respeita ao envelhecimento ativo, o Programa “Novos Idosos”, que é um exemplo da mudança de paradigma que o XIII Governo implementou nos Açores, será também replicado em vários concelhos. Após o sucesso da 1.^a e 2.^a fases de candidaturas, no próximo mês de junho queremos lançar uma 3.^a fase, totalizando um investimento para este ano de três milhões de euros.

Há que continuar a reforçar as políticas de combate à pobreza e exclusão social, com a participação e cooperação ativa das IPSS e Misericórdias.

Neste sentido, e após ter sido entregue à tutela em fevereiro, pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pretendemos operacionalizar o Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania.

Este é um trabalho que envolverá vários departamentos do Governo Regional, assente em cinco eixos prioritários que pretendem melhorar o rendimento

daqueles que se encontram em risco de pobreza recorrendo a um aumento de transferências de prestações sociais numa primeira fase, ao contrário do que foi feito pela Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, e a médio prazo, investir e continuar a aposta forte e sustentada na educação e formação.

Pretende-se criar uma rede de segurança cumprindo o pressuposto: “Ninguém recai na pobreza”.

Assim, reconhecendo o apoio imediato aos mais vulneráveis, o cheque pequenino será majorado conforme os rendimentos dos seus beneficiários, enfatizando um apoio mais elevado aos que têm rendimentos mais baixos.

Quer isto dizer que, para o 1.º escalão, está preconizado um aumento de 20% para este ano, o que faz com que estes beneficiários recebam um valor de 113,98 euros por mês.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O COMPAMID, que tem vindo a registar um crescimento exponencial de beneficiários, será majorado em 5%, perfazendo um valor total de 608 euros/ano. Recorde-se que este valor em 2018 era de 305 euros e abrangia apenas 5.300 beneficiários. Neste momento chega a 24.770 beneficiários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O esforço de levar os Açores em frente tem um denominador comum ao longo dos anos: de união, de solidariedade, e de resiliência perante os infortúnios, venham eles de onde vierem.

Somos um povo unido, sobrevivente e no final de cada provaçãõ saímos sempre sempre mais fortes"!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado José Toste do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a quem dou a palavra.

Deputado José Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente,.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos este segundo dia de discussão das propostas de orçamento regional, de plano anual e de orientações de médio prazo, precisamente pela área temática em torno da qual se tem centrado todo o debate: a saúde.

Apesar de diversos Deputados do PS Açores já o terem feito, impõe-se nesta primeira intervenção no debate sectorial, dirigir desta tribuna, em meu nome e em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma palavra de apreço e um agradecimento, para com todos os utentes do Serviço Regional de Saúde e seus familiares que de Santa Maria ao Corvo, em virtude do incêndio

que deflagrou no hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada veem de forma total ou parcial, condicionado o seu acesso a cuidados de saúde, em especial para aqueles utentes que, em virtude da sua situação clínica, se encontram deslocados da sua ilha de residência, longe do conforto das suas casas, longe do regaço dos seus familiares.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É isso tudo!

O Orador: É de enaltecer os estoicismo, a coragem e a perseverança destas nossas gentes que ao infortúnio da doença, juntam apenas e só a incerteza de uma retoma que se diz faseada e lenta.

Um agradecimento a todos os trabalhadores e voluntários do Serviço Regional de Saúde, das associações de bombeiros, das instituições particulares de solidariedade social, das Misericórdias, da Cruz Vermelha e tantas outras organizações, instituições e empresas que, desde a primeira hora, perante o trágico incidente, se mobilizaram e ainda hoje se mobilizam para minimização de todos os danos de curto, médio e longo prazo causados por aquele incidente, extensivo, como não poderia deixar de ser, a todos os dirigentes destas instituições o qual se sintetiza numa simples, mas ao mesmo tempo significativa palavra: Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Tão simples e significativa que julgo reflete não só a gratidão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista como a de todos os Deputados desta Assembleia Legislativa Regional e, assim sendo, tem a virtude de afastar a tentação a que alguns, infelizmente, não resistem de considerar de forma errada que qualquer crítica, observação ou reparo ao Governo Regional no contexto desta temática ou até mesmo – pame-se! - a realização de reuniões solicitadas e

aceites com conselhos de administração de unidades de saúde, são uma ofensa à honra dos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde e à dignidade dos seus utentes.

Não o são.

Pelo contrário, e disto que devem ter a certeza os açorianos e todos os Deputados desta Casa, as críticas, observações ou reparos à atuação do Governo Regional que foram feitas e que o Partido Socialista em momento algum se demitirá de fazer têm sempre como critério, fundamento e limite, a salvaguarda da dignidade dos utentes, a preservação da honra dos trabalhadores ou, numa formulação mais genérica, a defesa do interesse público regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Ainda neste contexto, impõe-se esclarecer que os Deputados do Partido Socialista reuniram com alguns conselhos de administração com o intuito exclusivo de perceber junto de quem está no terreno as implicações da calamidade.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima):

Sim, sim...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Tem tanta necessidade de se justificar?!

Ainda não parou de se justificar, Sr. Deputado!

O Orador: ... que é, sem margem para dúvidas, a inoperacionalidade do hospital do Divino Espírito Santo. E a mensagem transmitida de modo transversal foi que, a breve trecho, vão ser necessários mais recursos, sejam estes financeiros, humanos ou materiais, para que o Serviço Regional de Saúde garanta uma resposta eficaz e de qualidade a todos os utentes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é uma verdade de La Palice.

O Orador: A mera constatação destas necessidades do Serviço Regional de Saúde não pode nem deve ser considerada como uma tentativa de lançar o pânico...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Foi o que fizeram!

O Orador: ... pois as necessidades são evidentes e inclusive já foram admitidas, ainda que de forma genérica, abstrata e insuficiente, e agora pela Sra. Secretária de forma concreta, pelo Governo neste debate, quando o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública afirmou ser necessário o desenho de medidas orçamentais que, para já, se impõe numa situação inédita e de profunda excecionalidade, temos de prever fundos e medidas para orçamento e plano de 2024. Ou seja, é já um dado assumido por todos, executivo regional, grupos e representações parlamentares da posição e da oposição, naturalmente por uns de forma mais aberta e direta por outros, de forma mais velada indireta, que as propostas de orçamento, plano e orientações de médio prazo que estão em discussão na sua redação atual, são manifestamente incapazes de dar resposta às necessidades do Serviço Regional de Saúde na situação de calamidade existente.

Não podemos deixar de afirmar que para o Partido Socialista, estas propostas eram já insuficientes para dar resposta devida e necessária aos desafios que no momento da sua apresentação, já se colocavam ao Serviço Regional de Saúde, o que significa, por maioria de razão, que a inoperacionalidade do hospital do Divino Espírito Santo veio agravar a incapacidade dos documentos para responder àquelas que são as necessidades cada vez mais prementes do Serviço Regional de Saúde. Ou seja, se as propostas de orçamento e plano no setor da saúde eram já pouco credíveis, e em nosso entender inadequadas, neste momento, em virtude do incêndio do hospital do Divino Espírito Santo, a sua inadequação é evidente e à partida reconhecida por todos.

Assim sendo, todas as temáticas que seriam relevantes num contexto de normalidade neste debate em matéria de saúde, passam a ser necessariamente perspetivadas, tendo em consideração a situação de calamidade.

Por exemplo, a débil execução do plano de 2023 na área da saúde deve ser perspetivada como um alerta para a necessidade de um maior esforço de execução do plano, se aprovado, em setores determinantes para a resposta à situação de calamidade; ou por exemplo, o agravamento entre 2022 e 2023 do tempo médio de espera em lista de inscritos para cirurgia, invertendo uma tendência de redução iniciada em 2018...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): 2018?! Ai que horror!

O Orador: ... apenas excecionada nos anos da pandemia da COVID-19, deveria ser perspetivada como um alerta para os problemas que naturalmente se vão colocar em matéria de recuperação de listas de espera neste período de calamidade.

No entanto, a estratégia delineada pelo Governo regional de aproveitamento da situação de calamidade condicionou a discussão do plano e orçamento e aquilo que desejavelmente poderia ter sido um debate franco e leal para a salvaguarda do Serviço Regional de Saúde.

Se na área da saúde, vivemos uma situação de calamidade juridicamente declarada e politicamente reconhecida, não é menos verdade que na área social, especificamente em matéria de pobreza, o atual contexto de degradação dos indicadores sociais é, em certa medida, calamitoso.

Entre 2021 e 2022 nos Açores, verificou-se um aumento da taxa de risco de pobreza após transferências sociais, que passou de 21,9% para 26,1%.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Era de 37% em 2018!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E como era antes?

O Orador: No mesmo período, a taxa de privação material e social na Região passou de 8,7% para 12%.

Acresce que nos Açores também se ficou um aumento da desigualdade, passando de um coeficiente de Gini de 33% para 36%.

Por detrás da abstração destes dados estão pessoas, ou seja, mais açorianos, pelo menos mais 4 em cada 100 estão em risco de pobreza, mais açorianos que estão numa situação de privação material e social, pelo menos mais 3 em cada 100. E verifica-se

uma cada vez mais acentuada diferenciação entre os rendimentos dos açorianos mais ricos e dos açorianos mais pobres.

Perante este cenário já conhecido aquando da apresentação das propostas de orçamento e plano, situação evidentemente distinta da calamidade em matéria de saúde, é incompreensível que na área social, entre a proposta de plano rejeitada por esta Assembleia e a proposta agora em discussão, tenha ocorrido um corte abrupto e significativo de 9,4 milhões de euros, ao mesmo tempo que os dados estatísticos indicam um claro retrocesso dos indicadores sociais...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É falso!

O Orador: ... que são em certa medida o reflexo do abandono da estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, sem que tenha havido a sua substituição por um qualquer outro instrumento que permitisse o enquadramento de políticas públicas em matéria de combate à pobreza.

Bem sei, Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, que esta é uma área que só recentemente passou para a sua tutela. No entanto, não poderia deixar de alertar para a pesada da herança que recebe.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade! É bem verdade! *Boca santa!*

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade, a vossa herança!

O Orador: Não uma herança do Partido Socialista, mas sim, uma herança já dos 3 anos de governação da coligação, onde a Região claramente regrediu e divergiu do resto do País em matéria de indicadores sociais.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

Deputado Carlos Silva (PS): Não vai responder Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eu não respondo a caloiros. Estou à espera dos seniores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo CHEGA a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No plano de investimento para 2024 na área da saúde, temos a Ação 6.4.10 – “Serviço Regional de Saúde 2030, planeamento de recursos humanos” com uma dotação de 20 mil euros. Poderão dizer que a quantia não é significativa para uma intervenção, não concordo, claro.

“Inventariação das necessidades ao nível dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde” - segundo a explicação dada pela Sra. Secretária à Comissão dos Assuntos Sociais aquando da audição dos Membros do Governo, esta ação tem por objetivo aferir quantos profissionais da área clínica são necessários.

Sabendo que a Direção Regional da Saúde tem direções de serviços para a gestão de recursos humanos, tem uma direção de serviços para gestão de cuidados de saúde, tem outra para a contratualização de indicadores e produção assistencial;

Sabendo que as nossas unidades de saúde têm conselhos de administração para gerir a prestação de cuidados de saúde nas nove ilhas, que decerto conhecem as suas necessidades de pessoal;

Relembrando que os nossos hospitais articularam-se de forma eficaz para resolver a situação provocada pelo incêndio no HDES, o que mostra a sua capacidade de reação aos problemas, eu não percebo, o CHEGA não percebe e acredito que os açorianos também não, porque existe a necessidade de gastar 20 mil euros, provavelmente num consultor externo, para avaliar o número de enfermeiros que o Serviço Regional de Saúde precisa para os próximos 5 ou 10 anos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): A senhora sabe bem como é que isso funciona.

A Oradora: Quando até existe um Regulamento, o 743/2019 publicado no Diário da República, que resulta de um acordo entre a Ordem dos Enfermeiros e o Ministério da Saúde, com a metodologia para o cálculo das dotações seguras de enfermagem para os cuidados de saúde primários e diferenciados, ou seja, já existe uma metodologia.

Já para calcular o número de médicos, é preciso definir em primeiro lugar que especialidades são necessárias e adequadas para cada hospital.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Ora bem. Está a ver como já está a chegar lá?

A Oradora: O que decerto a tutela da saúde, em conjunto com os hospitais, com conhecimento das especificidades do SRS, estão mais bem posicionadas para o fazer do que um consultor externo.

Vamos tirar partido dos recursos da administração pública, em vez de lhe passar um atestado de incompetência, para que o provérbio popular *santos de casa não fazem milagres* não se aplique a esta situação.

Vamos direcionar o valor desta ação para aquisição de veículos, nem que seja apenas um, para ser utilizado nos cuidados domiciliários que atualmente contam com viaturas que passam mais tempo nas oficinas por já terem ultrapassado a sua vida útil, do que ao serviço das equipas de enfermagem.

Volto a afirmar, a Região não é rica, logo tem de rentabilizar os seus recursos.

Tenho dito.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Dora Valadão.

(*) Deputada Dora Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao pretendermos fazer aqui algumas considerações no âmbito da solidariedade social, constatamos que nos últimos três anos não houve aumento de vagas em creches, o que foi feito por via administrativa, aumentou o número de crianças por sala e houve encerramento de salas de jardim de infância que passaram para creches, o que torna inadiável as ampliações e obras propostas.

Relativamente ao programa Novos Idosos deve ser prioritário nos concelhos onde as ERPI's estejam completamente lotadas e onde existe lista de espera. E que seja feito em conjugação com as redes de equipamentos sociais existentes.

Este é um programa importante para tentar colmatar a falta de lugares, mas que não se descure a capacitação dos cuidadores que consideramos de primordial importância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é graças ao seu partido de certeza!

A Oradora: De realçar o inevitável acompanhamento por técnicos credenciados.

Quanto ao programa GERMOV, é um programa que visa dotar as IPSS de viaturas elétricas novas para substituição das existentes, bem necessárias para o bom funcionamento das mesmas. Alertamos para uma maior celeridade dos processos de candidatura e de pagamento dos mesmos e que, de facto, a intenção passe à ação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em 6 meses?!

A Oradora: Até posso lhe dar mais tempo se o senhor quiser. Tenho provas.

O aumento contínuo do salário mínimo não tem sido acompanhado na devida altura pelos duodécimos que são distribuídos pelas Misericórdias.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Porque será?

A Oradora: Há necessidade de ser revisto e atualizado o valor padrão.

Há neste momento IPSS que estão estranguladas financeiramente e não têm capacidade de resposta para fazer face às despesas inerentes ao seu funcionamento.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já estiveram bem piores, Sra. Deputada!

A Oradora: No capítulo da saúde, a ilha das Flores tem sido sistematicamente esquecida nos últimos anos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ó senhora, tem lá 5 médicos!

A Oradora: Tem-se verificado uma degradação progressiva da oferta, ou seja, a necessidade premente de fazer obras no serviço de fisioterapia para que este serviço fique aberto a todos os utentes e nas devidas condições.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Esse discurso foi escrito em 2019?

A Oradora: As viaturas para além de estarem obsoletas, estão avariadas, o que faz com que a administração recorra a veículos de outros serviços também estes velhos para servir o apoio domiciliário que é prestado por dois

profissionais que se revezam alternadamente para poder dar apoio à ilha na sua totalidade, arrastando consigo todos os inconvenientes que envolve. E lembro aqui que foram adquiridas viaturas para outros serviços na ilha das Flores em relação aos quais nós não estamos contra, mas achamos que devia de haver prioridades.

A falta de recursos humanos, bem como assistentes operacionais, enfermeiros, terapeuta ocupacional, terapeuta da fala psicomotricista, é uma realidade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E cardiologista, não falta?

A Oradora: A necessidade de criação de lugares de técnicos auxiliares de saúde é muito premente.

Está orçamentado um ataque para a unidade de saúde que o PRR suporta. Este é só o equipamento, mas tarda e muito a realização da obra para a sua instalação.

Ainda falta a segunda fase do arquivo e aprovisionamento. Para quando?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando houver orçamento.

A Oradora: Continuamos com um problema de desertificação, de falta de desenvolvimento, de carência aos mais diversos níveis, falta de habitação e condições para que os jovens possam voltar à ilha, nomeadamente aqueles que enveredaram pelas carreiras da saúde.

A ilha tem que ser mais atrativa. Tem que ser criados incentivos de apoio para quem escolhe lá viver.

Muitas vezes os concursos ficam desertos e bastas vezes, ao serem preenchidos, é por pouco tempo, sendo um trampolim para entrar na função pública.

Há que reverter esta situação, contrariando o envelhecimento a que estamos sujeitos, executando as obras a que temos direito para um desenvolvimento harmonioso da nossa Região.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Isso é só agora?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é novidade, o CHEGA tem defendido ao longo dos últimos tempos a prioridade nas creches e defendemos que deve ser para crianças com ambos os pais a trabalhar.

A minha pergunta, Sra. Secretária, é saber se o Governo está a pensar rever esta regulamentação ou vai continuar a dar prioridade a quem não trabalha, discriminando, assim, negativamente os pais que trabalham (ambos os pais) e que muitos deles até têm que deixar de trabalhar para poderem ficar em casa a cuidar dos seus filhos?

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra de solidariedade e de apreço para com todos aqueles deram resposta ao incêndio no HDES e tudo o que dele decorreu, em especial, como é natural, para os utentes que viram a sua vida muito afetada por este terrível acontecimento.

Sra. Secretária finalmente, e ainda bem, temos uma estimativa de custos para este ano relativamente ao impacto do incêndio no HDES.

Os 25 milhões que anunciou significam um esforço financeiro para este ano de 4 milhões de euros da parte da Região, considerando o compromisso anunciado pelo Sr. Presidente do Governo relativo à comparticipação de 85% por parte do Governo da República.

Como dissemos, todos os custos são problema para a Região, mas o principal custo desta situação é o custo na saúde, dos utentes terem consultas, tratamentos e cirurgias, adiados, bem como as suas deslocações e os transtornos que isso traz à sua vida.

Esta situação é sério alerta para o caminho da insustentabilidade que o Serviço Regional de Saúde estava, e está, a seguir. É um sério alerta.

A falta de investimento nos hospitais e no Serviço Regional de Saúde, em geral, é gritante. Nos últimos anos ele tem sido praticamente nulo nos hospitais. Este ano não há um cêntimo para novos equipamentos. Ora, este é um alerta grave para o caminho de insustentabilidade que o Serviço Regional de Saúde percorre.

Como é que um hospital faz investimento quando os hospitais na Região têm 33 milhões de euros de prejuízo em 2023?!

Este é um caminho de insustentabilidade.

Este Governo deixa mais de 49 milhões de euros de dívidas a fornecedores. É um caminho de insustentabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como no seu tempo. Também estava a ficar insustentável.

O Orador: É preciso e é urgente um plano de modernização e de capacitação, de equilíbrio financeiro do SRS para ele responda aos utentes, responda à saúde e tenha capacidade de responder a cada dia, a cada um dos problemas de saúde que têm os açorianos e açorianas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É, o melhor é fechar os hospitais para não fazer dívida!

O Orador: Com este Governo e com este plano e orçamento, não vimos até aqui absolutamente nenhuma resposta a estes problemas.

A falta de investimento e o caminho de insustentabilidade é inegável pelos números que o Governo apresenta a este Parlamento neste orçamento.

Por isso, é preciso mesmo mudar de rumo e *arrepiar caminho*.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Acabou o seu tempo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O hospital do Divino Espírito Santo, o maior hospital da nossa Região, obviamente é um tema central. Também é certo que nisto, temos que estar juntos e vamos estar juntos.

Pelas conversas que temos mantido, o Sr. Presidente do Governo tem-nos mostrado esta disponibilidade, de sermos sempre parte da solução e nunca ser qualquer fonte de problemas. E num caso tão dramático como este, nós temos mesmo que estar todos juntos e é isso que devemos fazer. Independentemente das nossas posturas críticas, que vamos manter, porque é para isso que cá estamos.

Quero, também, ressaltar aqui – sempre o fizemos – que eu não quero que tudo seja depositado no hospital de Ponta Delgada e que se esqueçam dos outros centros de saúde espalhados pelas nossas ilhas e, inclusive, na ilha de São Miguel.

É este o alerta que temos que fazer sempre. E há questões que nós já

levantávamos e estamos disponíveis para esperar por elas, como por exemplo, o SAU (serviço de atendimento urgente) no centro de saúde de Ponta Delgada - a maior cidade, é inevitável - em que já o hospital de Ponta Delgada reclamava.

É muito importante que tenhamos este foco: em cada ilha, não desvalorizar os problemas, porque agora temos um problema maior. Ou seja, como diz o povo, e muito bem, “casa roubada, trancas à porta”. Às vezes tem que ser um pouco isso.

Saúdo o Sr. Presidente do Governo pela parte do diálogo que tem mantido com o CHEGA e com o seu Presidente, no sentido de encontrarmos soluções que sejam aceitáveis para todos nós, dando-nos também informações que são fundamentais. E sempre que necessário, pedimos ao Governo que as partilhe com todos, para que estejamos aqui em sintonia e estejamos todos do mesmo lado.

Quando tivermos que brigar ideologicamente, assim o faremos, mas em questões fundamentais, estamos juntos. E o CHEGA está, e sempre estará, do lado dos açorianos, seja qual for o governo que esteja ali sentado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH) Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estive a comparar os orçamentos de exploração, sem a componente de investimento dos hospitais de 2023 para 2024.

O HDES, em 2023, tinha 145 milhões 966 mil e agora em 2024, tem 145 milhões 250 mil. Eu Acredito que isto vá ser revisto devido à situação.

O hospital de Santo Espírito da ilha Terceira tinha, em 2023, 83 milhões 137 mil, agora tem 86 milhões 656 mil, ou seja, cerca de 3 milhões a mais.

O hospital da Horta, em 2023, tinha 31 milhões 494 mil, agora tem 34 milhões.

Tendo em atenção a dívida registada no fim do ano passado, a 31 de dezembro de 2023, o HDES tinha 90 milhões. O HSEIT tinha 43 milhões. E o hospital da Horta tinha 22 milhões. E ainda temos os retroativos das revalorizações profissionais para pagar aos profissionais de saúde.

Quais são as despesas que o Governo está a pensar reduzir para que estes hospitais tenham condições para assegurar a sua atividade em 2024, com estes valores do orçamento?

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos por estes dias – hoje também pela boca do Sr. Deputado José Toste - à sequela de um filme que pensámos que já não iríamos ver, quando num passado não muito recente, infelizmente, um Sr. Deputado da bancada do PS nos habituava a vir gerar alarmismos e insegurança na população. De tão fracassada que foi essa tentativa, não era de esperar que ela voltasse a acontecer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas alarme em quê?!

A Oradora: Insistir numa tentativa de causar alarme na população, sugerindo que em virtude do incêndio que deflagrou no hospital do Divino Espírito Santo, estariam de alguma forma em causa os cuidados de saúde prestados à população, é grave e descabido.

A atitude frenética de realizar reuniões, colide com aquilo que é um espírito de solidariedade anunciado, porque na verdade, pretende mais desestabilizar do que ajudar e, hoje mesmo, pudemos observar isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tinham informação privilegiada!

A Oradora: Também gostaria de congratular os profissionais de saúde e os agentes de proteção civil, por si só não chega quando, continuamente, nos colocamos numa posição em que atrapalhamos mais do que ajudamos. E é hora efetivamente de deixar os governantes e quem está no terreno trabalhar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe lá, Sra. Deputada, nós vamos embora!

A Oradora: Têm sido inúmeras as manifestações que nos permitem afirmar que esta situação tem sido exemplarmente gerida. Em 18 dias as necessidades da população, do Corvo a Sta. Maria, foram acauteladas ao nível da prestação dos cuidados de urgência que são fundamentais.

Vir o Sr. Deputado José Toste dizer que a população está “sujeita” e espera tão só a “faseada e lenta retoma”, não seria de esperar outra coisa. Não estamos a falar do hospital da *Dra. Brinquedos*. Estamos a falar do maior hospital da Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os cuidados de saúde foram assegurados contando com aquilo que foi a articulação e disponibilidade não só das outras unidades da ilha de S. Miguel, mas também do restante arquipélago e da Madeira. E isso também se conseguiu motivando e dando condições aos profissionais de saúde e estabelecendo um conjunto de sinergias entre as instituições.

Da parte da sociedade civil e de todos os intervenientes, tivemos rasgados elogios à forma célere como esta situação, de si já complexa, foi conduzida.

Dizer que os documentos que aqui hoje apreciamos não correspondem, gostava que me explicasse se está efetivamente convencido disso? Porque não só estes documentos que aqui hoje apreciamos resultam e são a prova de que este Governo, mesmo durante este período de crise, não esquece todo o trabalho que tem de corresponder em matéria de saúde, e esses documentos, sejam as Orientações de Medio Prazo, seja o Orçamento, resultam do Programa do Governo já aprovado e, inclusive, duma agenda de governação. Quando se diz de forma repetitiva que estes são documentos *de repetição* e que não interessam, nada mais falso.

São documentos de continuidade que correspondem àquilo que foi a agenda de governação apresentada e à qual os açorianos chegaram-se à frente e disseram sim no dia 4 de fevereiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, aquilo que estamos a fazer e que apresentamos nestes documentos, é tão somente cumprir com o que nos comprometemos face ao voto de confiança que os açorianos nos deram.

Este Governo de coligação deu uma resposta positiva que os profissionais de saúde esperavam há anos, não só em termos e dignificação das suas carreiras, como na beneficiação de infraestruturas que foram abandonadas durante anos das quais os senhores agora vêm falar, como se as instituições tivessem começado a apresentar danos nos últimos três anos.

Os números crescentes, as reduções das listas de espera, a aquisição de equipamentos de saúde, a oportunidade de aproveitar os fundos do PRR para investir em equipamentos que eram efetivamente necessários, são prova dum trabalho de mérito que deve ser reconhecido aos atuais e anteriores governantes da pasta da saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os cuidados de saúde primários enfrentaram ao longo de dois anos um desafio imenso, fazendo face à Covid 19. Ainda assim, conseguiram adaptar e em cada ilha fazer face às necessidades maiores. Tivemos mais consultas de nutrição numa Região que, infelizmente, apresenta níveis de obesidade acima daqueles que seriam esperados.

Tivemos mais exames auxiliares de diagnóstico, mais consultas, principalmente nas ilhas sem hospital.

Tivemos, por exemplo, mais consultas de psicologia numa altura em que se sabe que a população está cada vez mais vulnerável e que a intervenção destes profissionais é fundamental.

Temos mais valências hoje do que no passado, mais valências na saúde e fora da saúde, como é o caso da educação.

Foi feito um investimento sem paralelo em técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica ao serviço da população na área da educação.

Estamos a falar de 74 profissionais de 2021 até ao presente, ao nível de psicólogos, assistentes sociais, terapeutas da fala, psicomotricistas e técnicos superiores da área da educação.

Deputado António Lima (BE): É preciso é pagar! Quando é que paga?

A Oradora: A deslocação de especialistas para as ilhas sem hospital, tem sido crescente com números cada vez maiores de exames realizados e número de dias de deslocações que não têm paralelo à última década, aquilo que assistimos hoje.

Se atendermos à atividade cirúrgica dos três hospitais, pelo menos dois deles têm vindo a ter, comparando com 2019, um maior número de doentes operados dentro dos tempos máximos de resposta garantidos. **O tempo médio da lista de espera de doentes inscritos em 2023, foi menor se compararmos com 2019, com uma diferença de 100 dias. Em 2019, o tempo médio centrava-se à volta dos 480 dias. Neste momento, dados do final de 2023, falamos de 373 dias, o que corresponde a menos 100 dias de espera.**

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDS/PP):
Exatamente! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O número de doentes em lista de espera cirúrgica, durante o ano de 2023, foi em todos os meses do ano, mais baixo do que 2019. O número de cancelamentos foi também ao longo de 2023, praticamente todos os meses, inferior a 2019.

Em 2023 foram realizadas quase 27.000 cirurgias, um número apenas superado em 2022.

A cobertura de médicos de família é superior a 97% em 6 milhas, enquanto apenas em 3 ilhas encontra-se abaixo dos 85%. E nessas ilhas, este fenómeno também é justificado com a falta de investimento que correu, ao não substituir os profissionais, nomeadamente médicos, cujo limite de idade para aposentação se aproximava e nunca foi acautelado. Temos como exemplo disso a Unidade de Saúde da ilha do Faial que, desde 2015 até 2022, nunca abriu um concurso para médicos de clínica geral e familiar, quando tinha um leque de profissionais que atingiriam nesse período de tempo o limite de idade.

Melhores resultados conseguem-se com melhores recursos. E com recursos mais motivados. E é isso que este orçamento traz. Vem cumprir com o que já havia se comprometido, dando continuidade a anos anteriores e ao que já tinha apresentado em outubro do ano passado e que, infelizmente, por uma maioria de esquerda vimos rejeitados estes documentos.

Deputado António Lima (BE): *Maioria de esquerda?!*

Ui o Deputado Barata agora é de esquerda?!

A Oradora: Desde outubro do ano passado que os profissionais aguardam a regularização dos contratos COVID...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Deputado Barata é comunista e não sabia!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado Nuno Barata)

A Oradora: Este orçamento prevê o alargamento da mobilidade intercarreiras. A valorização da carreira médica especial, das carreiras de enfermagem, contagem de tempo de serviço de enfermeiros na proteção civil. O reposicionamento dos técnicos – imagine-se! – que implica a aplicação da Lei 34/2021, que (estranhamente) ainda recentemente o Bloco de Esquerda vem agora perguntar porque é que ainda não está. Pois não está, porque a proposta

de orçamento foi chumbada em novembro, porque já lá estava e o senhor sabe que há um artigo que garantia a aplicação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não gosta é da verdade!

A Oradora: Oh Sr. Deputado António Lima...se contássemos com a sua colaboração era muito mais profícuo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Temos o reforço para os incentivos a médicos e enfermeiros. A correção do reposicionamento aos enfermeiros que esperaram mais de uma década e que nunca viram cumpridas as promessas que lhes foram feitas em vésperas de eleições, mas que agora, sim, muitos já foram reposicionados e outros que o tempo veio a mostrar que era preciso afinar os reposicionamentos, nomeadamente enfermeiros-chefes e enfermeiros-especialistas que, agora, por via da aprovação deste orçamento, veem resolvidas graves injustiças.

Falo também dos aumentos de 15 pontos percentuais nas diárias das deslocações, para fazer face àquilo que são as despesas das famílias. Ou a atualização do valor do complemento. Ou seja, muitas destas questões já podiam estar hoje resolvidas, não fosse estarmos a discutir o tal (mesmo), mas muito bom, documento de há seis meses atrás.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A par do investimento no capital humano, tivemos investimentos sem paralelo naquilo que são os equipamentos e infraestruturas.

Neste momento, os documentos que esta semana discutimos e que o Grupo Parlamentar do PSD e a Coligação que suporta este Governo pretendem e anseiam poder corresponder, finalmente, às necessidades dos açorianos, permite que sejam feitos investimentos, nomeadamente na ordem de quase 10 milhões

para apetrechar e modernizar o Serviço Regional de Saúde, uma lacuna gravíssima que governações anteriores do PS tentaram a todo o custo (muito custo) resolver e que não lhes foi possível.

Resolve este plano questões no que toca a inter-operacionalidade dos sistemas entre instituições que infelizmente foi um aspeto que dificultou nomeadamente a situação em que se encontra neste momento a gestão do HDES, em que foi preciso deslocalizar serviços para outras instituições e onde a dificuldade de incompatibilização dos sistemas informáticos, trouxe dificuldades acrescidas aos profissionais de saúde.

Portanto, todos os projetos que hoje aqui a Sra. Secretária já teve oportunidade de elencar, e que estão plasmados nestes documentos, merecem a nossa aprovação, deveriam merecer a aprovação de todos que aqui estão presentes, porque correspondem efetivamente àquilo que é necessário.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O apoio à natalidade Nascer Mais vai ser alargado neste plano e orçamento a todos os concelhos dos Açores, estando inscritos 2 milhões de euros para este efeito.

Trata-se de uma medida que saudamos, desde logo, porque esta foi sempre a intenção do CHEGA, desde a primeira hora, quando trouxe esta proposta a esta

Assembleia.

A minha pergunta, Sra. Secretária, é saber se a atribuição deste apoio vai manter-se nos mesmos moldes do passado ou se será feito por patamares, consoante os rendimentos de cada família, tendo também em conta quem já recebe apoios sociais, como é o caso do RSI.

A minha outra pergunta é no sentido de saber qual o método de utilização? Se também será nos mesmos moldes, ou seja, para ser utilizado nas farmácias da Região.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A solidariedade social é uma área fundamental numa sociedade que se quer solidária, inclusiva e integrativa. Implica que o nosso olhar sobre a pobreza seja disruptivo, não repetindo os mesmos ciclos que nos trouxeram até aqui.

Continuaremos ao serviço dos açorianos, fazendo um caminho de continuidade e progresso, com percurso de respeito e consideração por todos, especialmente pelos que mais necessitam, os mais desprotegidos, gerando políticas sociais quer no apoio à infância e juventude, no apoio à família e comunidade e serviços, aos públicos com necessidades especiais, apoio aos idosos, proporcionar aos açorianos igualdade de oportunidades, inclusão social e combater a pobreza sempre assente numa política de diálogo responsável, de valorização e de respeito para com todos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É bom relembrar esta Câmara que este Governo de coligação PSD/CDS/PPM, implementou políticas sociais com uma visão integradora, garantindo a proteção social dos açorianos que se encontravam numa situação de fragilidade, principalmente as crianças e os idosos.

Os açorianos beneficiarão do plano e orçamento para 2024 com um forte pendor social da história da autonomia.

Com este orçamento, os açorianos continuarão a beneficiar do apoio à natalidade – Nascer Mais.

Agora, com este orçamento, será alargado a todas as ilhas, isto é favorável aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Com este orçamento, os açorianos continuarão a beneficiar, cresce gratuitas, Sra. Deputada Dora Valadão, através de um regime de isenção para todos os escalões, assim como amas gratuitas.

Eu só quero relembrar aqui que em 2019, havia 700 crianças abrangidas pelas creches gratuitas. Em 2024, já estamos com 3500 crianças com creches gratuitas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, houve um aumento exponencial. Francamente! Em 2019 gastaram 167mil. Em 2024, em prol das nossas crianças, em prol do futuro dos Açores, temos 4 milhões para as creches gratuitas.

Está contemplado no orçamento a requalificação, remodelação e construção de

creches gratuitas, precisamente porque aumentou o número. Portanto, este Governo não está de braços cruzados relativamente às creches gratuitas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Sra. Deputada Dora Valadão afirmou que não foram abertas novas vagas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi nada disso!

Os senhores ouvem mal e interpretam mal.

A Oradora: Certamente está equivocada.

O PS, como eu disse, tinha 700 crianças em creches gratuitas e nós temos 3500 crianças, quase 4000 crianças.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, houve um aumento exponencial.

Com este orçamento, os açorianos beneficiarão de um complemento regional de abono de família num aumento sem precedentes. É bom para os açorianos, é favorável aos açorianos. Com este orçamento, os nossos jovens que pretendem ingressar no ensino superior, sabem que podem contar com o programa de apoio ao pagamento de propinas e com o programa de apoio ao pagamento de bolsas de estudo.

É favorável ou não aos açorianos?

É favorável aos nossos jovens!

Deputado João Vasco Costa (PS): A Sra. Deputada tenha calma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ouça, Sr. Deputado João Costa.

Em 2019, tínhamos 40 alunos a beneficiar destas medidas. Em 2023 e 2024

temos 1103 alunos a beneficiar destas medidas.

Com este orçamento o programa inovador Novos Idosos será alargado a todas as ilhas. Foi um projeto piloto que foi avaliado, teve sucesso e agora será alargado a todas as ilhas.

É fundamental os nossos idosos envelhecerem na sua própria casa.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não sei se chega a Sta. Maria. Convido-vos a visitar a ilha.

A Oradora: Sra. Deputada Joana Pombo, com este orçamento, ele será alargado a Sta. Maria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Com este com este orçamento será feita a atualização do valor do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos, o bendito COMPAMID. E foi com este Governo de coligação que ele foi simplificado. E agora como a Sra. Secretária disse, e muito bem, os beneficiários desta medida irão receber 609 euros.

É favorável aos açorianos ou não é favorável aos açorianos?

É favorável aos açorianos!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Com este orçamento será majorado o complemento regional de pensão, o cheque pequenino, em todos os escalões com base nos rendimentos que, como a Sra. Secretária disse, não é igual para todos. O primeiro escalão vai

receber mais, pois é majorado em 20%.

É favorável aos açorianos?

É favorável aos açorianos!

Eu quero relembrar aqui nesta Câmara, porque às vezes a memória é curta, que este cheque pequenino esteve congelado desde 2016 até 2020.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Chiça, tanto tempo!

A Oradora: Com este orçamento será dada continuidade à modernização da frota automóvel do tecido social. Sim, porque o orçamento foi reprovado em novembro e agora se for aprovado, a frota será modernizada cada vez mais nas nossas e IPSS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos que a pobreza é uma situação alarmante, intolerável e é uma grave ameaça aos direitos humanos e fundamentais. A pobreza e a exclusão social são problemas estruturais da Região Autónoma dos Açores, por demais sérios para serem retirados dividendos políticos.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Muito bem!

A Oradora: O índice de Gini em 2019, era 37.3. Em 2024, é 34.9. É um problema que não se resolve de um momento para o outro. E todos nós aqui dentro sabemos que não se resolve de um momento para o outro.

Em 2019, o Dr. Fernando Diogo, académico da nossa Universidade dos Açores, afirmava que “a pobreza é um problema especialmente grave nos Açores”. Não é de agora que é grave.

A investigadora Susana Peralta, afirma que a nossa Região – por isso fazemos jus ao nome - é RUP, mas não é porque somos ricos. Ela também, refere que a pobreza nos Açores tem causas estruturais. É a Sra. Susana Peralta que diz que “a pobreza nos Açores tem causas estruturais que justificam a existência de transferências sociais generosas”.

Há uma outra solução: educação e qualificação a médio prazo.

Também quero relembrar aos Srs. Deputados e aos açorianos que há um acordo com a Universidade de Coimbra para analisar as causas da pobreza da Região Autónoma dos Açores.

É muito importante relembrar que foi com este Governo de coligação que o número de famílias que recebem o rendimento de inserção social baixou. Só como exemplo, em 2018 tínhamos 19 mil integrados no rendimento de inserção social. Em 2022 passámos para 9 mil 679 integrados. E agora estamos abaixo dos 10 mil.

Portanto, isto é favorável aos açorianos ou não é favorável aos açorianos?

É favorável aos açorianos!

E agora uma pergunta à Sra. Secretária: será possível a senhora clarificar os açorianos como será operacionalizada a formação que será ministrada às famílias que recebem o rendimento de inserção social?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, açorianos:

O plano regional e a proposta de orçamento continua a promover o apoio às famílias e às empresas, dada a conjuntura muitíssimo desfavorável conjugada com esta inflação.

Com as medidas previstas nesta proposta de orçamento as famílias ficarão mais bem preparadas para enfrentar o incerto futuro económico que nos espera, já com o presente marcado pela inflação.

Este Governo está ao serviço dos açorianos.

Primeiro os açorianos.

Todos nós somos responsáveis na definição dum futuro cada vez melhor para os Açores. Saibamos todos estar unidos e confiantes nesta missão: bem servir os açorianos.

Este é o momento de unir!

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra pelo CHEGA o Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão da fiscalização das fraudes no rendimento social de inserção e outros apoios, é crucial para garantir a integridade e eficácia desses apoios sociais.

Defendemos que a locação de fiscais dedicados a esta tarefa é fundamental para identificar e definir abusos e assegurar que os recursos chegam a quem realmente necessita.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Por isso, é importante saber quantos fiscais estão previstos para desempenhar esta função e enfrentar e evitar os abusos que estão a acontecer no nosso sistema.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Estácio.

(*) Deputada Cecília Estácio (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A saúde é o nosso bem mais precioso. Por isso mesmo, o foco deste Governo

Regional está claramente nas pessoas.

São inúmeras as medidas apresentadas no plano regional anual para 2024, que se focam nas pessoas e na melhoria da qualidade de vida das famílias.

Para os florentinos, é de extrema importância a aquisição e instalação do aparelho de TAC. A aquisição de um aparelho, ao contrário daquilo que já foi dito aqui de que não há aquisição de equipamentos. Pelo que questiono a Sra. Secretária acerca do aparelho de TAC que vai para a ilha das Flores, de qual é o ponto de situação da aquisição do mesmo e da futura instalação?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exato!

A Oradora: Este plano não esquece os florentinos.

Como florentina, não podia deixar de mencionar uma medida que é uma esperança naquilo que tem sido ao longo de muitos anos, um problema quase esquecido.

Falo da aquisição do aparelho de estimulação magnética transcraniana para a doença Machado Joseph.

Aquisição de mais um equipamento nunca antes foi encontrado uma solução que viesse dar uma Esperança a todos os portadores desta doença e às suas famílias.

Pelo que congratulo a Sra. Secretária pelo esforço na procura de uma pequena, mas que pode se tornar uma grande ajuda, para a melhoria do dia a dia dos portadores desta doença.

Questiono a Sra. Secretária acerca da previsão da chegada deste aparelho aos Açores e sobre a preparação da equipa técnica que irá trabalhar com o mesmo e assistir os doentes?

A aquisição deste aparelho é fundamental aos florentinos, acima de tudo, é uma medida deste plano e orçamento.

Esta é uma medida deste Governo de coligação.

As pessoas são o nosso foco e os portadores desta doença merecem esta

resposta, merecem a aprovação deste plano e orçamento e merecem o acesso a este equipamento que irá trazer uma luz para aqueles que são portadores desta doença extremamente avassaladora.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a São Jorge, este Governo de coligação tem procurado a melhoria contínua dos cuidados de saúde.

Lembro que foi este Governo de coligação que procedeu à reabilitação do Centro de Saúde das Velas, que permitiu que se faça a ampliação do estacionamento do Centro de Saúde da Calheta, que permite o funcionamento de 24 horas por dia da urgência no Centro de Saúde da Calheta e que tem conseguido mais médicos especialistas para S. Jorge e também mais consultas. Mas há quem desconfie e *levante poeira*.

É o que tem feito o Partido Socialista em São Jorge dizendo - só pode ser por *divindade* - e passo a citar: “O PS/Calheta tomou conhecimento de aparentes movimentações que poderão ter como finalidade o encerramento dos serviços de internamento no Centro de Saúde da Calheta, passando o internamento de utentes de toda a ilha a ser realizado no Centro de Saúde das Velas, tornando o

Centro de Saúde da Calheta numa unidade de cuidados continuados numa camuflada e aparente intenção de esvaziamento de serviços neste centro de saúde, algo que já se suspeitava há algum tempo”. Fim de citação.

Sra. Secretária, para acabar com esta *nuvem*, e para tranquilizar os jorgenses e os calhetenses, pergunto se há alguma intenção deste Governo em alterar alguma valência no Centro de Saúde da Calheta, nomeadamente em relação ao internamento dos cuidados continuados?

Muito obrigado.

Deputado Carlos Rodrigues (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Aguardei ansiosamente pelas perguntas colocadas e após ter sido também alvo de discussão um tema que naturalmente põe muitos açorianos em alerta, não só pelo incidente, mas também porque a saúde desenvolve-se nas outras ilhas e desenganem-se aqueles que pensam que o Governo está demasiadamente centrado na tragédia do HDES e não tem em conta nem acautelar os cuidados de saúde ou medidas da área social nas outras ilhas da Região. Efetivamente, temos de continuar a trabalhar para todos, como sempre fizemos até então.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

A Oradora: Em relação a algumas coisas que foram aqui ditas, naturalmente terei a vontade e a intenção de esclarecer, mas efetivamente continuo a achar que há Srs. Deputados nesta Casa que teimam em não ver a realidade do dia a dia e que preferem (e insistem) num discurso destrutivo sobre o Serviço Regional de Saúde e isso não sendo algo diretamente à pessoa da Secretária Regional, é dirigido indiretamente aos profissionais de saúde. E mais uma vez, eu não tolerarei este tipo de atitude.

Deputado Berto Messias (PS): Esse é um argumento primário.

A Oradora: Em relação àquilo que foi dito pelas diversas bancadas, posso afirmar que acho estranho o Partido Socialista vir falar em escassez de recursos humanos, quando por exemplo em 2019, nos quadros da Região, existiam cerca de 500. Em 2023, este número subiu para 5844 profissionais de saúde. Temos aqui em quatro anos um aumento de mais 844 profissionais de saúde.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Se faltam profissionais?

Naturalmente que sim, pois há áreas carenciadas. Nunca me ouviram dizer o contrário, daí a necessidade de termos uma planificação que não é um levantamento das necessidades que é feito, por exemplo, quando se faz o levantamento do quadro-ilha anual, não; é um levantamento que tenha em conta as principais especialidades e que mais do que tudo, se perceba nas diversas ilhas, atendendo às valências que estão instaladas, quais as especialidades médicas que poderão e deverão ser instaladas numa ótica de complementaridade. Portanto, não é um levantamento das necessidades que se faz no âmbito do quadro-ilha, é sim, numa ótica de complementaridade, perceber em que é que se deve apostar na ilha das Flores, uma ilha que não tem hospital e tem especificidades próprias e em que é que se deve apostar, por

exemplo, na ilha Terceira, que tem dois centros de saúde e um hospital com outros recursos. É esta a ótica de complementaridade.

Acresce, ainda, que neste estudo do Serviço Regional de Saúde 2030, além da parte dos recursos humanos, queremos e devemos acautelar aquilo que são as nossas infraestruturas, para que num futuro próximo, independentemente de quem esteja a governar, não aconteça o que aconteceu ao Governo Regional da coligação quando tomou posse, em que encontrou estruturas completamente obsoletas, sem a manutenção feita dos equipamentos e das próprias infraestruturas que agora leva a que nós exorbitantemente gastemos dinheiro que efetivamente não estaria planeado gastar. E, portanto, é importante garantir e planear o futuro e saber, daqui a dois anos, quais são os equipamentos que necessitarão duma manutenção e quais são os centros de saúde que terão de ser requalificados, para que se possa prever, do ponto de vista da despesa – e como bem disse a Sra. Deputada, os recursos são finitos – alguma antecipação nos valores a serem gastos.

Em relação às propostas pouco credíveis que também já ouvi outra vez nesta Casa, numa tentativa de desvalorizar aquilo que este Governo Regional tem feito, efetivamente, há algo que nos separa - já tive oportunidade de dizer isto e vou continuar a insistir - e o Sr. Deputado José Miguel Toste, porque a taxa de execução é baixa, sim, não o nego e já o assumi em sede de Comissão, portanto, é público, mas efetivamente o orçamento de funcionamento que está diretamente relacionado com o aumento da atividade assistencial é o maior de sempre.

Vamos ao número de consultas hospitalares realizadas, temos aqui a cor-de-rosa os anos da governação socialista, a azul temos os últimos dois anos deste Governo de coligação, em que foi sempre superior àquilo que foi produzido pelo governo socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O tempo médio de espera dos doentes operados tem estado sempre em reta descendente, comparativamente àquilo que foi o tempo do governo socialista.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: Quanto ao tempo médio de espera para cirurgia, longe vão os dias em que os açorianos esperavam 540 dias para serem operados. Como pode ver, com exceção do último ano em que 2022 e 2023 houve efetivamente uma subida de 7 dias, estando ainda muito longe dos 540 dias, dos 466 dias e dos 476 dias. E mais, Sr. Deputado, para sermos rigorosos, revise a produção nesta altura e veja quantos doentes eram operados em 2018 e quantos doentes são operados em 2022 e 2023, exponencialmente muito superior.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação ao número de utentes inscritos para cirurgia, sempre inferior ao tempo da governação socialista. Em relação ao número de utentes operados, sempre superior ao tempo da governação socialista.

Portanto, Sr. Deputado, para ser ainda mais criterioso e rigoroso, ter-lhe-ia ficado bem, fazer menção ao relatório de abril do SIGICA, em que se regista uma inversão da tendência do aumento do número de utentes inscritos em cirurgia.

Deputado Carlos Silva (PS): E o subfinanciamento?

A Oradora: Não interessa. Há uma redução. E sabe porquê? Porque esses 42 doentes cuja taxa demonstra que há uma redução, estamos a falar de utentes e,

portanto, foram 42 utentes a quem o Serviço Regional de Saúde conseguiu dar uma resposta em tempo útil. E, portanto, se a nossa preocupação são os utentes, não me interessa se é um ou se são dois; neste caso, foram 42 e isso é obviamente de valorizar.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação às questões levantadas pela Sr. Deputada Hélia Cardoso, sobre a questão do tal plano, o meu entendimento foi aquilo que já lhe disse.

Também falou da questão da aquisição de veículos. É naturalmente uma preocupação deste Governo Regional. Efetivamente, os veículos que nos deixaram tinham um tempo médio de vida superior a 20 anos, algo impensável para viaturas que fazem uma quilometragem imensa durante o dia.

Posso dizer-lhe que a nossa preocupação, já em 2024, é a aquisição de cerca de 30 viaturas, num total de 100 até ao término da legislatura. Portanto, estamos a trabalhar neste processo, porque efetivamente reconhecemos que há viaturas que pelo facto de andarem a circular, por vezes não é aquilo que é mais correto.

Em relação à questão colocada muito diretamente sobre as despesas que o Governo Regional está a pensar reduzir, como a Sra. Deputada bem conhece o setor - eu sei que conhece - falar em redução de despesa da saúde, não é que não deva ser feito, mas deve ser feito com cautela, porque efetivamente a despesa em saúde até pode ser vista como um investimento, o que não quer dizer que não haja ou não tenha de haver cuidados e critérios na forma como é feita.

Dou-lhe como exemplo, o relatório síntese de 2023 em que de uma forma geral, há efetivamente um aumento de rendimentos nas instituições, mas também há um aumento de gastos que advém daquilo que foi o investimento e a prioridade deste Governo em valorizar as carreiras dos profissionais de saúde.

Neste sentido, este aumento de gastos praticamente não se reconhece, porque aquilo que investimos efetivamente nas carreiras foi muito significativo.

Temos também nesse neste relatório síntese, uma redução, embora pequena, com as despesas que se deve a subcontratos, a consumíveis e a serviços prestados. Ou seja, embora não tenha tradução nos resultados líquidos, porque tal como referi a nossa aposta foi na valorização das carreiras, há efetivamente aqui uma alteração da trajetória.

Contudo, e também para tentar descansar a Câmara, dizer que em relação àquilo que está previsto, além dos 20 milhões de reforço que está patente no orçamento da saúde este ano, há também, como já foi anunciado, a possibilidade de conversão da dívida comercial em dívida financeira, cerca de 75 milhões.

Não sendo aquele valor que desejaríamos, obviamente queríamos algo superior, mas é efetivamente o valor que nos trará outra tranquilidade, na medida em que podemos apontar aqui para uma redução dos custos relacionados com juros e também uma melhoria na posição negocial que o Serviço Regional de Saúde terá perante os diversos fornecedores.

Em relação às questões colocadas pela Sra. Deputada Dora Valadão, é lamentável que ao fim deste tempo todo, o Partido Socialista continue a dizer que este Governo não teve uma política efetiva a nível do aumento de vagas de creches na Região Autónoma dos Açores. Já ninguém acredita nisso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Como a Sra. Deputada bem sabe, entre 2021 e 2023, houve um aumento de 20% no número de vagas que, materializando a 31 de dezembro,

significava mais 652 vagas em creche. Se isto não é de valorizar, Sra. Deputada, então eu não sei o que será.

No presente ano, está ainda prevista a realização de obras a nível do Concelho do Nordeste e no Concelho da Lagoa, para dotar estas creches de uma melhor requalificação, sendo que no ano de 2025 pretendemos aumentar este número de creches na ilha de S. Jorge.

Portanto, de momento, já temos definidas cerca de 42 lugares, sendo que até ao final de 2025, queremos chegar a um número superior a 90 vagas em creche.

Falou também dum problema muito específico dos recursos humanos na ilha das Flores, mas deixe-me dizer-lhe, Sra. Deputada, que em 2019 a Unidade de Saúde da Ilha das Flores tinha 62 profissionais; em 2023, essa mesma Unidade de Saúde tem 75 profissionais de saúde, portanto, um aumento de 13 profissionais de saúde em 4 anos.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Lima, lamento imenso essa falta de visão, porque apesar de ter sido recorrente, o Serviço Regional de Saúde não está à beira do precipício.

Quero também dizer-lhe que é falso que ao longo desta legislatura não tenha havido qualquer tipo de investimento em equipamentos.

Deputado António Lima (BE): Falei em hospitais.

A Oradora: Dou-lhe só o exemplo daquilo que foi gasto, ou melhor, investido, entre 2021 e 2023: foram mais de 10 milhões em equipamentos.

Deputado António Lima (BE): Equipamentos nos hospitais!

A Oradora: Se compararmos com aquilo que foi gasto entre 2017 e 2020 - cerca de 2,4 milhões de euros - entre 2021 2023, foram gastos mais de 10 milhões.

Portanto, Sr. Deputado, há aqui um aumento de 5 vezes mais do que aquilo que foi gasto pelo último governo socialista.

Aquilo que pretendemos no âmbito do atual plano de investimentos, temos valores que estão relacionados diretamente com o PRR, na ordem de 2,8 milhões e, ainda, com o Açores/2030, na ordem dos 2,22 milhões, dizem respeito naturalmente a equipamentos para o Hospital da Horta, nomeadamente a ressonância; dizem respeito a 3 TAC para as ilhas de Flores, Graciosa e Sta. Maria; dizem, ainda, respeito a uma panóplia imensa de equipamentos de menores custos que serão naturalmente distribuídos. E digo isto, porquê?

Esta distribuição dos equipamentos, só para o Sr. Deputado ter uma noção e não achar que o Governo não tem critérios, há uma plataforma informática, sendo que são as próprias unidades que inscrevem nessa plataforma as suas necessidades, sendo atribuído um grau de prioridade a esse investimento, ou seja, estando os conselhos de administração que conhecem a sua realidade e os seus projetos, são eles próprios que inscrevem. Obviamente que o gabinete da Secretária e a própria Direção Regional de Saúde têm de fazer uma análise, conforme está decidido no âmbito do nosso plano. Mas dizer que não há investimento em equipamentos, Sr. Deputado, garanto-lhe que é falso.

Queria só dar a nota de que a nível da ilha de S. Miguel, ainda ao longo do 2º semestre de 2024 será instalado o raio X no Centro de Saúde da Povoação, um Raio-X no Centro de Saúde de Ponta Delgada e, ainda antes do final do 1º semestre, na ilha Terceira serão instalados um Raio-X em Angra do Heroísmo e um Raio-X na Praia da Vitória.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para terminar, queria dizer ao Sr. Deputado do CHEGA da ilha das Flores, que neste momento temos 24 inspetores que fazem essa fiscalização. De momento, não está prevista a aquisição de mais inspetores, porque essa necessidade não foi para já identificada.

Posso-lhe dizer que em 2023 foram efetuadas cerca de 250 ações e inspetivas aos beneficiários do rendimento social de inserção.

Deputado José Sousa (CH): Só?!

A Oradora: Em relação à Sra. Deputada Cecília Estácio, a TAC será efetivamente uma realidade, estamos de momento a finalizar toda a burocracia associada ao procedimento concursal. E em relação ao equipamento de neurotransmodelação dirigido à doença de Machado Joseph, tal como referi em sede de Comissão, é um equipamento que cuja aquisição será feita para o Hospital do Divino Espírito Santo, dado que a ilha de São Miguel também tem um número considerável de utentes e porque os recursos humanos que trabalharão com este aparelho, se centram maioritariamente nesta ilha.

Atendendo às circunstâncias atuais, não lhe vou dizer que não iremos adquirir o equipamento, mas como compreenderá, talvez a ação de formação que estava programada para o mês de julho terá de ser repensada porque, naturalmente, atendendo às circunstâncias presentes, penso que será prematuro avançar para essa situação.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Silveira, é falso, repito, é falso que o Governo se prepare para encerrar o Centro de Saúde da Calheta. Nunca no último ano ouviram da minha boca tamanha afirmação, pelo contrário, aquilo que me foi solicitado para o Centro de Saúde da Calheta, reconhecendo que estamos a falar de uma ilha com uma realidade geográfica peculiar, foi que o serviço de urgência que esteve a funcionar enquanto o Centro de Saúde de Velas esteve em obras, se mantivesse a funcionar durante 24 horas. Eu nem vou entrar se a casuística assim o justifica, mas reconheço que é necessário dar uma resposta de segurança e de tranquilidade à população. E nesse sentido, mantivemos sempre aberto durante 24 horas, as urgências do Centro de Saúde da Calheta. Além de que ao nível dos cuidados continuados, não é nossa intenção transformar a unidade de internamento do Centro de Saúde da Calheta numa unidade expressa e unicamente para cuidados continuados.

No passado mês de abril, a equipa regional fez uma visita à ilha de S. Jorge,

começámos de forma propositada por aquela ilha, para que se acabasse, duma vez por todas, com este grau de insatisfação. E o que ficou decidido foi que seriam abertas três vagas no Centro de Saúde da Calheta e três vagas no Centro de Saúde das Velas.

Para terminar, Sra. Deputada Olivéria Santos, Nascer Mais e o método de utilização, para já não sofrerá qualquer tipo de alteração. No futuro, penso que em função dos rendimentos, podemos equacionar uma majoração feita de outra forma.

Sobre a lista de espera das creches, os critérios estão a ser revistos. A plataforma informática está concluída. Vamos entrar numa fase piloto, para que sejam introduzidas numa lista única todas as crianças na ilha de São Miguel que estão em espera, para que depois possamos, de forma prática, aplicar alguns dos critérios e perceber se efetivamente fazem a diferença.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima (*CH*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: De facto, a saúde não tem preço para as pessoas que beneficiam dela, mas tem um preço pesado para os contribuintes. E temos que falar também de produtividade. Aliás, fiquei chocado com o que acabei de ouvir, isto é, que 20 inspetores para RSI, só fizeram 200 inspeções, o que significa que um inspetor não faz uma inspeção por mês. Portanto, se faz 10 inspeções em média por ano,

estamos a ver que se calhar o que faz num ano, devia fazer num dia.

Sobre o preço da saúde, eu vi nas orientações a médio prazo, o número de consultas em hospitais e internamentos e a variação 2015/2022 e realmente houve um aumento do número de consultas e internamentos de 18,25%. Mas em relação ao número de pessoas, houve um aumento muito maior, ou seja, houve aqui um aumento de 27,69%, o que quer dizer que o sistema está ineficiente, mesmo em relação às consultas médicas e se dividirmos 52 semanas em que os médicos trabalhem 47, veremos que os médicos terão em média 3 consultas por dia.

Eu pergunto: antes da gente pôr mais dinheiro em cima dos problemas e de reclamar sempre mais dinheiro, se a Sra. Secretária tem presente esses números e esses indicadores de produtividade? Se tem presente, por exemplo, o que é que se produz nos hospitais privados? E se acha que a máquina está bem oleada a nível de produtividade?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) Deputado José Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento da intervenção da Sra. Secretária, começo por referir que na minha intervenção fiz questão de sublinhar que qualquer crítica, qualquer observação relativamente ao Serviço Regional de Saúde, é feita tendo sempre como ponto de partida o interesse dos seus utentes e a dignidade e honra dos seus profissionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, a estratégia de se escudar e se cobrir no manto da falta de respeito pelos profissionais e da falta de respeito pelos utentes, de modo a desresponsabilizar-se sobre indicadores que são, em primeira instância, da sua responsabilidade, é uma estratégia que merece o nosso repúdio e que, de futuro, não deve ser utilizada nesta câmara, porque todos aqui entendemos que os utentes e os profissionais do Serviço Regional de Saúde estão em primeiro lugar e nenhuma das nossas críticas e observações se dirigem a eles. Dirigem-se, sim, de forma muito direta e precisa a atuação do Governo Regional que, em momento algum, se confunde com a atuação dos profissionais de saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foram referidos indicadores em matéria de saúde e foram referidos indicadores no âmbito da área social.

Entre os indicadores que foram referidos, existe um mínimo denominador comum que tem que ver com o facto de se verificar um agravamento.

É verdade que em termos comparativos com 2019, 2018 e 2017 - podemos recuar até às *calendas gregas* - existem melhorias.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O que é que o senhor fazia nessa altura?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É as *calendas rosa* do seu partido!

O Orador: Mas o que interessa e o que é relevante, tem que ver com a evolução destes indicadores ao longo do último ano.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E qual é o ponto de partida? O ponto de partida não interessa?

O Orador: O ponto de partida interessa. E ainda bem que refere. O ponto de partida interessa, porque marca uma evolução de redução positiva iniciada pelos governos do Partido Socialista e que se inverteu.

Em matéria do tempo médio de espera em lista de inscritos para cirurgia, em

2018 era de 476 dias e em 2019 era de 466 dias. Portanto, ainda no tempo dos governos do Partido Socialista, verificavam-se reduções que depois foram sendo paulatinamente acompanhadas e de forma mais acentuada pelo anterior governo. No entanto, desde que a atual Secretária é titular da pasta, verifica-se uma inversão.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ah então o problema sou eu?

O Orador: Em 2021 o tempo médio de espera era de 490 dias, em 2022 era de 383 e em 2023 era de 390 dias.

Portanto, verifica-se um agravamento e não se pode esconder este agravamento, escudando-se em dados anteriores.

O Governo deve competir com o seu próprio histórico e deve estar à altura do seu próprio histórico.

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

E, portanto, sempre que houver um agravamento dos dados relativamente ao período homólogo, ele não deve deixar de ser sublinhado.

Deputado José Pacheco (CH): Alguém que me empreste uma calculadora!

O Orador: Queria, ainda, dizer também que na sua intervenção nada referiu em matéria de pobreza. E estes indicadores são muito mais importantes.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não ouviu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já viu a que tempo os dados se referem?

O Orador: A taxa de risco de pobreza, em 2019, era de 31,8 em 2020, era de 28,5 e em 2021, era de 21,9.

A inversão começa em 2022 - 25,1. E em 2023 foi de 26,1.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Ah e a culpa também é minha?

O Orador: A culpa não é sua, mas a culpa é do Governo Regional.

A privação material e social severa, em 2020, era de 13%, em 2021, era de 21,9, em 2022, era de 25,1 e em 2023, era de 26,1.

Houve um agravamento e não o podemos ignorar. E, portanto, o que se exige ao Governo Regional é que tome medidas imediatas em matéria de combate à pobreza, de forma a combater esta inflexão que se verifica com um agravamento dos indicadores sociais.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nesta área sectorial e do muito que já foi dito nos sucessivos debates neste Parlamento ao longo desta semana, que o PS que deixou de governar há pouco mais três anos, vem com um discurso, como se não tivesse nada a ver com isto, quando este 24 anos a governar esta Região.

No que concerne a matéria de saúde e aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, gostaria de perceber como é que 476 dias não é melhor do que 540; como é que 373 dias não é melhor do que 480 dias, para aquelas pessoas que estão à espera duma consulta ou de uma cirurgia?

O Sr. Deputado há-de explicar que contas são essas que esteve a fazer.

Deputado José Pacheco (*CH*): São contas de *sumir!*

A Oradora: Também gostaria de dizer, muito rapidamente, que nesta questão

da saúde este Governo tem apostado na valorização das carreiras dos profissionais de saúde, algo que o governo anterior não fez.

Depois também, e ainda relativamente a esta matéria, a situação que estamos a ver e que o Serviço Regional de Saúde está a atravessar, não me vou alongar, porque muito já foi dito, mas gostava de colocar uma questão à Sra. Secretária, no sentido de saber se, por exemplo, no caso da ilha de S. Jorge, em que não temos hospital e onde tem existido uma melhoria na deslocação de médicos especialistas, se isso poderá estar em causa com a situação que estamos a atravessar no Serviço Regional de Saúde? Quanto à pobreza e às questões sociais, daquilo que já tem sido dito, a verdade é que não podemos fazer tábua rasa daquilo que têm sido as medidas implementadas por este Governo na área social, das quais o CDS e estes partidos da coligação muito se orgulham, algo sem qualquer paralelo. E, Sr. Deputado, em 2018 e em 2019 quantas vezes trouxemos, por exemplo, a questão da pobreza a esta Casa? E na altura, o que era dito por parte da tutela...

Deputado António Lima (BE): Que era estrutural!

A Oradora: ... é que sabíamos que *o combate à pobreza é um processo longo exigente, de muita persistência que não se compadece com imediatismos*. Mas agora, querem resolver para ontem.

Depois, todos sabemos que a questão da pobreza não surgiu nos 3 anos de governação do Partido Socialista. E se calhar o problema que estamos a atravessar hoje em relação à pobreza e a pobreza estrutural que existe na Região, tem a ver com o facto do Partido Socialista ter demorado 21 anos a afirmar e a reconhecer que a pobreza era um problema na Região. Se calhar esse é que é o problema para o estado de pobreza que vivemos hoje na Região.

Queria também dizer que se em 2018 e em 2019, a influência da situação e das condições que se vivia a nível mundial e a nível nacional influenciavam o estado da pobreza nesses anos, então o que dizer agora que vivemos uma

situação sem qualquer paralelo?

Portanto, a verdade é que se na altura também o Governo do Partido Socialista dizia que as creches gratuitas eram uma ajuda, que o COMPAMID - uma medida muito acarinhada pelo CDS - era um *apoio às famílias*, então o que dizer agora que temos creches gratuitas, uma simplificação e um aumento do COMPAMID, temos o projeto Novos Idosos e temos o projeto Nascer Mais?!

Então o que diria, na altura, a então Secretária desta pasta, se antes não tínhamos medidas e políticas tão fortes dum apoio social sem qualquer paralelo, o que dizer agora?!

Portanto, se há um apoio às famílias, se tem existido medidas para apoiar as famílias, elas têm sido implementadas por este Governo.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo, mas antes dou a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Francisco Lima:

A forma como faz a avaliação da produtividade não pode ser vista dessa maneira, porque para cada médico tem estipulado o número de consultas que tem de fazer habitualmente. Portanto, pegar nas semanas e dividir pelo número de consultas, não é uma avaliação correta, porque tem que ser feita uma avaliação individualizada à luz dos contratos individuais que cada médico tem.

Por exemplo, há médicos que têm 2 períodos de consulta por semana, como há

médicos que no seu contrato só têm 1 período de consulta por semana. E, portanto, essa é uma situação que não é nova, não é recente e está obviamente individualizada com base em cada contrato.

Deputado Francisco Lima (CH): A máquina aumentou toda.

A Oradora: Em relação a outras situações que foram aqui faladas, Sr. Deputado José Toste, finalmente percebi qual é o problema. O problema para o Partido Socialista está na pessoa desta Secretária, não está no Governo Regional. E, portanto, o que incomoda ao Partido Socialista é a Sra. Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social, Mónica Seidi.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, senhora!

A Oradora: Está assumido, não há problema, com transparência. Já percebi o que é que o incomoda. Mas, olhe Sr. Deputado, digo-lhe de forma muito franca: quem fez melhor merece um incentivo.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa vitimização constante...!

A Oradora: Mas quem fez pior, desculpa-se aqui. E é essa a angústia que o Sr. Deputado tem em cima de si e que não vai conseguir sair dela!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E mais, para terminar, chegados a esta fase do debate, confesso que fiquei à espera de propostas e contributos do Partido Socialista para ultrapassar esta situação. Até agora... zero!

É este que diz ser o maior partido da oposição, quando também na discussão do plano regional de saúde que na altura do programa do Governo era algo que executivo regional teria abandonado, convocámos o Partido Socialista, o Sr. Deputado esteve presente, recebemos 75 contributos de várias entidades.

Quantos contributos recebemos do maior partido da oposição? Zero!

Isso denota bem a importância que o Sr. Deputado e o Partido Socialista dão o setor da saúde!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque foi invocado o legado, enfim, eu não vou defender a honra, porque ofende quem pode e não quem quer. E, por isso, Sr. Deputado José Miguel Toste, há uma grande diferença entre o Partido Socialista e esta Coligação humanista.

É que para nós, os açorianos são pessoas. Para os senhores são números.

Deputado José Ávila (PS): Veja lá o que é que fez à criancinha na Graciosa!

São números, são!

O Orador: Os senhores vêm-se pegar com 25,1 infância... 26,2... 26,3, são números.

A Sra. Secretária tem um legado bom nas creches, nos idosos, na infância, na deficiência. Evoluímos, temos um plano regional de deficiência. E, Sr. Deputado, há uma grande diferença:

enquanto os senhores continuam a insistir no plano do combate à pobreza – o que os senhores querem é pobres, nós não queremos...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... nós evoluímos, mudámos de paradigma, temos um plano

regional de inclusão social e cidadania que faz toda a diferença, que trata de pessoas e não de números.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não queremos combater números, Sr. Deputado, não queremos! Mas no seu tempo e no tempo do seu Governo, as IPSS estavam à míngua, de *mão estendida!* Não havia vagas nas creches.

No seu tempo, 167 mil euros era o grande investimento que os senhores faziam nas creches! Era o grande investimento que os senhores concediam à oposição. Agora são quase 5 milhões que investimos nas creches, 5 milhões Sr. Deputado!

É a diferença que trata de pessoas e não de números.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é que é a diferença. Fazemos o investimento nas pessoas, Sr. Deputado!

O programa Novos Idosos - os senhores tinham os idosos abandonados - tem agora um cuidador em casa, o cuidador informal.

Os senhores deviam ter vergonha daquilo que deixaram!

Hoje em dia, temos um programa do cuidador informal devidamente

implementado, em que podem receber até 700 euros, Sr. Deputado José Miguel Toste.

Mas já que o senhor gosta tanto de números, eu vou-lhe dar um número que nos envergonha a todos, que envergonha os Açores e a Região Autónoma, vou-lhe dar um número que é de 2011 a 2021, Sr. Deputado. E é por esse número que os senhores são os responsáveis: **10.359** de diminuição da população dos Açores.

Os Açores perderam **10.359** pessoas em 10 anos, durante os vossos mandatos.

Isso é que devia envergonhar o PS e o seu governo!

Isto é que é inaceitável!

Isto é que é a causa da pobreza!

O inverno que foi aqui falado, não é um inverno demográfico. É um *inverno siberiano*, socialista, demográfico!

É isto que acontece: 10.359 pessoas!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu podia até invocar a defesa da honra da bancada em face daquilo que foi aqui dito, que o Partido Socialista o que quer é pobres e deixou idosos abandonados. Mas dispondo o Partido Socialista de tempo e como disse o Sr. Vice-Presidente, e bem, só só se sente ofendido na sua honra...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem tem honra.

A Oradora: ... quem efetivamente da avaliação que faz e do percurso que tem, sente que contribuiu de alguma forma para aquilo que foi aqui dito, e nós

entendemos que não, o que é fundamental que se diga aqui é que o Partido Socialista em momento algum faltou à verdade.

Quando alertámos aqui - e não o fizemos pela primeira vez - que há um agravamento dos indicadores sociais, nomeadamente no que diz respeito à taxa de risco de pobreza e privação material, são factos. Esse agravamento ocorreu, e a inversão dessa tendência e da convergência com o todo nacional ocorreu, de facto, a partir de 2021. Há um agravamento da taxa de risco de pobreza e privação material e há um agravamento da desigualdade social.

Este é um alerta que não é exclusivo do Partido Socialista. Basta ler aquilo que são os pareceres emitidos no âmbito do CESA, designadamente pelo Professor Fernando Diogo e outras entidades.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Há 20 anos que diz a mesma coisa.

A Oradora: Esta situação não pode ser escondida para debaixo do tapete.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é escondida! A senhora é que escondeu!

A Oradora: Deve sempre ser falada, abordada, relevada, porque para o Partido Socialista isto não são números, são de facto pessoas que vivenciam situações de dificuldade e que devem merecer da parte do Governo Regional e desta Assembleia toda a nossa atenção.

Foi isso que o Partido Socialista fez numa primeira intervenção, sem juízos de valor, sem classificação. Simplesmente aguardando respostas que não tivemos até agora.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Teve respostas, teve!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidei*): Levaram 18 anos para apresentar uma estratégia!

A Oradora: Em segundo lugar, é também importante dizer, a propósito do

Serviço Regional de Saúde, que é óbvio e por todos aqui já foi evidenciado, o Serviço Regional de Saúde atravessa um momento difícil, com certeza que sim. Há problemas que são novos, designadamente a situação do HDES, com certeza que sim, mas há situações que não são novas, Sra. Secretária. E não é novo, nomeadamente aquilo que diz respeito ao subfinanciamento do SRS e que é naturalmente agravado por falta de recursos condicionados para o efeito neste mesmo plano e orçamento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sempre reconhecemos!

E as dívidas também!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A senhora está fora do timing. Isso já passou!

A Oradora: Aliás, a Sra. Secretária faz referência ao reforço de 2 milhões de euros, quando nós sabemos que os resultados de hospitais e unidades de saúde de ilha, a 31 de dezembro de 2023, foram negativos em 40 milhões de euros.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Como é que era antes?

A Oradora: Portanto, este orçamento já não respondia às necessidades de financiamento do Serviço Regional de Saúde e agora corresponde muito menos, evidentemente.

Ficámos a saber pela voz da Sra. Secretária hoje aqui, dados relativos às necessidades em função do ocorrido.

Sim Sra. Secretária, o Partido Socialista já teve em momento oportuno oportunidade de dizer que está aqui para fazer da solução.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Convém!

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, isto é uma intervenção?!

A Oradora: E é essa a postura que temos tido, desde o início até ao fim. E estamos aqui disponíveis para isso.

Há também um outro aspeto que eu quero deixar muitíssimo claro: não é a

primeira vez que o Partido Socialista reúne com unidades de saúde de ilha, hospitais e centros de saúde. Não é a primeira vez e, Sras. e Srs. Deputados, não será a última.

Eu também gostaria de convocar o Governo a responder aqui a uma pergunta simples: é verdade ou não que o Partido Socialista tinha pedido, como é sua obrigação, uma reunião com o Hospital do Divino Espírito Santo mesmo antes do sucedido?

E o que é que aconteceu no dia do sucedido?

Foi o Partido Socialista que comunicou ao Governo o cancelamento desse pedido de reunião até outro momento oportuno. Isso aconteceu. Nós já tínhamos o pedido de reunião efetivado, portanto, não há aqui qualquer aproveitamento político de situação absolutamente nenhuma!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Depois, renovámos o pedido, sim senhor, porque era fundamental e continua a ser.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ah então renovou o pedido 48 horas depois da tragédia?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não minta, Sra. Secretária. O pedido foi renovado uma semana depois!

A Oradora: O Partido Socialista quer estar ao lado daqueles que vivenciam um problema e ao lado da solução.

Falando, informadamente, das situações que afetam sobremaneira o Serviço Regional de Saúde, os Açores e os açorianos.

É com isso que os senhores contaram até agora da parte do Partido Socialista e que contarão daqui em diante.

O Partido Socialista, diz **presente** e não diz apenas no momentos fáceis. Diz presente em todos os momentos, seja nas lutas mais fáceis, mas também nas mais difíceis!

É para isso que aqui estamos e aqui estaremos. Contem connosco sempre para isso. E não para uma política do *bota-abaixo*, não é isso que fazemos.

Temos de estar ao lado dos problemas e ao lado das soluções, sempre, sempre ao lado dos Açores e dos açorianos!

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Sobre o lado em que está o Partido Socialista, e sobre as justificações que deu quanto aos seus ziguezagues nesta matéria do Hospital do Divino Espírito Santo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não há ziguezague nenhum!

O Orador: ... eu creio que já todos os açorianos estão esclarecidos.

Só tomei a palavra para muito rapidamente dizer que não é pelo facto de nós, ou de alguns de entre nós, insistirem numa deturpação de dados, que a Região fica menos pobre.

Vamos aos indicadores:

- Taxa de risco de pobreza, em 2019 era de 31%.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E em 2020? E em 2015?

Isso é desonesto!

O Orador: Taxa de privação material severa, em 2019 era de 13%, em 2020, é de 9%.

Finalmente, o Coeficiente de Gini, em 2019 era 37%, em 2022 é de 34%.

Não estamos bem, mas já estivemos pior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, em especial a Sra. Secretária Regional da Saúde:

Eu ouvi atentamente a explicação que me deu aquando da Comissão, no sentido de que aquela ação era para uma previsão de 5 a 10 anos – acho até que foi para 10 anos.

Aqui a minha questão é se toda a equipa da Secretaria não está em melhores condições para fazer essa aferição?

Eu quando penso em Governo Regional e numa tutela da saúde, são eles os autores da grande visão para o Serviço Regional de Saúde. São eles que vão definir quais são as especialidades, quais são os equipamentos e as complementaridades que querem para o nosso Serviço Regional de Saúde e não entregar a isso a um simples consultor.

Em relação à questão do orçamento corrente para os hospitais, quando eu digo que é preciso encontrar soluções, porque aqueles montantes vão conduzir a que sejam os fornecedores que depois comecem a escolher, isto é, os grandes fornecedores, a dada altura, vão *secar a torneira* e vão começar a exigir

adiantamentos para fornecer medicamentos a doentes crónicos.

Deputado José Pacheco (CH): Já começaram!

A Oradora: Vamos evitar chegarmos a essa situação em que sejam os outros a decidir como é que nós vamos gastar o dinheiro. Enquanto que se calhar nos cuidados primários, e mesmo diferenciados, há excesso de prescrição de medicamentos, porque é preciso começar a olhar para o perfil do doente e ver quais são os medicamentos que ele precisa necessariamente, em vez de haver stocks nas farmácias, os quais depois nós estamos a pagar a taxas de juro superior a 2 dígitos.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a *habilidade* a que já nos habituou, o Sr. Deputado Joaquim Machado, não inverte as tendências. E, portanto, Sr. Deputado, o senhor ignorou propositadamente o ano de 2020 onde, quer a taxa de risco de pobreza, quer a taxa de privação material, quer o Coeficiente de Gini atingem os seus mínimos.

Inclusivamente, naquilo que diz respeito às desigualdades sociais, é fundamental que se diga que pela primeira vez, os Açores em 2020 atingiram aquilo que é a média nacional em termos de desigualdade social.

O que é que aconteceu daí para cá?

Daí para cá, essa tendência inverteu-se. O país continuou a diminuir a desigualdade social e a Região ao contrário, ou seja, os Açores ao contrário,

aumentam essa desigualdade social.

Estes são, Sr. Deputado, aspetos relevantes e são relevantes, porque não nos interessa, e são tudo questões importantes, falarmos sobre a taxa de desemprego ou sobre a redução do número de beneficiários da ISI, mas no fim de contas o que interessa é como é que vivem os açorianos. E os açorianos, neste momento, vivem pior do que viviam em 2020, na medida em que aumentou a taxa de risco de pobreza, aumentou a desigualdade social e aumentou a taxa de privação material.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Vivem melhor do que no vosso tempo!

A Oradora: É importante que se refira também uma outra questão a propósito de condições de vida da população: até a taxa de sobrelotação habitacional, Sr. Deputado, aumentou de 2020 para 2022.

Isto é um aspeto muito relevante, porque significa que temos um maior número de pessoas a viver em cada habitação.

Este é um aspeto que nós não podemos de maneira nenhuma esconder debaixo do tapete. Temos que o abordar, bem como todos os outros assuntos, com seriedade, porque trata-se das condições de vida dos açorianos e isso são aspetos muito relevantes que nós não estamos disponíveis para esquecer ou esconder debaixo do tapete.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo

Regional, Sra. Deputada:

Eu *propositadamente* deixei de fora o ano de 2022 e 2021.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu sei, isso eu percebi!

O Orador: Mas fi-lo, por uma questão de rigor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não há nenhum rigor nisso, há manipulação!

O Orador: E eu explico-lhe qual é o rigor. É que os anos de 2020 e 2021 foram anos excecionais de transferências sociais que fizeram baixar os rendimentos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também na República, pelo amor de Deus!

O Orador: A partir do momento em que as transferências sociais feitas ao abrigo da Covid desaparecem, é que nós podemos comparar. Porque, de resto, em 2022, o País sob a governação de António Costa...

Deputado António Lima (BE): O país enriqueceu!

O Orador: ... também regista mais 60 mil pobres.

Diz o relatório do “Portugal balanço social” que se não fossem as transferências sociais...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é sempre!

O Orador: ... esse número crescia para mais de meio milhão.

Portanto, Sra. Deputada, 2020 e 2021, foram deliberadamente colocados de parte, porque são anos excecionais que não servem para a comparação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia e 15 minutos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

(Neste momento a Deputada Nídia Inácio retomou o seu lugar de Secretária da Mesa)

Presidente: Estava inscrita a Sra. Deputada Andreia Cardoso a quem dou a palavra.

(A Deputada Andreia Cardoso dá indicação de que prescinde da palavra)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(* Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Membros do Governo, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas Regionais:

Este plano e orçamento na área da saúde, faz-nos lembrar o quanto foi prejudicial para os ribeira-grandenses a gestão da saúde dos últimos anos do Partido Socialista.

O Centro de Saúde da Ribeira Grande que ao longo dos tempos foi despedido de balanças e de algumas respostas, sendo que em termos do edifício local se encontra numa situação muitíssimo degradada.

Ainda bem que os açorianos, num passado recente, mudaram de liderança a nível governamental.

Foi preciso este Governo Regional e esta Coligação chegarem ao governo, foi preciso esta Secretária Regional chegar ao governo para, finalmente, a Ribeira Grande ter um centro de saúde digno e condigno.

Isto não pode ser esquecido e há que parabenizar este Governo Regional por este feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados Regionais, caros açorianos:

As dependências é um problema que cada vez mais assola a nossa sociedade. Um problema que terá que ter, por parte de todos os intervenientes aqui nesta Casa, uma atenção especial.

Queria ressaltar aquilo que tem feito este Governo, aquilo a que este plano orçamento vão dar resposta, aquilo que os açorianos que vivem assolados por este problema social vão encontrar nestes documentos em termos das respostas às suas inquietudes.

Este plano e orçamento assenta em três aspetos que nós consideramos fundamentais:

- A informação;
- A formação e a
- Intervenção.

Na informação este plano e orçamento vai continuar a ter equipas para irem às escolas, aos dirijas, às associações, falar acerca deste problema. Quanto mais cedo explicarmos aos mais novos e colocarmos isto na agenda de cada um dos jovens, tudo será diferente rumo àquilo que pretendemos, porque a prevenção é

uma arma essencial no combate às dependências.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na formação, este Governo também tem contemplado uma data de iniciativas, como a criação de equipas pedagógicas para formar técnicos que estão na área cada vez mais e melhor, para os mesmos possam dar uma nova resposta. Isto também é algo que está contemplado neste plano para o ano de 2024.

Nesta minha intervenção, gostaria de referir as “equipas de rua” que já existem na cidade da Ribeira Grande. São equipas multidisciplinares que acima de tudo vão ao encontro daqueles que não procuram ajuda, que não procuram os centros de saúde, mas este Governo, e bem, procurou uma equipa que vai ao encontro destes mesmos, para que ninguém possa ficar sem apoio e para que ninguém possa ficar para trás com este Governo Regional neste combate às dependências.

Queria, ainda, fazer referência ao observatório que vai ser criado que irá acompanhar no dia a dia aquilo que se vai passando, sem esperar por resultados de 4 em 4 anos, como acontecia.

Queremos acompanhar o problema e é intenção deste Governo Regional acompanhar exatamente, quase de forma diária, para perceber quais são os fogos onde existe maior incidência desta problemática, também para poderem dar uma resposta diferente àquilo que tem vindo a acontecer.

Para terminar, queria também que há pouco recebemos os resultados dum estudo ao nível de Portugal continental, relativo a algumas substâncias e a algumas regiões que consomem essas mesmas substâncias. E os resultados estão à vista.

Por exemplo, relativamente ao consumo de canábis e ao consumo de álcool, os Açores têm o índice de menor percentagem de consumos.

Isto é o resultado de uma política de intervenção nas dependências que é séria, incisiva e coerente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Pacheco (CH): É *estarraçar* dinheiro!

O Orador: Terminava dizendo essencialmente o seguinte:

Quando os outros desinvestiram nas verbas para este combate, este Governo Regional apresenta uma verba recorde de 2 milhões e 800 mil euros para o combate das dependências.

Isto tem que ser ressalvado, ou seja, a aposta cada vez maior naquilo que é preciso que são as pessoas que mais dependem.

Um bem haja!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) **Deputado Russel Sousa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo. Caro Deputado Jaime Vieira:

Efetivamente, a problemática das toxicodependências é verdadeiramente preocupante para nós, partidos políticos e para todos os açorianos, não só pela complexidade de problemas associados ao consumo, mas sobretudo, porque não

se tem conseguido inverter o crescimento de consumo nas nossas ilhas. Passados quase 4 anos, assistimos com grande preocupação ao aumento do consumo de substâncias psicoativas na nossa Região, mas também ao aumento de outros comportamentos aditivos. E quem diz não é só o Partido Socialista.

No relatório de “comportamentos aos 18 anos - inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional de 2022”, pode ler-se:

“Os jovens dos Açores continuam a registar prevalências acima do consumo do conjunto do País, no consumo de substâncias como a cocaína, 6,7% acima da média nacional, e novas substâncias psicoativas, conhecidas como *drogas sintéticas*, acima duma percentagem de 6,1%”.

Não é só falar na canábis e no consumo do álcool. Há outras dependências que também devem ser combatidas. Além da cocaína e das substâncias psicoativas, também há o vício do jogo. E esse mesmo estudo também diz que “na Região Autónoma dos Açores os jovens são a geração que mais acabam nesse vício”. São precisas também respostas a esses jovens.

É tempo do Governo Regional ser mais ambicioso no combate às dependências. E a este respeito, gostaria de relembrar que em julho de 2022, o PS apresentou nesta Casa o Projeto de Resolução nº. 131/XII que foi aprovado por maioria, com a abstenção dos partidos da Coligação e onde pretendíamos alertar para a importância desta problemática para a nossa casa e para todos os açorianos. Passados 2 anos, importa saber o que daí em diante foi feito para cumprir o que estava neste Projeto de Resolução aprovado nesta Casa. O que foi feito em relação à abertura de unidades terapêuticas nos Açores, ou à promoção de respostas para o encaminhamento de doentes com duplo diagnóstico. Se já foi realizado um diagnóstico à saúde mental dos consumidores de rua, não motivados para tratamento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Já.

O Orador: Fico feliz em saber, Sra. Secretária.

Não basta publicar que já foram realizadas oito reuniões da *task force*, é preciso dar respostas também.

As dependências não se combatem só pela via da repressão, mas sim com políticas que incluam e promovam a reinserção e que não estigmatizam, mas que são solidárias com quem mais precisa.

Esta é uma problemática que não pode esperar, tem que ser prevenida e combatida e exige mais ação não só de todos os partidos políticos, mas do Governo também.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria pelo último tema que aqui foi trazido e que variadas vezes já o referi e vou continuar a repetir até à exaustão, até que se perceba qual é o erro que se está a cometer.

O combate às toxicodependências faz-se sempre com a prevenção, seja no desporto, na cultura, no que for, nas escolas ou onde for. Não se faz com observatórios. Não se faz com o engonhar, não se faz com metadona e 1 milhão de euros para a ARRISCA, não se faz. Faz-se, sim, com a prevenção.

Ou nós começamos a falar nisto a sério, ou vamos estar aqui a brincar *às apanhadas* com as famílias açorianas que veem os seus filhos caírem nisto!

Porque é que diminuiu o consumo de algumas substâncias? Porque as sintéticas são demasiado baratas. São tão baratas, tão baratas e tão fáceis de adquirir, que nem a polícia os consegue parar.

Qual é a parte que não perceberam?!

É preciso fazer um *boneco*?!

Andámos a gastar milhões com as metadonas, ao longo de anos, para sustentar uma data de amigos do sistema, enquanto famílias me batem à porta com os filhos em desgraça!

É isto que os senhores querem?!

Vamos todos falar nisto com seriedade, porque já andamos aqui há 50 anos a falar de droga e eu não vejo o problema resolvido. A única coisa que eu vejo é o facilitismo, enquanto pais estão em casa a sofrer com este problema da toxicodependência que agora agravou-se com as (drogas) sintéticas.

Sr. Deputado, o senhor não conhece a sua terra, porque o senhor tem um problema grave na sua terra de drogas sintéticas!

Não houve diminuição do consumo de droga. Houve foi a substituição de uma droga por outra!

Se nós não soubermos dizer isto claramente, nós estamos a mentir, estamos a esconder o problema e estamos a adiar o problema!

Peguem nos observatórios, fechem-nos todos!|

Vamos arregaçar as mangas, vamos ao trabalho e vamos resolver os problemas!

Finalmente, Sra. Secretária, pegando no último orçamento que nos fez abster, uma das razões foi os 5% por cento de aumento do cheque pequenino.

Em conversa com o Sr. Presidente do Governo, havia a hipótese de fazermos um segundo orçamento. Pois uma condições era que tem que aumentar 30%.

Dou-vos os parabéns pelo diálogo. Chegaram perto de nós e disseram: “estamos disponíveis para isso”, primeiro 20% e mais 10%. E nós estamos aqui para dizer sim senhor, sabem porquê? Tal como estávamos aqui a falar há pouco dos nossos jovens e não tão jovens que caem nas dependências, nós temos que proteger os nossos idosos. O meu maior sonho é que nenhum idoso nesta terra viva com menos dum ordenado mínimo, não há necessidade, é uma vergonha

para todos nós. Enquanto andamos a dar dinheiro a quem não quer trabalhar, há idosos a passar fome em casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Mais inscrições nesta área governativa?

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma interpelação que eu quase adivinho qual.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Muito bem. é regimental e está concedido.

Regressamos às 15 horas. Para dar continuidade aos nossos trabalhos com a próxima área governativa.

Bom almoço.

Eram 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação. Faça favor.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano do agrorural para 2024 tem um crescimento de 13% relativamente a 2023, ou seja, um esforço regional de mais 11,3 milhões de euros.

Asseguramos em 2024 e, em toda a legislatura, o compromisso de pagar as ajudas comunitárias sem cortes - por isso o POSEI aumenta 6% este ano.

Continua, assim, o Governo a contribuir para a melhoria do rendimento do agricultor o que significa uma segurança para todos os açorianos na produção local de alimentos, pela diminuição da dependência alimentar externa.

O PEPAC, o novo programa comunitário de apoio, onde se incluiu o investimento e a resiliência da atividade agrícola, tem um crescimento de 30% em comparação a 2023, porque é preciso reconhecer os serviços agroambientais que os agricultores fornecem à sociedade e é preciso apoiar os investimentos agrorurais, cuja taxa máxima atinge 85% de comparticipação, uma taxa nunca antes conseguida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Surge também na alçada deste Governo, um prémio à instalação de empresas em meio rural, no valor de 18 mil euros, para qualquer empresa, independentemente da sua natureza produtiva e económica. Alcança relevo estratégico no PEPAC a pequena e a média agro-produção e os jovens agricultores numa aposta geracional.

Nas acessibilidades agrícolas, vias de crescente multiutilização turística e de lazer das comunidades locais, apresentamos o maior investimento dos últimos 15 anos. São 10,9 milhões de euros. Porém, e atendendo à degradação destas vias que vem de longa data e às consequências das condições climáticas adversas sentidas, esta verba não vai resolver o elevado grau de degradação dos caminhos, mas vai promover uma progressiva resolução do problema.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O PRR mantém os seus propósitos estabelecidos, designadamente no Matadouro de São Jorge, no Matadouro do Pico e no Laboratório do Leite de

São Miguel e, ainda, na materialização do Observatório Agroalimentar, nas linhas de apoio no âmbito da transição digital, verde e tecnológica, na produção e transformação e no acompanhamento técnico das explorações agropecuárias.

A formação e a literacia surgem com uma substancial dotação, sendo a maior de sempre num plano. São 2,4 milhões de euros para a capacitação de produtores e técnicos e para a sensibilização e informação, onde se inclui os consumidores que somos todos nós. Consumir o que é nosso é um imperativo de quem é açoriano.

A verba para os nove serviços de ilha sobe 49%. Um montante que pretende suportar as novas funcionalidades públicas destes serviços, tendo em conta a revisão que efetuámos para melhor servir os açorianos.

A segurança alimentar humana e animal e os vários planos de vigilância animal e vegetal recebem um total de 4,1 milhões de euros. Vamos continuar a garantir alimentos seguros e um estatuto exemplar na sanidade animal e vegetal.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: As medidas florestais têm um incremento de 33%, para o incentivo à florestação e às cortinas de abrigo, e seguiremos com o Programa Regional de Ordenamento Florestal.

O bem-estar animal engrandece 42%.

Neste Plano surge uma ação específica dedicada às pragas agrícolas. Em concreto, vamos avançar com um combate rua a rua contra os ratos, em cooperação com as câmaras municipais, juntas de freguesia, os centros de recolha oficiais e as associações agrícolas e demais entidades.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Vamos atribuir três mil direitos de vacas aleitantes. A maior atribuição desde 2011 e foi um Governo da República da responsabilidade da coligação PSD/CDS-PP que concedeu à Região 10 mil direitos de vacas aleitantes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A cooperação com a Universidade dos Açores está presente neste plano em protocolos como a análise dos solos, no melhoramento fitossanitário das castas tradicionais de videiras, na caracterização da raça autóctone da abelha e no chá.

Estão previstas ações diretas de ajustamento e incentivo na pecuária, designadamente a opção de reestruturação voluntária das explorações pecuárias, a comparticipação na aquisição de sementes de milho e sorgo, esperando a ativação da Reserva Agrícola Europeia e o apoio à instalação de pastagens biodiversas.

A especificidade de ilha é uma realidade através do estímulo ao cultivo de culturas tradicionais e culturas proteaginosas, como é o caso da experimentação de leguminosas na Graciosa ou a agro-produção das fajãs de São Jorge.

Seguiremos com a execução dos Planos Estratégicos para a bovinicultura de leite e de carne, vitivinicultura, horticultura, floricultura, fruticultura, apicultura e agricultura biológica.

Submetemos uma candidatura ao Programa LIFE para a economia circular em agricultura, atuaremos para o desperdício alimentar zero e iniciaremos a estratégia para a agricultura de carbono.

Serão efetuados contratos de parceria com as associações e cooperativas e, fundamentalmente, continuaremos o diálogo com a Federação Agrícola dos Açores para uma política agrícola regional que melhor sirva os açorianos.

No Ordenamento do Território concluiremos a alteração do Plano da Orla Costeira da ilha de São Miguel, iniciaremos a avaliação e a revisão do POC de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo e acompanharemos os processos de revisão dos Planos Diretores Municipais e das Reservas Ecológicas.

Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano e Orçamento assume um compromisso de propriedade para com a produção alimentar regional de agro-alimentos e com o rendimento dos produtores, isto é, assume um compromisso de progresso com os açorianos e a nossa autonomia”.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrita a Sra. Deputada Patrícia Miranda a quem dou a palavra.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em qualquer parte do mundo, quando se ouve falar em Economia Rural, principalmente nos Açores, pensa-se em natureza, em produtos marcados pelo sabor e em modelos de produção diferenciados.

Temos nesta terra as condições ideais para continuar a afirmar a nossa Agricultura.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Pois temos! É bem verdade! Agora, melhor do que nunca!

A Oradora: No entanto, como todos sabemos, a conjuntura atual não nos permite olhar o futuro com tranquilidade.

É de destacar, os elevados custos de produção, o baixo preço pago ao produtor, o desinteresse dos jovens pelo setor e a diminuição da capacidade de investimento.

Nós nunca fomos ao futuro, não temos essa capacidade, mas o que é preciso, é (obviamente) trabalhar hoje, para que a Agricultura esteja presente no futuro e ele possa ser melhor para todos nós!

Um futuro, onde este setor seja cada vez mais forte, capaz de vencer as dificuldades do presente e que permita estabilidade e um justo valor para quem já está no setor e que seja atrativo para que os jovens queiram fazer da Agricultura a sua atividade.

Só assim teremos uma Agricultura de e com futuro!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ora aí está!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Precisamos de uma aposta de futuro na Agricultura dos Açores.

E apostar no futuro da Agricultura é apostar nos Jovens Agricultores!

O desafio da renovação geracional é assumido como um dos nove pilares estratégicos da PAC.

Nos Açores, mais de 52% dos agricultores têm ente 45 e 65 anos.

Esta realidade recomenda políticas específicas para o rejuvenescimento agrícola, medidas que estimulem a presença dos jovens, no feminino também, fazendo-os entrar e permanecer no setor e nas zonas rurais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Facilitar o acesso à terra com programas de reforma antecipada justos e atrativos, pagos a tempo e horas, para que aqueles que trabalharam uma vida inteira possam, agora, dignamente, dar lugar aos mais novos.

Permitir o acesso a financiamento diferenciado e atrativo, reforçar a formação e a informação, apoiar os jovens instalados em múltiplas dimensões da sua atividade.

E acima de tudo, procurar que a agricultura seja atrativa.

Porque um setor só é atrativo se for rentável.

A Agricultura é um setor rentável, é um setor que vale a pena apostar, porém não tem uma distribuição de valor justa em toda a cadeia de produção, sendo que os Agricultores continuam a ser os que menos recebem.

Espera-se dum governo que seja capaz de atenuar esta injustiça. Espera-se dum governo que seja capaz de apoiar o **rendimento, a resiliência e aumentar a competitividade das explorações agrícolas.**

Há várias formas de o fazer, mas as duas vias mais rápidas e mais eficazes são pela diminuição dos custos de produção e pelo aumento do preço pago à produção. E em 4 anos este Governo, salvo raras exceções, não foi capaz de assegurar nem uma nem outra.

SENÃO VEJAMOS...

Uma das formas de ajudar os agricultores a baixarem os custos de produção, é através do investimento em infraestruturas de apoio à atividade agrícola – caminhos agrícolas, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.

Mas o que se assiste, desde 2021, é à sucessiva diminuição de verbas alocadas e executadas nas infraestruturas públicas de apoio ao setor...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Quanto cortavam 20 milhões aos agricultores é que era bom!

A Oradora: ... plano após plano, ano após ano, criticada pelo CESA nos seus pareceres apontando o retrocesso que isso implica na Agricultura.

Resultado: temos uma Região com quilómetros e quilómetros de caminhos agrícolas literalmente ao abandono, única e exclusivamente por opção política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): *Para a frente é que é caminho.*

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Estiveram ao abandono!!

A Oradora: Mas o que esperar de um Governo que um dia diz uma coisa e no outro dia faz outra?

Qualquer coisa, menos credibilidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Por exemplo, até ontem, não tinham nomeado os Diretores Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com os argumentos de que os (agora) antigos Diretores Regionais tinham “construído o Plano e Orçamento” e que “era reconhecimento manter os diretores regionais, que construíram o Plano até à sua discussão no Parlamento”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Isso é uma falta de assunto.

A Oradora: Isto a 19 de maio, deixando de ser verdade dois dias depois, a 21 de maio, data em que foram publicados os despachos de nomeação dos novos diretores regionais.

Parece que o único que restou para ajudar o Sr. Secretário foi o Presidente demissionário do IROA.

Mais uma prova da pouca ação e grande desinteresse em resolver os problemas reais. Para não falar do sentimento de insegurança, que transmite ao setor, revelando uma clara desorganização da Secretaria da Agricultura.

E não é só o PS que o diz, é também o Presidente da Federação Agrícola, como foi público!

Outra componente importante na formação do rendimento são as ajudas pagas, e os incentivos aos investimentos nas explorações, por exemplo o PRORURAL e agora o PEPAC.

Mas para isso, é preciso colocar os programas de apoio à disposição dos agricultores, coisa que este Governo tarda em fazer.

Porque é que nos Açores pouco ou nada se sabe sobre a implementação do PEPAC?

Nem propostas de portarias existem. Atualmente só estão desbloqueadas as candidaturas às superfícies, o apoio ao Investimento nas explorações continua sem ver a luz do dia.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Oh paciência, mas que ignorância!

A Oradora: Quando a Agricultura mais necessita de apoio, a Região não se pode dar ao luxo de atrasar o investimento, colocando em causa a sustentabilidade do setor.

Sras. e Srs. Deputados,

Se uma das formas de aumentar o rendimento aos agricultores é, também, pelo aumento do preço pago à produção, não podemos deixar de falar no setor do leite e laticínios.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não sabia que o Governo é que paga o leite!

Deputado Carlos Silva (*PS*): O senhor pagou!

A Oradora: Um setor que continua a ser um dos setores mais pujantes da economia regional, mas que continua a não receber um valor justo e adequado por aquilo que produz.

Segundo nota pública da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada isto acontece, porque não há estratégia nenhuma para o setor do leite e laticínios.

E tem razão!

Num ano o Governo paga para produzir, no ano a seguir paga para não produzir.

Desde janeiro de 2023, que o preço do leite já desceu 14 cêntimos, mais de 25%.

Há alguma intervenção deste Governo para contrariar esta tendência?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto não é Venezuela

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ainda não é, mas para lá caminha!

A Oradora: Quando o preço subiu, veio o Governo rapidamente reclamar os méritos quando não os tinha. Agora que desceu, o Governo remete-se ao silêncio.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: É verdade que o Governo não tem capacidade para intervir no mercado, mas pode e deve fazer pressão na indústria e na distribuição, utilizando os mecanismos que são da sua competência.

Deputado Flávio Soares (PSD): O PS é que pressionava e facilitava!

A Oradora: Em campanha política e na apresentação do Programa do Governo, anunciavam como bandeira a criação de um fundo de garantia ao preço do leite. Onde está?

Questionado em Comissão sobre quando iria ser posto em prática, o Sr. Secretário respondeu que é *quando houver revisão do POSEI* que, segundo também as suas declarações, *será lá para 2025*, num processo que poderá demorar 2 anos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): E os senhores fizeram isso?! É preciso ter uma imaginação fértil!

Deixaram 66 milhões de dívida às cooperativas!

Deputado Flávio Soares (PSD): Pergunte ao seu candidato André Rodrigues, que ele vai explicar!

A Oradora: Ou seja, os produtores de leite, bem podem esperar mais 3 anos por uma solução, para juntar às tantas outras que este Governo já anunciou, mas que ficaram apenas pela intenção.

Diz este Governo que é preciso produtos de valor acrescentado. Tem razão!

Mas para isso é preciso continuar a estimular e apoiar as nossas indústrias e cooperativas nesse sentido. Sem nos esquecermos dos produtos que já temos e que não estamos a ser capazes de saber valorizar de forma que, o rendimento de quem produz seja salvaguardado.

Deste Governo, os Agricultores já ouviram falar em Conselho Científico Agroalimentar, Laboratório Regional de Inovação em Produtos Lácteos e Observatório Agroalimentar.

Três medidas que em quase 4 anos, não viram a luz do dia. Para além, da famosa “fatia de leão” que o Governo continua sem querer chamá-la pelo nome próprio.

Enfim...

Falsas estratégias e promessas gratuitas!

Muita ação... muita propaganda e pouca ação!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Que mau feitio, Sra. Deputada!

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*): Ah! fugiu-lhe a boca para a verdade!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): É autobiográfico esse parágrafo!

A Oradora: E tantos e tantos desafios que, plano após plano, continuam sem resposta.

É a isto que este Governo nos tem habituado, é isto que vem espelhado neste Plano e Orçamento que mais parece um folheto, um conjunto de medidas avulso sem fio condutor, uma mera continuidade do pouco que têm feito, apesar de muito terem anunciado.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): É desta maneira que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro deixa o partido!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ouvi ali daquela tribuna o senhor falar em 3 mil direitos para vacas aleitantes com o que me regozijo.

São mais 900 mil euros por ano de fundos comunitários que vão entrar na economia do agrorural açoriano.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Não são fundos comunitários!

O Orador: Mas espero que não se esqueça dos jovens agricultores e dos agricultores jorgenses que também merecem esse apoio e esses direitos.

No entanto, Sr. Secretário, não é esta questão que quero deixar aqui.

O senhor há dois anos prometeu, no âmbito das ajudas COVID, 100 euros por vaca leiteira em produção e 40 euros por cabeça de gado abatida nos matadouros dos Açores.

Pagou os 100 euros das vacas leiteiras, mas não pagou os 40 euros do gado abatido. E não vale a desculpa do orçamento porque, entretanto, o senhor teve um orçamento aprovado e 11 meses para o executar e não o fez, não pagou a esses produtores os tais 40 euros.

Quando é que vai pagar esse dinheiro?

Deputado José Ávila (PS): Vai ser com o orçamento de 2025!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por acaso fiquei muito feliz, porque o seu discurso foi um discurso fulminante, foi o discurso mais rápido que você já teve desde a legislatura anterior e nesta também. Mas gostei, porque não foi enfadonho e disse coisas muito boas. E uma delas que ficou obviamente na minha *alembração* foi a “agricultura de baixo carbono”.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pedro, não faças isso!

O Orador: E põe-se agora uma pergunta válida relativamente à agricultura de baixo carbono, neste caso, do sequestro de carbono que só podemos fazer com uma agricultura regenerativa, porque não conseguimos fazer armazenamento de carbono. Assim que a gente lavra a terra para meter o milho, perdemos completamente o carbono que andámos a sequestrar durante o inverno.

Por isso, eu pergunto qual é a ideia da Secretaria? E também se vai usar a lei que temos na República relativamente ao baixo carbono, nomeadamente aos créditos e como é que esses créditos vão funcionar nos Açores para os nossos agricultores, para que a gente consiga dar um apoio pecuniário (e não é dar fichas para os museus), ou seja, um valor monetário, como acontece nos Estados Unidos, na Nova Zelândia, no Canadá ou no Japão, para que a gente faça sequestro de carbono na Região Autónoma dos Açores e para que os agricultores possam ganhar com isso.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça o favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:
Eu tenho aqui cinco questões para o Sr. Secretário.

Começo pela primeira questão que é em relação às reformas antecipadas, isto é, se neste orçamento está prevista alguma verba ou alguma estratégia para rejuvenescer a agricultura que tanto precisa, bem como incentivar as reformas antecipadas dos agricultores?

A segunda pergunta é sobre a recapitalização do setor.

É sabido, agora com as taxas de juro o esforço financeiro é enorme, porque os juros já superam o capital e eu queria saber se há alguma estratégia também para recapitalizar, e de alguma forma apoiar os juros, o que não seria inédito, no passado foi feito, e queria saber nessa matéria o que é tem agendado ou programado?

Em relação ao bem-estar animal, falou aí num aumento de 42%, sendo que há um programa chamado *Welfare Quality* que parece que foi adaptado. Em relação a isso, também quero fazer uns considerando, isto é, os agricultores estão de facto cansados de selos... medalhas... certificações... e os rendimentos a descer. E para não ser como aquela novela brasileira do Zé das Medalhas, com muitas medalhas, mas pobre, eu queria saber o interesse para já desse programa, uma vez que não vai ser possível separar os produtos; as explorações são todas certificadas, não vai poder separar o leite das empresas certificadas e não certificadas.

Quanto é que vai gastar com esse programa? E se isso tem algum interesse?

Em relação ao subsídio dos 40 euros do abate que o Deputado Nuno Barata questionou, eu também gostaria de saber se vai pagar.

Em relação ao setor cooperativo, eu como sou do tempo em que só havia duas associações – a dos jovens e a dos outros, agora há a do alho, da cebola, da melancia etc., tudo subsídio-dependente - eu pergunto se não está na altura de parar com isso?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É perguntar ali.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Perguntar aqui, não. É iniciativa privada.

O Orador: Ou pelo menos deixar de incentivar tanta cooperativa, são todas subsídio-dependentes. Isto para não usar o termo (até vou usar) *tudo falido*.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo PSD, o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, vamos então falar de agricultura e das suas dificuldades.

Quanto se fala em dificuldades agrícolas e em desinvestimento na agricultura, é preciso desmontar a narrativa da Sra. Deputada Patrícia Miranda e do Partido Socialista.

Ora nas acessibilidades agrícolas a degradação na Região deve-se a vários fatores que importa aqui enumerar, tais como a falta de manutenção nos últimos 10 anos protagonizada pelos anteriores governos regionais. O maior fluxo turístico desde sempre nos últimos anos, também causa um enorme desgaste nas vias, uma vez que são normalmente utilizadas como rotas mais próximas das atrações mais visitadas...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Está a culpar os turistas! Peça compensação à Secretária Regional das Infraestruturas!

O Orador: ... um inverno muito rigoroso no que diz respeito a níveis de pluviosidade muito superior nos últimos anos, resultante dos efeitos das alterações climáticas, tivemos semanas quase seguidas sempre a chover

abundantemente, o que causou uma sobrecarga nos terrenos agrícolas e não permitiu uma correta drenagem das águas pluviais.

Estes fatores combinados entre si, provocaram quase uma tempestade perfeita para a degradação do estado das acessibilidades agrícolas.

É necessário referir que esta é uma situação que se arrasta há muitos anos e não são causa efeito desta legislatura.

No entanto, é necessário dar uma nota de quanto mais tempo passar, pior ficará a situação, porque todos os anos o desgaste nas vias é maior e menor tem sido a capacidade financeira para fazer face às diversas ocorrências registadas.

É necessário a criação dum plano de recuperação das acessibilidades agrícolas dos Açores, onde uma intervenção concertada permita realizar diversas empreitadas de recuperação e construção de vias em 2/3 anos nas diversas ilhas.

Vamos, então, ao investimento do IROA nos caminhos agrícolas da Região Autónoma dos Açores.

De 2018 a 2020 o IROA investiu 12 milhões 569 mil euros.

De 2021 a 2023 o mesmo IROA investiu 13 milhões e 90 mil euros, um crescimento de 4%.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mesmo terminando os cortes nas ajudas comunitárias, mesmo implementando novas políticas com apoio de 80% à compra de sementes de milho, como já foi falado, à redução da produção de leite, à existência de pastagens biodiversas, aumentámos o investimento no Região em 4%.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos, ainda, a outro exercício que é importante fazer nesta Casa. Diz-se que não há investimento agrícola na Região Autónoma dos Açores e que nada tem a ver com o chumbo do plano e orçamento.

Isto é errado e é falso, porque constava no plano e orçamento que foi chumbado em novembro nesta Casa, um investimento em 18 caminhos na Região.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade! É bom lembrar isso!

O Orador: E eu vou enumerá-los um a um, para desmontar esta narrativa.

- Caminho da Ponta, Cancelas, 7 Fontes, São Jorge: a Coligação votou a favor, o Partido Socialista, votou contra.

- Caminho do Saramento e Rebentão em São Miguel: a Coligação votou a favor, o Partido Socialista votou contra.

- Captação do Poço Ratinho, na Graciosa: a Coligação votou a favor, o Partido Socialista votou contra.

- Caminho da Manga: a Coligação votou a favor, o Partido Socialista votou contra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ó Paulo, já chega!

O Orador: Não, agora vou até ao fim.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

- Caminho Mata Reses em S. Miguel: a Coligação votou a favor, o Partido Socialista votou contra.

- Abastecimento de água nos 5 caminhos em São Miguel; abastecimento de água na Ribeira Grande, em São Miguel; Açude Caveira, na ilha das Flores; muro suporte Camalhães em S. Miguel; abastecimento de água, Cancelas-Lombinha-Outeiro das Roças; eletrificação na ilha Terceira; prolongamento da rede do Cangueiro, Castelo Branco, Faial; Canada da Bica, Fonte do Bastardo,

ilha Terceira; eletrificação Pico das Duas, ilha Terceira; reservatório Nasce Água, ilha Terceira, com um total de investimento previsto de 4 milhões de euros (PRORURAL) + 1 milhão de euros do orçamento regional.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

O Orador: Ou seja, estamos aqui a falar num investimento gradual, um investimento importantíssimo na repavimentação dos caminhos agrícolas.

Portanto, convém referir isto aqui, para desmontar essa narrativa de que não há investimento por parte da Coligação nos caminhos agrícolas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Antes a culpa era do PS, agora é da chuva!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E dos turistas!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) Deputado Luis Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu quando ouvi a Sra. Deputada Patrícia Miranda iniciar a sua intervenção na tribuna, pensei que ela tinha pegado na intervenção do Sr. Secretário e que ia replicá-la, mas depois a coisa descambou e afinal não foi assim.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda continua a precisar de visitar a história. Há aqui um Sr. Deputado que costuma dizer muito que não devemos reescrever a história. Mas às vezes, sim, é preciso reescrever a história, quando existem factos que contrariam e mostram que a história que está escrita não é

verdadeira.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, é preciso reescrever a história.

Sra. Deputada, relativamente àquilo que é o rendimento dos agricultores na ilha Terceira, desde que este Governo tomou posse, o rendimento disponível dos agricultores subiu, em média, 30%.

Deputado Carlos Silva (PS): Então o Sr. Secretário está a mentir!

O Orador: Só para dar um exemplo - não sei se conseguem ver...

(Neste momento o orador mostra um documento à câmara)

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está ao contrário.

O Orador: Não está, não. Está perfeitamente direitinho. A gente aqui tem tudo direito. Antigamente é que estava ao contrário. Agora a gente tem tudo direito. Só para dar um exemplo, na questão dos apoios do POSEI e do PRORURAL, entre 2019 e 2020, foram pagos aos agricultores da ilha Terceira 105 milhões 82 mil 685 euros e 55 cêntimos.

Entre 2022 e 2023 foram pagos 138 milhões 546 mil 825 euros e 72 cêntimos. Ou seja, este Governo pagou aos agricultores durante 2 anos da sua governação, mais 33 milhões 474 mil 140 euros e 17 cêntimos.

Este corte de 15 milhões anuais aos agricultores dos Açores não foi por uma questão excecional, foi por uma opção política. Foi porque o Partido Socialista entendeu que não pagava aos agricultores terceirenses.

O Partido Socialista sempre tratou os agricultores terceirenses como uma classe

de segunda. E este Governo dá-lhes o devido valor e o que é deles é deles e é para pagar a eles.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): É para a Terceira ou é para os Açores?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É incluindo os terceirenses!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu calculo que preparar todo este plano de investimento, orçamento e medidas de médio e longo prazo não é uma tarefa fácil.

Também gostei de ouvir o Sr. Deputado Paulo Chaves a discriminar os caminhos agrícolas.

Sinceramente, acho que podíamos passar para um outro patamar como por exemplo para a Ação 7.3.1 – “abastecimento de águas, caminhos e eletrificação agrícola” - vir discriminado com a previsão de quais são os caminhos que vão ser intervencionados e quantos quilómetros, para que a aprovação do plano não seja um cheque em branco e, no fundo, não sabermos bem o que é que estamos aqui a aprovar.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

(*) Deputada Ana Jorge (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma questão mais rápida ao Sr. Secretário, talvez não tão exaustiva, mas tão bem exemplificada pelo Deputado Paulo Chaves, que me parece que terá também uma resposta rápida.

A ação 7.3.4 – “Reestruturação da rede regional de abate e da rede de certificação da qualidade do leite e segurança alimentar” –

gostaria de perguntar qual é o ponto da situação relativamente à construção do novo matadouro do Pico, uma obra tão necessária e tão ansiada pelos nossos pelos nossos agricultores?

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder de forma objetiva e sintética às várias questões levantadas, começando pelas críticas do PS.

Acho que não é uma crítica a este Governo. O PS fez uma autocrítica aos seus governos, à sua gestão e ao seu planeamento em agricultura.

Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Muito bem!

O Orador: Ora, o futuro começa com o passado.

Nós nunca nos podemos esquecer das políticas públicas para a agricultura, para percebermos o momento atual e o projetarmos no futuro.

Quando o PS fala no rendimento do agricultor nos Açores e ele próprio contribui para a quebra do agricultor, contribui para enganar o agricultor quando anuncia um determinado apoio e corta entre 20 a 50% do mesmo, cortando quase durante 15 anos cerca de **15 milhões de euros** aos agricultura e diretamente ao rendimento, não há moral para falar sobre o rendimento do agricultor na atualidade e no futuro, não há moral política para falar.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS não tem moral política para falar sobre a agricultura nos Açores, quando ele contribuiu para diminuir o rendimento e para a insegurança de quem pratica a atividade agrícola nos Açores!

Esta é que é a questão.

E mais: quando o PS fala na questão dos preços e que é preciso saber os preços, bom, eu próprio enquanto Deputado nesta Casa, apresentei duas iniciativas para o Observatório dos Preços que foram chumbadas pelo PS!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então? O que é que o senhor fez? Diga lá!

O Orador: Felizmente, nós estamos a implementar um Observatório dos Preços, porque senão estamos a governar às cegas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde é que ele está?

O Orador: Ninguém sabe, nem os Srs. Deputados sabem nesta Casa, nem o Governo pode implementar políticas objetivas e concretas sem perceber como é que funciona a formação dos preços do produtor ao consumidor. E, portanto, o que os senhores fizeram até agora foi governar sempre às cegas.

E mais do que isso: nós fomos o único Governo que teve a coragem de apoiar diretamente o produtor durante 5 meses com um cêntimo e meio.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não demos às cooperativas, nem atribuímos às cooperativas, mas sim atribuímos diretamente ao produtor.

Nenhum governo do PS fez isso numa altura em que as dificuldades do preço do leite estavam lá. Nós apoiamos em cerca de 5 milhões de euros os produtores de leite nos Açores, com 1 cêntimo e meio.

Qual foi o Governo do PS que fez isso?!

Nenhum Governo do PS fez isso!

Deputado Carlos Silva (PS): Agora desceu 2,5 cêntimos e o senhor não faz nada!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, obviamente os 3000 direitos vacas leiteiras não são dinheiro comunitário, porque a União Europeia já não apoia direitos de vacas aleitantes. É dinheiro regional, são mais de 900 mil euros anuais que vão ser distribuídos por todos os produtores dos Açores, com majorações para quem tem projetos de investimento no âmbito dos jovens agricultores.

A questão do apoio que nós anunciámos relativamente à carne, estava prevista no plano e orçamento que foi chumbado em novembro de 2023 e continua a estar prevista neste plano e orçamento.

Deputado Nuno Barata (IL): Não está não!

O Orador: Mal sejam aprovados, será efetivamente pago.

Deputada Andreia Cardoso (PS): São apoios do Covid!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, obviamente que sim. Essa é uma questão atual e do futuro e que leva a um pluri-rendimento do agricultor. No PEPAC está previsto uma medida para a agricultura regenerativa, como também será quantificado aquilo que é o sequestro de carbono, no âmbito da florestação e das cortinas de abrigo. Por isso é que há um crescimento de 33% no incentivo na área das florestas, sendo que daqui os agricultores podem retirar créditos de carbono.

Há uma lei nacional do mercado de carbono, mas não há as portarias que regulam. Já transmitimos essa reivindicação ao atual Governo da República, porque o anterior não teve capacidade de fazer, pois é preciso as portarias para operacionalizar a lei do mercado de carbono.

Sr. Deputado Francisco Lima, evidentemente a Comissão Europeia já não aprova reformas antecipadas, qualquer projeto nesse sentido tem que ser apoiado com dinheiro regional.

O que está previsto é que em vez de se ter uma cessação da atividade, ter-se uma sucessão geracional que é uma coisa diferente. É uma medida que vamos implementar sem ausentar os agricultores, permitir que os jovens agricultores tenham um acesso mais rápido e possam substituir quem tem mais de 55 anos, ou seja, em vez de **cessação**, será **sucessão** geracional. Relativamente às associações e cooperativas, as pessoas são livres de associarem, o Governo não é que impõe a associação ou não das pessoas.

Deputado Francisco Lima (CH): Mas é quem paga.

O Orador: Se as pessoas se associam, nós temos que respeitar a livre vontade dessas pessoas se associarem. E depois, obviamente podem se candidatar, pode acontecer é as verbas serem menos quanto mais associações e cooperativas houver. Mas isto é obviamente respeitar a vontade da sociedade.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, nós temos previsto cerca de 10.9 milhões de euros em caminhos, no âmbito dos Recursos Florestais e a intervenção da IROA.

Já foi anunciada uma série de caminhos, mas depois se efetivamente quiser saber todos – não tenho aqui comigo a lista, são mais de 40 caminhos – far-lhe-ei chegar.

Sra. Deputada Ana Jorge, não se trata da construção dum novo matadouro, mas sim melhoramentos no matadouro do Pico que custará 5,7 milhões de euros. Começou com a dotação de 1,7 e passou para 5,7, atendendo ao aumento do ferro, das matérias-primas e da falta de empresas. Portanto, o concurso será lançado no 2º semestre deste ano.

Penso que respondi a todos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só uma questão muito rápida para colocar ao Sr. Deputado Paulo Chaves: pode dizer a esta Câmara onde é que recolheu a informação sobre todos os caminhos agrícolas que supostamente o Governo ia intervencionar este ano?

Fico a aguardar.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: O Sr. Secretário não me respondeu a duas perguntas, ou seja, a metade das perguntas.

Basicamente era sobre o *welfare* do bem-estar animal e sobre a recapitalização do setor agrícola.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem toda a razão, Sr. Deputado Francisco Lima. De facto, esqueci-me dessas duas questões.

O *welfare* é um selo do bem-estar animal que foi adaptado pelo protocolo internacional que muito nos orgulha termos ajustado esse protocolo àquilo que é a realidade do respeito que nós temos pelos animais de produção.

Nós conseguimos este protocolo, estamos obviamente no âmbito do PEPAC a prever uma medida de apoio à certificação das explorações pecuárias, mas é preciso perceber uma coisa, é que de futuro, não vai poder haver explorações pecuárias sem uma certificação do bem-estar animal, nem os consumidores aceitam a ausência dessa certificação. E, portanto, obviamente, no âmbito dos fundos comunitários, com a participação regional, vamos criar uma linha de apoio para essa certificação. Ela é cara, é sim senhor, mas é de facto uma necessidade para estarmos no mercado da venda de agro-produtos. Não podemos viver sem esta certificação.

Relativamente à recapitalização daquilo que são os empréstimos, estava

também previsto no orçamento de novembro de 2023 que foi chumbado - não é novidade - um programa de apoio aos juros. Estando este plano aprovado, o programa de apoios aos juros relativamente a 2023 vai ser operacionalizado através de portaria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em três anos, numa política de transparência e de valorização da produção agrícola e do produtor, o Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM, pôs fim aos rateios nos apoios do POSEI e PRORURAL+. Ao contrário do que aconteceu por anos, desde 2021, os agricultores sabem que a verba aprovada será a verba recebida, sem quaisquer cortes.

Assim também o fez em relação à indústria, com a ajuda à armazenagem do queijo. Pois em 2019/2020 os apoios eram na ordem dos 750 mil euros, enquanto que em 2021/2022 foram na ordem dos 935 mil euros, mais 185 mil euros sem rateios, mais 26,7%.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Faz toda a diferença!

O Orador: A Agricultura é uma prioridade no XIV Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM.

O Plano e Orçamento que agora discutimos pretende continuar as boas medidas na agricultura, adequando-se às necessidades e legítimas reivindicações de quem produz o que comemos.

Neste sentido, o orçamento agora apresentado permitirá continuar a trabalhar para o aumento sustentado do rendimento dos agricultores, particularmente para

o acesso dos jovens à economia rural. **Temos de promover o setor junto dos jovens, garantindo a intergeracionalidade!**

Este orçamento permitirá apoiar a melhoria da competitividade das agroindústrias e da comercialização dos produtores agrícolas, pecuários e florestais certificados e em mercados de elevado valor comercial.

Temos de valorizar o produto açoriano pela sua qualidade, não pela quantidade!

Vai ser mantida a aposta na requalificação das explorações, com particular destaque para a produção de leite e de carne em pastoreio e com recurso à excelência da produção forrageira de pastagens, assim como será mantida a aposta na agricultura biológica, **que vai crescendo a bom ritmo!**

O Governo Regional da Coligação continuará a apoiar os agricultores sem qualquer tipo de rateio.

O Governo Regional da Coligação está ao lado dos produtores e os agricultores bem o sabem.

Sendo o Queijo de São Jorge, uma marca distintiva da Agricultura Açoriana, valorizando-a, pelos inúmeros reconhecimentos e prémios por todo o Mundo, vemos com muita satisfação uma ação neste Plano e Orçamento, para a candidatura do Queijo de São Jorge a Património Imaterial da Unesco.

Termino com uma pergunta ao Sr. Secretário:

Atendendo a que em 2022 foi assinado auto de consignação de empreitada com o intuito de melhorar a gestão da água nos sistemas de abastecimento de água à lavoura em S. Jorge;

Foram repostos reservatórios de água no Urzal e na Cancela de Água e foram beneficiados os existentes, tendo sido colocados sistemas de contagem da água;

Atendendo que os agricultores de São Jorge têm reclamado pela diminuição do débito de água, levando a um aumento do tempo de abastecimento;

Pergunto-lhe, Sr. Secretário, se já foi feita a avaliação técnica desta situação? E caso já tenha sido feita, qual a solução que o Governo pretende implementar?

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Carlos Silva (PS): Paulo Chaves, afinal, onde é que está essa informação?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Silveira:

A aposta no conhecimento daquilo que é o consumo de água, tem efetivamente vantagens. Desde logo, evita a competição entre atividades económicas, disciplina a utilização de água e conhece aquilo que é o consumo de água.

Penso que são dados importantes para uma área como a agricultura, em que é fundamental que exista a água, tendo em conta também as alterações climáticas.

Exatamente nesta semana os técnicos estão a avaliar e a tentar perceber a questão do caudal e das máquinas que disciplinam e contam esta água, no sentido de apurar se é possível melhorar ou não. A opção poderá ser melhorar o sistema e adquirir outras máquinas. Mas o princípio é evitar a competição com outras atividades económicas e que aquela água seja única e exclusivamente para a agricultura e ainda que o agricultor tenha a segurança de que vai ter disponibilidade de água.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Paulo Chaves, afinal?

Deputado José Ávila (PS): O caminho agrícola da Graciosa está lá ainda!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Há quanto tempo é que ele está lá?

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pelos vistos, deve haver alguma informação privilegiada que não é partilhada nem chega a todos os Deputados desta Casa e sendo assim, há situações que não podem debater com toda a seriedade que seria de esperar. No entanto, vamos aos factos e vamos àquilo então que é público.

Desde já, gostaria, de começar por agradecer ao Sr. Deputado Paulo Chaves, porque a única que fez com a sua intervenção foi confirmar aquilo que eu já tinha dito: mais uma vez, este é um Governo de propaganda e pouca ação...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas qual é a pouca ação? Os caminhos estavam no orçamento que os senhores chumbaram!

A Oradora: ... porque anuncia muitos caminhos - eu até me perdi na conta - mas a verdade é que por estarem inscritos onde quer que seja, não significa que vão ser executados. Senão vejamos:

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, uma coisa são apartes, outra coisa é aquilo que os senhores estão a fazer.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É barulho!

Presidente: É barulho ou outra coisa qualquer.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça o favor de continuar.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Eu perdi-me na conta dos caminhos, mas a verdade é que lá por estarem inscritos onde quer que seja, não significa que vão ser executados e que vão ser planeados.

É que a história e a conversa do *já estariam feitos em 3 meses*, é surreal na questão do investimento dos caminhos agrícolas.

Há realmente uma linha que nos separa.

Deputado Flávio Soares (PSD): Oh Sra. Deputada!...

A Oradora: Temos até aqui os investimentos do Partido Socialista em infraestruturas agrícolas, caminhos, abastecimento de água e eletrificação. Como nós vemos, é um investimento crescente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual investimento?

A Oradora: O investimento que este Governo nos apresenta, nas palavras do Sr. Deputado Paulo Chaves, é um crescimento decrescente, todos os anos tem vindo a perder verbas, todos os anos há menos investimento. Não me refiro ao investimento previsto, mas sim ao que é executado, Sr. Deputado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E em 2023 assistimos ao vergonhoso investimento de 55,9 milhões numa taxa de execução de 55,9%.

Sr. Secretário, isto é metade e não tem a ver com o orçamento ser chumbado ou não, porque depois nós vemos que a realidade dos agricultores não deve ser a mesma realidade dos Srs. Deputados.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Isso não é verdade! É mentira!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A senhora está tão baralhada!

A Oradora: É isto que nós vemos diariamente. E este caminho não é de há dois anos, nem de há três ou de há quatro. É de há seis meses.

Deputado Flávio Soares (PSD): É de há 10 anos!

A Oradora: E nem sequer para fazerem um levantamento, pior. Aos requerimentos respondem dizendo que “a IROA executou e concluiu a empreitada de reparação do troço do caminho agrícola Arribanas/Bar no início de abril do corrente ano”.

Das duas uma: ou o Governo não conhece a realidade em que governa, ou então não sei o que é que está dizendo aos agricultores açorianos, porque o caminho a que se estavam a referir é este (*a Deputada exhibe uma fotografia*) e o estado e o estado que esse caminho apresenta é este.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, a Sra. Deputada demonstra um desconhecimento que é realmente assustador!

É que o contrato-programa com a IROA só é feito depois da aprovação do plano e orçamento, nunca é feito antes. E, portanto, a IROA não tem capacidade de investimento sem a aprovação do plano e orçamento. E nós temos candidatados ao PRORURAL + 5 milhões de euros, com uma comparticipação regional de 1 milhão de euros. Portanto, não só não é possível iniciar-se, como não está em curso, porque é ilegal, pois nós não temos plano e orçamento.

Sra. Deputada, aconselho-lhe uma coisa: conheça melhor os dossiers, conheça melhor as temáticas.

A IROA não pode executar sem a aprovação deste plano para elaboração de contrato-programa, sempre foi assim, Sra. Deputada. Conheça bem as coisas.

Sobre a questão dos caminhos, há uma questão fundamental que é a manutenção.

Comparando o período de 2018 com o de 2020, foram investidos em conservação e manutenção nos Açores 1 milhão 644 mil euros.

De 2021 a 2023 foram investidos 2 milhões 405 mil euros, ou seja, mais 511 mil 892 euros de investimento por ano.

Ora, se vamos falar em conservação e manutenção, que é a palavra fundamental, nós em três anos, mesmo eliminando os rateios, mesmo aumentando as taxas de participação de 75 para 85, mesmo apoiando em 85% da compra de sementes de milho, mesmo apoiando outras situações de ajudas diretas ao produtor, conseguimos investir mais nos últimos três anos em comparação com os últimos três anos de governação do PS.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

A realidade desmente isso!

O Orador: Esta é a realidade!

Os seus dados não são verdadeiros e não sei onde os foi buscar!

Mas há mais: a ilha donde a senhora é, embora haja ainda muito para fazer, nós podemos comparar os últimos três anos.

De 2018 a 2020, o investimento da IROA foi de 5 milhões 851 mil euros.

De 2020 para 2023, o investimento foi de 7 milhões 833 mil euros, mais 26% de investimento relativamente à sua ilha.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, há muito para fazer, há sim senhor, mas nós temos feito um esforço maior do que aquele foi feito pelos governos do PS, comparando com estes últimos três anos.

Portanto, a senhora critique quando os governos do PS tiverem feito melhor!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Partido Socialista assume-se neste debate com uma postura séria...

(Risos do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

... como sempre teve, uma postura coerente, com base em dados que são publicados e que estão à vista de todos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Que falta de argumentos! Estamos a falar de agricultura, não de posturas!

A Oradora: Sobre os dados que o Sr. Secretário apresenta, eu desafiava-o a partilhá-los com todos nós nesta câmara, para que possamos também fazer uma avaliação real.

Os dados que eu apresentei estão disponíveis na página do Governo, portanto se o senhor diz que são falsos, então a responsabilidade há-de ser de alguém, mas não é minha de certeza.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Claro que sim.

Você esqueceu-se de ir às páginas todas!

A Oradora: Há outra coisa que eu também gostava de referir, ou seja, a postura do Sr. Secretário já é recorrente. Sempre que se toca em questões que lhe são

mais sensíveis, o senhor simplesmente grita e põe em causa os conhecimentos de deputados eleitos legitimamente.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*):

Porque se a senhora tivesse esse conhecimento, não exigia!

A Oradora: E, portanto, sobre ter ou não conhecimento, vamos então falar em modo de igualdade, porque ou o senhor não vê os requerimentos que lhe dirigem, ou então eu não sei que conhecimento é esse de que o Sr. Secretário está falando.

O seu desconhecimento também está à vista. Não é o contrato programa.

Na resposta ao requerimento diz-se que “as obras estão concluídas”, mas o caminho está longe de estar concluído. Mas eu passo então a citar:

“A IROA executou e concluiu a empreitada de reparação do troço do caminho agrícola Arribanas/PPA de Sta. Bárbara no início de abril do corrente ano”. É este o caminho.

Portanto, Sr. Secretário, o seu desconhecimento então é nas nove ilhas dos Açores. E a ilha donde eu sou tem nome, é a ilha de São Miguel.

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Ávila (*PS*): O Governo também se engana!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS/PP*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre as questões da agricultura e tendo em conta aquilo que já foi transmitido, a Sra. Deputada Patrícia Miranda, já nos habituou ao seu registo de vir dar aqui

dar uma imagem completamente negativa da agricultura como se nada tivesse sido feito.

Deputado Carlos Silva (PS): Uma imagem verdadeira!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: A questão que eu lhe coloco é se existia algum planeamento, no que concerne por exemplo os caminhos agrícolas, por parte do anterior governo? Se existia ou não a manutenção adequada?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro que existia!

Deputado Carlos Silva (PS): Obviamente!

A Oradora: É porque se existia, o que nos custa a perceber é como foi possível termos chegado, em todas as ilhas, ao estado a que chegámos quando os senhores estavam a governar há três anos?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pergunte ao Deputado Paulo Chaves!

A Oradora: Há três anos os senhores é que estavam a governar. Portanto, como é que é possível em três anos, termos chegado ao estado em que estão os caminhos agrícolas onde tanto é preciso ser feito – é verdade - mas se existisse um adequado planeamento e a adequada manutenção, estou certa de que não estaríamos no estado em que estamos atualmente, com tanto trabalho que falta fazer.

Quanto aos contratos e quanto ao IROA, como a senhora bem sabe, o Governo não os pode fazer sem o plano e o orçamento aprovados. A senhora sabe isto perfeitamente.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não sabe, senão não levantava essa questão!

A Oradora: E, então, como é que vem levantar essa questão neste plenário, como se não tivesse conhecimento desta matéria?!

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o Governo responde a um requerimento a dizer que fez uma coisa quando não fez?!

A Oradora: Depois, quando fala na questão do apoio aos agricultores, esse é um trabalho que tem sido feito por parte deste Governo Regional. E vem a senhora dizer que nada foi feito. Isso não é possível, porque foi por opção política deste Governo colocar um final nos rateios, através dum esforço orçamental de 17 milhões de euros, para que isto fosse uma ajuda direta ao produtor e ao seu rendimento, criando previsibilidade ao produtor.

A Sra. Deputada não pode ignorar este facto...

Deputado José Ávila (PS): E os caminhos agrícolas?

A Oradora: ... porque isso foi feito por opção deste Governo e, assim, acabaram-se os rateios na Região. E isso foi uma ajuda muito importante para o setor agrícola.

Gostaria também de dizer que o apoio dum cêntimo e meio ao litro de leite e o apoio à compra de sementes de milho e de sorgo não são ajudas ao produtor?!

Deputado Carlos Silva (PS): E o pagamento?

Deputado José Ávila (PS): O pagamento é outra coisa.

A Oradora: Agora o que este Governo tem efetivamente de melhorar, o trabalho que o Sr. Secretário já afirmou que é necessário fazer, é existir um planeamento e uma manutenção adequados aos caminhos agrícolas para a gente não chegar à situação em que estamos hoje.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quando é que isso vai começar?

A Oradora: É isso que nós esperamos deste Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É um planeamento e uma manutenção adequados para não chegarmos àquilo que temos hoje.

Muito rapidamente, em relação a S. Jorge, existem matérias importantes para esta ilha, tais como o matadouro, bem como a agro-produção nas fajãs de S. Jorge, a candidatura do queijo de S. Jorge a património da UNESCO. Tudo isto são medidas muito importantes para a nossa ilha que estão contempladas neste plano e orçamento e que, esperamos, desta vez sim, possamos ter um plano e orçamento aprovados para o bem dos agricultores dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(* Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura é um setor de relevante importância em todas as ilhas dos Açores. Apresenta todos os dias desafios que necessitam ser encarados com tomadas de posição eficazes e eficientes, fundamentadas no presente e projetadas no futuro. A agricultura na ilha de S. Jorge não pode descurar o setor leiteiro. Tem de recuperar os cerca de 4 milhões de litros de leite que perdeu entre 2019 e 2022, de forma a prosseguir com a produção de um produto único, o queijo de S. Jorge, que representa uma marca de excelência e já por si só um produto de valor acrescentado. Só que este valor custa a chegar a quem produz. O aumento do preço do leite em S. Jorge deve-se à reestruturação do setor. Reestruturação esta que tem vindo a ser feita ao longo dos últimos anos e à

valorização do produto no mercado. No entanto, não nos podemos esquecer que os aumentos das matérias-primas têm sido enormes e que as mesmas são instáveis e voláteis, por isso, é necessário implementar e defender medidas capazes de proteger o setor.

É preciso uma visão política séria e concreta, de forma a assegurar e proteger todos aqueles que dedicam os 365 dias do ano a este setor, sem feriados e sem descanso, com a perspetiva do valor compensatório do seu trabalho.

O setor agrícola está a envelhecer de ano para ano. Precisa de renovação. Para isso, os jovens precisam de estímulo e apoios concretos. É necessário desburocratizar, implementar medidas de rejuvenescimento em particular nas zonas rurais. Precisam de sentir que é uma profissão que lhe assegurará um futuro e que será economicamente rentável.

Sr. Secretário, a obra do novo matadouro de São Jorge tem constado nos planos e orçamentos, já originou várias notícias da vossa Secretaria, mas está difícil sair do papel.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Pois está!

Os senhores chumbaram! Agora percebemos porque é que chumbaram o orçamento, foi para dizer que *está lá e não foi feito!*

A Oradora: A última notícia foi dados dedicação dos trabalhos de empreitada a 19 de fevereiro de 2024.

Na audição na Comissão de Economia desta Secretaria, o Sr. Secretário referiu, e cito: “prevemos o início da construção do matadouro de S. Jorge”. Prevemos.

O tempo passa e a cada vez mais evidente o adiar da concretização deste investimento que é estruturante para a ilha de S. Jorge.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): A senhora quer que o Governo se substitua ao Tribunal de Contas?!

Isso é aproveitamento político duma realidade que afeta todos! Que amadorismo!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor tem que aprender a respeitar as pessoas!

A Oradora: A degradação a que chegaram os caminhos agrícolas gera graves constrangimentos para os agricultores, prejudicando a rentabilidade dos mesmos que diariamente ali circulam.

Esta degradação é visível em todas as ilhas.

É necessário um trabalho conjunto entre as entidades responsáveis por estes caminhos.

Na configuração das ilhas e a que melhor conheço, a ilha de S. Jorge, não basta acudir nos terrenos a montante, se os responsáveis, a jusante, não o fazem e vice-versa.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Ah já não presta?!

A Oradora: Relativamente às condições dos caudais de água e de saída da água, conforme já foi referido pelo Deputado Paulo Silveira, diminuíram; quando se levava 20 minutos para encher um tanque de água, agora leva-se 1 hora; e aqui está-se a falar no tempo que os agricultores despendem do seu dia. Este Governo pouco tem investido as infraestruturas agrícolas, nos caminhos agrícolas nos abastecimentos de água, na eletrificação das explorações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No Orçamento, quanto é que está para a limpeza de ribeiras?

A Oradora: Não basta anunciar uma candidatura do queijo de S. Jorge a património imaterial da UNESCO.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Ah já não presta?!

A Oradora: Não basta negociar a diversidade produtiva das fajãs de S. Jorge, porque esta já existe. É preciso muito mais.

É preciso uma visão política séria e concreta, de forma a assegurar e proteger

todos aqueles que dedicam os seus dias e o seu tempo aos setores mais importantes da nossa economia - a agricultura.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico um tanto ou quanto baralhado quando ouço o que ouvi agora da boca da Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Começou por falar do matadouro, quando os senhores só prometeram, mas nunca chegaram a realizar.

É triste, porque durante anos andou-se a enrolar os agricultores que iam ter um novo matadouro que nunca chegaram a ter.

A senhora sabe como ninguém, é público dentro desta Casa, todo o processo que se passou no matadouro. O valor com que começou, as duas vezes que o concurso ficou o vazio, o aumento do preço que passou de 6,5 para 12,5 milhões de euros, enfim todo o esforço que este Governo e esta Região assumiu para que S. Jorge tivesse um matadouro.

Veio falar dos caminhos agrícolas, eu lembro-me, e até não sei como é que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras não se lembrou quando falava há pouco...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): O senhor ainda tem duas horas, eu já estou na penúria.

O Orador: Eu lembro-me que em 2018, num conselho de ilha, um Secretário

Regional da Agricultura e Florestas disse que não ia haver investimento nenhum em caminhos agrícolas em São Jorge - nem Tronqueiras, nem Cerrado do Caminho - que naquela legislatura não havia nada. E nesses três anos houve zero de investimento em caminhos agrícolas. E mesmo só com os meios próprios e a dificuldade que este Governo tem encontrado, os próprios serviços com a herança que tiveram de maquinaria completamente obsoleta, já se interveio em mais de 80 quilómetros de caminhos agrícolas em S. Jorge.

Se a Sra. Deputada quiser e tiver paciência, eu posso discriminar todos eles e as intervenções que foram feitas.

Temos que perceber que tivemos um inverno rigoroso, por isso os caminhos não estão perfeitos. Aliás, esta Coligação, nomeadamente em S. Jorge, assumiu numa forma clara e direta que essa situação não tinha corrido como gostaríamos na anterior legislatura. Mas atenção, os caminhos estão todos transitáveis e tem havido um esforço por parte dos serviços de ilha para pôr os caminhos e nas mínimas condições.

O Sr. Secretário reconheceu e assumiu que é preciso um trabalho de programação no futuro para se ir atendendo aos caminhos, mas houve efetivamente um investimento por parte da Secretaria.

Fala-se do queijo e fala-se do leite e é curioso verificar que quando baixa o preço do leite, a culpa é sempre do Governo. Mas quando se sobe o preço do leite, como é o caso de S. Jorge que é dos mais bem pagos desta Região, o mérito é sempre dos outros. O Governo só é culpado quando desce, quando aumenta, já não tem nada a ver com o Governo.

Portanto, isto é um bocadinho um contrassenso que eu não consigo perceber.

Digo-lhe, ainda, Sra. Deputada que S. Jorge é uma ilha fundamental para o setor agrícola.

Os agricultores não andam contentes, porque ninguém gosta de ir para a sua exploração com os caminhos sem estarem nas devidas condições, mas isso não

é de agora. E se tivessem cuidado deles, não tínhamos chegado ao que chegámos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Silveira:

O senhor, tal como eu, foi eleito pelos jorgenses para estar aqui a defender a ilha de S. Jorge e os Açores no seu todo.

O matadouro de S. Jorge é uma obra que vem a ser reivindicada há muitos anos.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): É isso mesmo!

Bem lembrado!

A Oradora: Foi apresentado o projeto do matadouro em 2020 e quando houve condições financeiras, através do PRR, para haver esta candidatura é que o mesmo avançou, porque é uma obra de vários milhões de euros e o aumento do valor que se fala, teve a ver com o aumento dos custos dos custos de produção.

Não estamos contra isso, é a verdade, é a realidade.

Em relação ao preço do litro de leite, Sr. Deputado Paulo Silveira, eu estava a falar em S. Jorge. E lá o senhor sabe tão bem que o aumento verificado foi devido à redução da dívida no setor cooperativo, nomeadamente na

UNIQUEIJO e também devido à valorização do produto no mercado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E porquê?!

A Oradora: Em relação aos caminhos agrícolas é aquilo que nós vemos, ou seja, é necessário haver articulação entre as várias entidades que tutelam os caminhos agrícolas. Não pode ser só o

Governo, não pode ser só a IROA, nem podem ser só os municípios, porque há responsabilidades a montante e a jusante.

O senhor, tal como eu, ouve todos os dias em S. Jorge queixas relativas a este assunto. E é para isso que eu estou aqui, para defender os jorgenses e os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Isabel Teixeira:

Nós também contribuímos para o aumento do preço do leite, sabe porquê? Porque o rateio no armazenamento do queijo era de 185 mil euros até 2021. Deixou de haver esse rateio.

Deputado Paulo Chaves (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Ou seja, 185 mil euros que o POSEI voltou a colocar no armazenamento do queijo e que os governos do PS cortavam.

Este é o nosso contributo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E mais 500 mil euros de rateios naquilo que eram os apoios comunitários aos agricultores jorgenses. E, portanto, tem aí o nosso contributo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é que são políticas sérias, ouça!

O Orador: Relativamente ao matadouro, começou em 7,5 milhões e vai em 12,5 milhões, dois concursos internacionais desertos e agora está no Tribunal de Contas.

Quanto a isso, é aproveitamento político, Sra. Deputada, porque isso afeta também tudo o que é construção civil nas nossas famílias, nas nossas casas, nas nossas empresas. Há, de facto, um problema.

Depois, relativamente aos caminhos, a manutenção dos caminhos em S. Jorge em 2018, 2019 e 2020 foi... zero!

Em 2021, 2022 e 2023, foi de 125 mil euros de investimento.

Relativamente à política séria, neste orçamento está uma coisa que tem a ver com isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS):

Pelo amor de Deus!

O Orador: É que nós estamos a pagar uma multa de 2 milhões de euros por falta de seriedade. E este ano nós pedimos ao IFAP para pagar cerca de 500 mil euros por ano por falta de seriedade do vosso Governo!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E estão aqui 500 mil euros para pagar de multa que podiam ser investidos na agricultura açoriana.

Mais: se efetivamente este Governo não tivesse feito nada, uma das primeiras medidas do programa eleitoral do PS não seria a manutenção do fim dos rateios. Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A vossa multa! Nós é que a pagámos!

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Bela literatura de cabeceira!*

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra, faça favor.

(* Deputado Mário Tomé (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir nesta matéria, mas já que falámos de caminhos e foram-me concedidos 3 minutos, vou fazer uma intervenção relativa à minha ilha.

Os caminhos é um problema geral, isto é, enquanto Bruxelas considerar os asfaltos prioridade negativa, vamos ter um problema grave, não só em relação aos caminhos agrícolas, mas também às vias regionais e às estradas municipais que possivelmente daqui a 10 anos terão problemas gravíssimos, daí precisarmos de afetar recursos financeiros para fazer face a essas necessidades.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Então não se faça demagogia, como se tem feito!

O Orador: Esta questão dos caminhos agrícolas no Pico, que é a segunda maior ilha dos Açores em extensão, estamos a falar de 300 quilómetros de

caminhos agrícolas, que incluem caminhos da IROA e caminhos florestais, 250 quilómetros de asfalto e 50 quilómetros de macadame, também temos esse problema que não é de agora, que vem de trás, com um conjunto de vias e melhoramentos que feitos nas explorações agrícolas e que potenciaram a utilização de outros veículos como tratores, 4X4 e o fluxo turístico que tem um impacto brutal no caso da minha ilha, porém, Sr. Secretário, olhe para mim, não se pode vir atirar foguetes de que está tudo bem e resolve-se os problemas de todos os caminhos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ninguém disse que estava tudo bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não é nada disso!

O Orador: Portanto, temos que ser realistas.

No caso do Pico, gostaria que o Sr. Secretário me desse resposta nesta minha primeira alocução a duas questões:

1º- Qual o plano de recuperação dos caminhos agrícolas no Pico?

2º - Para quando a finalização do caminho da Rosada que, como o senhor bem sabe, está por resolver há 3 anos, pois falta finalizar 120 metros dos 7 quilómetros existentes.

Depois há uma grande preocupação nossa que não foi ainda falada e que tem a ver com a vitivinicultura e com o impacto que esta tem no Pico.

Gostaria de saber qual é a posição do Governo face à afirmação do Ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, que defende que os apoios à plantação das vinhas já deviam ter parado há muito tempo.

Obviamente que isto diz respeito aos Açores, mas também diz muito respeito ao Pico, dado que mais de 90% dos produtores estão nesta ilha. Diz também o Sr. Ministro que o programa de apoio à reestruturação e reconversão da vinha não é solução e que deve acabar.

Face a isso, eu gostaria também que me dissesse qual é a posição do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(* **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário: O seu silêncio diz tudo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não, não diz nada!

O Orador: Portanto, o senhor vai-me responder se faz favor.

Em 30 segundos o senhor responde-me se concorda ou não com as afirmações do Sr. Ministro da Agricultura.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Os picarotos merecem uma resposta, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): O VITIS é para continuar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar para a próxima área governativa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo?

O plano para o ano de 2024 relativamente à economia do mar, apresenta um valor de cerca de 44,2 milhões de euros, acrescidos de 6 milhões de euros

relativos a obras públicas e infraestruturas de pesca e da orla costeira, num total de 50 milhões de euros.

De relevar nestas verbas, o estruturante e fundamental projeto do Cluster do Mar, financiado por verbas provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência, num investimento superior a 48 milhões de euros, repartidos por 2 anos, assumindo, assim, um papel preponderante para a Região e para os setores das pescas.

Merece igualmente destaque no âmbito da reprogramação do PRR, a introdução de um sistema de incentivos para a transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da pesca e da aquacultura, com uma dotação financeira de 5 milhões de euros até ao 1º trimestre de 2026.

Pretende-se que este sistema de incentivos promova a modernização do setor das pescas, com a disponibilização de recursos capazes de potenciar a produção, a comercialização e a transformação na Região, sendo o nosso compromisso abrir com candidaturas no último trimestre de 2024.

A nível da conservação ambiental, implementaremos a Rede de Áreas Marinhas Protegidas com proteção de 30% do nosso mar, cumprindo, assim, antecipadamente os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas para 2030.

Pretende-se que a rampa fique definida em 2024 sendo determinante que a curto prazo esta Casa, num compromisso transversal de gerações, assuma a nossa autonomia e a vontade de liderar pelo exemplo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: As gerações vindouras merecem conhecer os nossos mares, tal como os conhecemos hoje.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: A devida operacionalização das infraestruturas, nomeadamente dos portos e núcleos de pesca, incluindo lotas, equipamentos de frio, sistemas de produção de gelo, pórtilhos, guinchos, assinalamento marítimo, etc, merecem a nossa particular atenção, atendendo ao elevado estado de degradação em que muitas destas infraestruturas se encontram, ao deficiente sistema de gestão da utilização de muitas destas infraestruturas e às gravosas consequências que daí advêm ao setor no dia a dia.

Paralelamente, importa reestruturar a frota pesqueira, implementando mais segurança, mais seletividade e mais sustentabilidade à exploração dos recursos vivos, primando pelo equilíbrio entre o recurso disponível e as capacidades da pesca, uma tarefa muito difícil de realizar.

O apoio aos pescadores e às associações do setor também não será descurado, assumindo-se a importância destes serviços junto da comunidade piscatória, incentivando-se a coletividade e a resolução conjunta dos problemas existentes no setor.

A valorização do pescado, estimulando também o interesse em outras espécies com reconhecido potencial valor comercial, diversificando o esforço de pesca, é uma estratégia a seguir. Esta valorização começa com a captura sendo determinante assegurar métodos seletivos de captura sustentável, condições de higiene, de conservação e de manutenção do pescado a bordo das embarcações, garantindo a sua excelência na fase de comercialização, como os últimos tempos no têm demonstrado ser necessário.

Em simultâneo, este processo inicia-se com a valorização e conhecimento dos recursos disponíveis, sendo por isso o nosso objetivo dar continuidade aos projetos de investigação científica que permitam a recolha de dados para avaliar a sustentabilidade e a monitorização das espécies, bem como os projetos que minimizem o impacto das capturas em espécies prioritárias ameaçadas, protegidas ou em perigo.

A aposta na promoção regional internacional da aquicultura é para continuar através dum centro a instalar no Tecnopolo-MARTEC e do apoio à Universidade dos Açores que atualmente se desenvolve nas antigas instalações do Departamento do Oceanografia e Pescas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: O reforço do acompanhamento, vigilância, fiscalização e monitorização dos usos e atividades marítimas

também se constitui como uma prioridade neste plano e orçamento através da aquisição de radares e equipamentos de monitorização de embarcações. A inovação tecnológica em matéria de fiscalização, é fundamental para monitorizar os nossos mares. Há um caminho tecnológico a percorrer, difícil, muito estimulante para o desenvolvimento da política marítima integrada na Região Autónoma dos Açores, permitindo a gestão do nosso espaço marítimo com forte base de apoio tecnológico e científico.

No programa Mar 20/30, instrumento decisivo na garantia da sustentabilidade e do cumprimento da estratégia promotora de competitividade e da resiliência do setor das pescas e da aquicultura, da comercialização e da indústria transformadora, os Açores contam com uma dotação financeira para o período de 21/27 de 75 milhões de euros. É um instrumento que utilizaremos na nova renovação.

A consolidação da Escola do Mar, marca uma aposta deste Governo na formação e, por consequência, no desenvolvimento da economia azul regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Na esteira do XIII Governo Regional, este Governo continuará a trabalhar para que a Escola do Mar seja uma referência nacional e internacional nas profissões do mar.

A política pública açoriana para o mar, precisa de um instrumento que traça o seu rumo. Nesse sentido, estamos a trabalhar, e pretendemos concluir este ano, a Estratégia Regional para o Mar 25/30.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Também com o objetivo do plano regional anual para o ano de 2024, no domínio do mar, temos a conclusão do processo de aprovação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a Subdivisão dos Açores.

Sem prejuízo de uma firme determinação do XIV Governo Regional dos Açores junto do Governo da República, em particular do Ministério da Economia e da Secretaria de Estado do Mar, inaugurar um novo modelo de autonomia para o século XXI, uma autonomia de cooperação em que todos os entes se entre ajudam no exercício de objetivos comuns, onde a verdadeira gestão partilhada entre a República e as Regiões Autónomas consubstanciem na união de vontades de ambos os níveis do poder público para se alcançar uma solução final e justa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Tal corresponderá, ainda que com diferentes figurinos de intervenção, a uma codecisão de intervenção no ordenamento do espaço marítimo regional açoriano e madeirense.

Em suma, relativamente à economia do mar, com este plano, pretendemos dar resposta às várias preocupações do setor, desde as questões da sua sustentabilidade, monitorização, fiscalização, controlo, investigação, desenvolvimento socioeconómico, tanto nos setores mais tradicionais como nos

setores mais emergentes.

É desígnio deste Governo Regional assegurar a experiência de viver no mar dos Açores às próximas gerações, o que implica um equilíbrio entre o esforço e as capacidades instaladas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Gualberto Rita, a quem dou a palavra.

Deputado Gualberto Rita (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pesca continua a ter um elevado contributo para o desenvolvimento socioeconómico da Região, não apenas pelo valor acrescentado que gera, mas também como fonte de emprego, que permite gerar rendimentos e contribuir para fixar população em comunidades costeiras, por todas as ilhas.

O setor pesqueiro tem um forte impacto no total das exportações açorianas e constitui uma atividade económica, que projeta os Açores no exterior e que possui um carácter multidimensional e transgeracional criador de valor.

O potencial do setor da pesca da Região Autónoma dos Açores resulta da variedade dos recursos marinhos existentes que é condicionado por fatores topográficos relacionados com a profundidade, natureza e irregularidade dos fundos, limitado pelas correntes marítimas fortes e pela tecnologia da frota pesqueira existente.

Tal como referimos aqui na discussão do programa do Governo, os Açores, pelas suas características ímpares, representam um “mar de oportunidades” que não podemos, nem devemos desperdiçar.

No entanto, os documentos apresentados em novembro e agora repetidos como sendo de continuidade, apesar da mudança de protagonista, **representam uma ameaça para o futuro das pescas na nossa Região.**

Ora vejamos alguns exemplos: O investimento na formação dos profissionais da pesca e na qualificação do setor não passa de conversa de circunstância, sem qualquer medida concreta. A sustentabilidade dos recursos marinhos e o alargamento das áreas marinhas protegidas, apesar de repetidas até à exaustão nos discursos, não encontram correspondência nos documentos apresentados.

Já para não falar do plano de reestruturação do setor das pescas, que de prometido, ficou esquecido e agora, quatro anos depois, é que vai ser alvo de estudo pelo Governo.

Perante tantos desafios e também oportunidades na revolução que se assiste na economia do mar, que exige uma conduta para a sustentabilidade e responsabilidade, uma “mentalidade” de respeito pela natureza e ecossistemas marinhos, encaramos o futuro com grande preocupação!

Como é possível qualificar o setor, atrair jovens e proteger os recursos com o orçamento apresentado?

Não encontramos determinação neste orçamento para a valorização dos produtos e serviços da pesca!

Como pretende, Sr. Secretário, valorizar os produtos da pesca? Incentivar o consumo interno de pescado (garantir peixe fresco e de qualidade aos açorianos)? Como pretendem valorizar, por exemplo, o atum, o chicharro e outras espécies de baixo valor acrescentado?

Com o mesmo modelo desastroso dos últimos quatro anos? Congestionando o mercado, provocando a queda do preço e pescando em quantidade, em detrimento da qualidade, conforme foi o caso do atum Patudo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era muito *virtuoso!*

O Orador: Que impacto tem esta falta de estratégia nos pescadores, nos compradores, nas fábricas, e até na Lotaçor...? Depois de tanto esforço em conquistar a quota de rabilho, como é possível sermos das regiões do mundo onde estas espécies do atum são as mais mal pagas da Europa?

Como pretende o Governo responder à revolução na economia azul?

Não encontramos nos documentos medidas concretas que promovam a inovação, a partilha, o desenvolvimento de redes de contactos, no fundo, não encontramos medidas que valorizem o mar e as pescas dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados:

O Governo da Coligação tem vindo a desvalorizar o papel fundamental que as associações da pesca têm na descentralização do setor, na identificação e resolução dos problemas “in loco”.

Falta de respostas e cortes significativos nos apoios, foram muitas as tentativas para diminuir o papel das associações.

E este orçamento, novamente, não apresenta soluções adequadas para estes problemas, podendo ficar em causa o suporte administrativo à DRP (para organização de processos como do POSEI, os roles de tripulação, do Fundopesca, na manutenção, na limpeza e vigilância dos portos dos Açores).

Para além do projeto do MARTEC e da embarcação científica, a tal *herança* dos governos do Partido Socialista, pouco sabemos sobre a manutenção do projeto POPA, do MONICO, do COSTA ou do Arquipélago.

Em que condições trabalha hoje o Plano Nacional de Recolha de Dados?

A ciência é fundamental para conhecer, para conservar e proteger e, sobretudo, para decidir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A criação de áreas marinhas protegidas terá sido o assunto mais discutido no ano passado!

No orçamento para 2024, onde está refletido um plano de reestruturação da frota? Como pretendem ajustar a frota ao território disponível? E será esta uma intenção apenas de papel? E como pode o Sr. Secretário garantir a eficácia desta medida, sem um plano de monitorização?

Como é possível que este Governo continue a subestimar a importância da Inspeção Regional das Pescas que precisa urgentemente de orientação, liderança, mas também de recursos humanos e equipamentos dignos?

Não é possível proteger os recursos marinhos dos Açores sem ter uma Inspeção Regional das Pescas robusta e qualificada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E este plano e orçamento é incapaz de assegurar estas necessidades. Sr. Secretário, um pouco por toda a Região, em cada comunidade, existem pescadores insatisfeitos com o estado das infraestruturas, dos equipamentos, da falta de manutenção das gruas, pórticos, entrepostos, empilhadores, guinchos, etc.

Temos plena consciência de que os recursos são limitados e ninguém exige que se faça tudo de uma vez só, mas terá de concordar connosco quando constatamos que este orçamento é praticamente omissos nessa prioridade!

Por último, mas não menos importante, gostaríamos também de destacar o forte impacto que o aumento do preço dos combustíveis tem no setor. Desde 2021, aumentou mais de 123% juntamente com outros fatores de produção.

A verdade é que este orçamento é demasiado limitador para o tanto potencial que existe no mar dos Açores e não contribui para assegurar melhores condições para os profissionais da pesca e para o rendimento dos pescadores.

Porque é que devemos acreditar que agora com este orçamento será diferente do apresentado em novembro quando pouco ou nada mudou e que não garante a estabilidade da atividade do sector da pesca nos Açores?

Disse!

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A manutenção e reparação das infraestruturas dos nossos portos de pesca são essenciais para garantir a segurança e a eficiência nas atividades ligadas ao mar. E dou como exemplo novamente as gruas que desempenham um papel crucial no manuseio das embarcações da pesca e das outras atividades marítimas.

Dado isso, eu gostaria de saber se existe algum plano de manutenção para reparação dos gruas nos portos de pesca e qual é o investimento previsto por este Governo?

Como também não tenho muito tempo, vou acrescentar outra questão que é quando entrar em vigor a rede de áreas marinhas protegidas, o que é que vão fazer? Vão reduzir a frota de pesca, vão compensar as perdas de rendimento dos pescadores? Quais são as linhas definidas nessa matéria?

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente e Membros do Governo:

Chegados à discussão do mar e pescas, do outro lado ouvimos mais do mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade

O Orador: É mais do mesmo quando se olha para o presente e faz-se uma análise que de um lado, não é aquilo que nós vemos deste lado.

O que eu quero dizer com isto é que sim, é verdade que há muito para fazer nas pescas.

Sim, é verdade que a área das pescas efetivamente é muito complexa e aquilo que nós temos que fazer terá o seu tempo. Mas Sr. Deputado, sim, é verdade que muito já foi feito por esta Secretaria e muito ainda há a fazer para que as pescas saiam do patamar de desgraça em que estiveram deixadas pela governação do Partido Socialista. E esta é uma realidade. Mas vamos aos factos.

Deputado Carlos Silva (PS): Porto de Pescas de Rabo de Peixe.

O Orador: Fala-se na formação, cartas e licenças dadas *ad hoc* foram dadas durante a governação do Partido Socialista através da Escola do Mar.

Relembro que a Escola do Mar nem tinha certificação naquela altura. Foi este Governo, foi esta Coligação que certificou a Escola do Mar.

Deputado José Ávila (PS): Estava a ser feita!

O Orador: É preciso lembrar isto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais: em 2023, foram mais de 700 formandos de 700 formandos que a Escola do Mar formou. E este Governo tem tido esta atenção, também tem tido a atenção para uma maior fiscalização, ao contrário do que o Sr. Deputado do PS diz, apostando em radares, em câmaras de vigilância e, acima de tudo, apostando naquilo que nós pretendemos, isto é, que a legalidade das pescas continue a ser uma realidade.

Também queria dizer que quando se fala na valorização do pescados, é preciso não esquecer que em termos de valor das descargas, cada ano deste Governo tem vindo a aumentar o rendimento dos pescadores açorianos. Não sou eu que o digo, são os factos e basta ver, sobretudo, as descargas que nos apresenta a Lotaçor.

Sim, Sr. Deputado, estamos melhor do que no passado. Mas muito há ainda para fazer.

Disse também que é “desastroso” referindo-se à pesca do atum patudo. Mas é preciso não esquecer, este Secretário e o anterior têm tido a preocupação de falar com o setor.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Falta é visitar as associações!

O Orador: Nenhuma decisão neste setor tem sido tomada de forma individual e sem haver diálogo, consenso e o tal trabalho em rede que era preciso que existisse e que hoje começa a existir.

Uma coisa lhe digo Sr. Secretário, o senhor é coerente, aquilo que defende hoje também defendia no passado. E recordo que em 2017, o setor das pescas esperava mais verbas no orçamento dos Açores. O Vice-Presidente da Federação das Pescas dizia num órgão de comunicação social a 20 janeiro de 2017 “que o setor estava à espera de mais verbas do Governo Regional na proposta do orçamento para este ano, atendendo à crise que a atividade está a atravessar”.

Pergunto agora onde é que está esse Vice-Presidente da Federação das Pescas

de 2017?

Foi coerente com aquilo que diz. Mas mais:

Diria também que no passado – isto por causa da fiscalização - a Federação das Pescas dos Açores dizia que “quer mais verbas para a fiscalização e formação”. Ou seja, é um problema antigo que o Sr. Secretário vai ter esse trabalho de tentar resolver, porque os problemas que nós estamos a atravessar, a maioria deles, vem do passado.

Muito obrigado.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois a pesca continua a ser um dos setores mais abandonados na nossa terra, por mais que se invente e reinvente, nós continuamos a sentir isso. Basta ir falar com os pescadores. Basta ver o sentimento que eles têm de quase abandono deste setor.

Muito rapidamente, e querendo ter uma pesca forte, vibrante e produtora de riqueza para quem lá trabalha, queria colocar duas questões particulares: uma tem a ver com as linhas de crédito para a pesca, não faz sentido que um armador tenha que hipotecar a casa para reparar o seu barco. Por isso, gostava de saber o que é que o Governo tem em consideração sobre isto?

Em relação aos combustíveis que neste momento começam a ser um peso excessivo, muitos dos barcos dizem que quando vão para o mar o que fazem é

para pagar o combustível, Sr. Secretário o que é que nos pode dizer sobre isso, ou o que é que podemos melhorar neste setor, até porque outros países já criaram ferramentas para tal?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XIII e o XIV Governos têm falado de economia do mar e de valorizar o mar e os seus recursos como nunca antes. Está expresso nas orientações de médio prazo, está vertido na proposta do plano que aqui analisamos. E o Sr. Secretário já destacou aqueles que são os grandes investimentos e as medidas que este plano propõe. No entanto, eu não poderia deixar de referir-me ao avultado investimento do Cluster do Mar que aqui em tom de brincadeira o Sr. Deputado Gualberto Rita chama de *herança do PS*. Efetivamente, foi uma herança e antes que o PS venha dizer que é que garantiu as verbas para este investimento que estavam inscritas naqueles projetos que haviam incluído no PRR, a verdade é que este investimento mereceu tamanha importância que à data da tomada de posse do XIII Governo, na pasta de transição, apenas constava a identificação do investimento. E, portanto, foi este Governo que durante o ano de 2021 teve de fazer um investimento para aquisição dos prédios que não eram propriedade do Governo, para que pudessem passar para a sua posse. E, realmente desde então, tem desenvolvido todo o processo que para além de complexo, teve todos os constrangimentos de ocorrer numa altura em que dada a escalada de preços,

e como toda a gente acompanhou, temos um projeto que depois de alguns concursos desertos, chegou a bom porto, é uma obra que está em curso.

Portanto, aquilo que eu pedia ao Sr. Secretário, no tempo limitado que tem...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem uma hora ainda!

A Oradora: ... era se nos pudesse adiantar um pouco da calendarização e do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, no sentido da operacionalização deste projeto e da necessária articulação com a área da investigação.

Outro aspeto que eu gostaria que o Sr. Secretário também muito sumariamente se referisse, tem a ver com o fenómeno da invasão da alga, o facto de, por via duma decisão desta Casa ter sido incluída uma verba para o estudo da Universidade dos Açores relativamente às características desta alga e ao seu eventual aproveitamento para algum fim. Ou seja, esta é uma alga que tem tido um impacto grande nos ecossistemas, também nas zonas balneares e que assola a costa de várias ilhas dos Açores, em particular aqui na ilha do Faial onde tem sido responsável por um frequente arrojamento de algas na praia do Porto Pim. Em suma, aquilo que eu perguntava ao Sr. Secretário é qual o ponto de situação?

É uma pergunta que lhe tem sido colocada várias vezes pela oposição, que tem criado a necessidade do Governo estar constantemente a posicionar-se e a comunicar sobre este assunto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que chatice!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): A Sra. Deputada está um bocadinho mal informada.

A Oradora: Daí eu perguntar-lhe, porque entendo que é importante que todos os açorianos tenham conhecimento desta situação.

Sobre outra questão, e talvez servindo para dar um contributo no esclarecimento ao Sr. Deputado Gualberto Rita, na sua intervenção veio lamentar que não vê inscrita nenhuma verba para fazer face àquela que possa ser a compensação das

perdas dos pescadores por via da implementação das áreas marinhas protegidas. Ora, isso também já foi diversas vezes esclarecido.

Deputado Mário Tomé (PS): Não foi nada esclarecido.

A Oradora: O Decreto Legislativo Regional, no seu artigo 5º, prevê que entrará em vigor no prazo de 9 meses após a sua publicação.

Ora, caso isso tivesse acontecido no início do ano, 9 meses, já provavelmente não teria abrangência em 2024. Tendo em conta que o plano e orçamento não mereceu a aprovação no final do ano e que a proposta que esteve em consulta pública acabou por nem dar entrada nos serviços da Assembleia, penso que até dispensa qualquer esclarecimento da parte do Sr. Secretário.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não dispensa nada!

A Oradora: Dado que naturalmente, neste plano de 2024 seria totalmente fictício ter alguma verba para este fim, já que nem o documento está aprovado e ele contempla um período de 9 meses para entrar em vigor após a sua publicação.

Obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado. Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Rui Pinho): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Gualberto Rita, muito obrigado pela sua intervenção e penso que foi uma intervenção sóbria. Mas deixe-me dar-lhe números para que possa perceber o que é que o Governo está a fazer.

Eu quero descansá-lo, porque este Governo tem liderança, tem estratégia, tem

visão, sabe para onde é que quer ir e sabe o que é que tem que fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD) e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):

Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Não basta dizer!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O orador: Mas vou-lhe dizer, Sr. Deputado Carlos Silva, o senhor tem 48 milhões de euros num investimento de inovação. E, portanto, surpreende-me um bocado que associe a herança do projeto, mas depois tenha dificuldade em perceber como é que ele pode ser estruturante para o setor.

Neste momento, o gabinete tem uma prestação de serviço feita com o Fórum Oceano para a definição do *hub azul* Açores, para a definição das empresas âncora que vão ficar associadas ao Cluster do Mar e para o ninho de empresas.

Vamos visitar os oito clusters nacionais. Nós vamos fazer parte desse cluster do *hub azul*, vamos ver como é que eles estão a funcionar e como é que estão operacionalizados e organizados. É esse o trabalho de um dos adjuntos, a Dra. Suzete Amaro, que está a fazer neste momento, ou seja, é acompanhar as obras do cluster e saber como é que nós vamos operacioná-lo a partir de 2026.

Portanto, não esteja assustado, é preciso primeiro acompanhar o processo e começar a trabalhar para pôr o sistema a funcionar. Simultaneamente, estamos a investir na Escola do Mar na área da economia azul, nalguns projetos estruturantes que podem dar apoio, na área tecnológica, a todo o setor, nomeadamente aqueles das áreas dos *drones*, das pistas e do centro de controlo e também todo o outro investimento paralelo que está a ser feito e que era suposto transitar depois para o cluster do mar.

Portanto, são áreas estruturais que vão ter um impacto muito grande, já para não falar na área da aquacultura, em que nós vamos visitar todos os todos os

sistemas de aquacultura do *hub* azul que estão implementados em Leixões, Peniche e Olhão, já temos esses esses projetos agendados exatamente para ter uma ideia de como é que eles funcionam, de como é que as empresas nessas áreas funcionam e como é que nos podem ajudar.

É claro que há um caminho grande para percorrer. É claro que o Governo não pode fazer isto sozinho. É claro que tem que trazer a ciência para dentro do sistema. E nós vamos contactar a ciência e vamos contactar os parceiros para poderem trabalhar e fazer parte do projeto, porque ele não é do Governo, o projeto é da Região Autónoma dos Açores.

Quero também dizer-lhe que o O Governo tem dois grandes instrumentos para as preocupações que o Sr. Deputado põe - e bem. O PRR, por um lado, onde nós temos 5 milhões para pensar na diversificação da frota e na inovação da aquacultura. Temos que ser estratégicos na forma como vamos gastar esse dinheiro, Sr. Deputado. Eu disse aqui quando fui ouvido na Comissão, que tinha uma verba muito pequenina, porque queria um resultado muito grande. É porque uma dificuldade que temos quando vamos falar com os parceiros é de que teremos uma dificuldade grande, porque o PRR é muito exigente, teremos uma dificuldade muito grande para executá-lo naquilo que nós e o setor gostaríamos verdadeiramente de fazer. Provavelmente não vamos ter oportunidade de fazer isso, porque não vamos ter tempo e, portanto, vamos ter que ser estratégicos na utilização dessas verbas. E estamos a discutir com o setor como é que nós devemos objetivamente investir esse dinheiro. Nós gostaríamos de investi-lo de uma forma estratégica, sobretudo na renovação e na diversificação da frota.

Queria também dizer-lhe que temos o Mar 20/30, onde este gabinete tem passado um bom pedaço do seu tempo a olhar para estas verbas porque, como sabe, o facto de não termos o orçamento aprovado pôs aqui uma *décalage* em que não avançamos no Mar 20/30. Por isso, temos que fazer agora a legislação,

temos que fazer os avisos e temos, mais uma vez, que fazer investimentos estratégicos nestas áreas, nomeadamente nos investimentos a bordo, nos portos de pesca, na proteção da natureza, etc.

Estamos a definir estes avisos, queríamos abri-los em junho, provavelmente não vamos ter oportunidade, vamos abri-los em setembro.

Portanto, só para lhe dar uma orientação do que é que nós vamos fazer. Os seus representantes da pesca hão-de ser chamados para dar ideias e contribuir no processo de definição deste tipo de investimentos.

Agora, deixe-me dizer-lhe também um outro aspeto. Eu tenho estado reunido semanalmente com as associações da pesca, Sr. Deputado. O Secretário não está a tomar decisões incompetentes sozinho, porque gosta, não. As decisões que eu tenho, mesmo na pesca do patudo, são decisões que têm a ponderação das associações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Com o patudo não funcionou!

O Orador: Nós sabemos que é difícil. Eu não venho aqui sacudir a responsabilidade.

O Secretário está aqui para assumir as responsabilidades. E o Governo está aqui para assumir as responsabilidades, não atirou a *toalha ao chão*, não vamos morrer todos, não é desgraça, o setor não caiu na lama, o setor vai sobreviver, vai progredir e vai desenvolver-se com uma liderança forte, incluindo a liderança das associações.

Deputado Nuno Barata (IL): O setor é resiliente!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Podia também dar-lhe exemplos de outros investimentos que estão no plano e que dão ideia – Sr. Deputado Carlos Silva – de como é que vamos executar estas coisas.

É claro que temos um orçamento pequenino, gostaríamos de ter mais, mas não temos, é muito magro para aquilo que queremos fazer.

O Sr. Deputado José Sousa do CHEGA, mete de facto o *dedo na ferida* quando faz essa pergunta.

Nós temos 5 milhões de euros para as infraestruturas; destes 5 milhões, fizemos um contrato-programa com a Lotaçor. Temos atualmente uma relação de grande proximidade com a administração da Lotaçor, na forma como esta empresa em termos financeiros, está a ser executada.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma *novidade*. Não existia antes!

O Orador: Temos algumas dificuldades nesta área. Para lhe dizer com verdade, nós temos grandes dificuldades nesta área, porque temos um número elevado de portos, temos um número elevado de infraestruturas, temos um número de equipamentos nesses portos que estão mal geridos, que são mal mantidos e, portanto, o que o Governo está a tentar fazer é ser arrojado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual foi o porto novo que já fez?

O Orador: ... e está a dizer na cara às associações que queremos preparar o mar para amanhã. E preparar o mar para amanhã vai obrigar a tomar decisões difíceis, sendo que uma delas tem que ser desclassificar alguns destes portos, provavelmente retirar algumas destas infraestruturas dos portos ou negociar com os parceiros, as câmaras municipais, as juntas de freguesia, os clubes navais, da mesma maneira que a Docapesca está a fazer no continente, não estamos a fazer nada que seja extraordinário.

Deputado Nuno Barata (IL): Os senhores hão-de fazer isso quando tiverem maioria absoluta, que eu espero que nunca aconteça!

O Orador: Não é verdade.

Mais vale ter um clube naval a fazer a gestão dum grua do que ter uma grua abandonada, com dolo, crime, percebe?

Acho que é uma questão de responsabilidade e de maturidade. Relativamente à Sra. Deputada Salomé Matos, o processo da alga já foi adjudicado e o primeiro relatório será apresentado agora em maio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas:

Vou falar sobre a gestão da orla marítima e da orla costeira.

Como sabe, no passado tivemos os nossos problemas com a República relativamente à gestão partilhada do nosso mar e daquilo em que a gente não manda absolutamente nada, até mesmo na própria forma de conselho ou a forma (passiva) como a Região Autónoma dos Açores poderá ter sobre a gestão da Lei do Mar, o que foi muito mal encarada por parte do Governo da República do PS. E até foram deputados do PS na Assembleia da República que pediram uma declaração de inconstitucionalidade ao Tribunal Constitucional. Até aqui tudo bem.

Só que agora temos um problema, porque o novo Primeiro-Ministro que é do PSD, mandou uma carta a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que mandou a carta?

O Orador: ... relativamente à homologação de desafetação e delimitação dentro da orça costeira, que é da sua tutela, e que pede a inconstitucionalidade relativamente à sua competência na gestão de delimitação ou de desafetação dentro orla costeira. E eu pergunto se isto não será - obviamente estamos a pressupor - se este não será o primeiro caminho da parte do novo Primeiro-Ministro sobre aquilo que é a gestão partilhada, tanto do nosso mar dentro da zona económica exclusiva, bem como da nossa orla costeira?

Pergunto também se o Sr. Secretário Regional vê grandes problemas relativamente quanto à nossa delimitação, à nossa gestão e ao nosso poder em tutelar aquilo que é a delimitação da nossa orla costeira?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(* **Deputado José Sousa (CH):** Prescindo, Sr. Presidente.

O senhor tem que ver quem é que assina a carta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu costumo ser avisado e sigo uma máxima que é “nunca digas tanto bem de quem não vás um dia poder dizer mal, nem digas tanto mal de quem um dia não tenhas que vir a dizer bem”.

Em relação ao Sr. Secretário tenho agora que *engolir* um bocadinho essa máxima, porque eu tive a leviandade de dizer de si já demasiado bem, para agora ter que dizer mal.

O senhor disse que as suas tomadas de decisão, são *decididas* (passe a redundância) com as associações, com as corporações e com o setor e enfatizou “até mesmo na gestão da quota do patudo”.

Eu devo dizer que a posição da APASA, a Associação mais representativa dos

pescadores na nossa Região, e que até já foi minha entidade patronal – veja lá! – não é consentânea com a tomada de decisão que o senhor teve. E digo mais: quando aqui discutimos o programa do Governo, e eu desafiei o Sr. Secretário com uma proposta que a Iniciativa Liberal tinha no seu programa eleitoral sobre a gestão mensal das quotas de pescado, estava precisamente a pensar na questão do patudo. E na altura, o senhor disse que não era relevante pensar em quotas mensais. Ora, este é um caso em que as quotas mensais tinham resolvido grande parte do problema que nós estamos a viver agora, que não é um problema só dos armadores, é um problema dos armadores, mas é também um problema do canal Eureka, porque o facto de não haver quota de pescado neste momento, nós não podemos, por um lado, dizer que queremos ter muito turismo e queremos receber muito bem as pessoas e ganhar muito dinheiro e valorizar os nossos produtos, mas depois quando chega a hora das pessoas começarem a chegar, a gente já não tem um dos nossos principais produtos que é o atum patudo ou uma posta de rabilho para vender a um preço justo e a um preço de ganharmos todos bastante dinheiro.

Portanto, Sr. Secretário, perdoe-me, mas de facto, neste caso a quota do patudo teria sido muito mais bem gerida se tivesse sido feita mensalmente do que da forma como foi gerida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas:

Não respondeu às questões que foram colocadas sobre a compensação das reservas e à questão da linha de crédito e ainda a questão dos combustíveis.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para intervir na sequência da intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves.

De facto, Sr. Presidente, nós os líderes dos grupos e representações parlamentares, recebemos hoje um ofício que foi remetido a V. Exa. pelo Sr. Presidente do Tribunal Constitucional.

Este ofício tem um texto longo que ainda não tivemos tempo de analisar em todo o seu pormenor, mas diz respeito ao pedido de inconstitucionalidade de uma série de normas ou de normas de decretos legislativos regionais. No entanto, o Sr. Deputado Pedro Neves devia ter visto com atenção quem é que fez isto.

O Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, como é lógico, pediu à Assembleia para, querendo, se pronunciar. Mas este processo de pedido de declaração de inconstitucionalidade de normas ou de ilegalidade de normas aprovadas por esta Assembleia data de um de abril de 2024. Parece mentira, mas foi o último dia de António Costa que assina claramente esta carta a pedir a inconstitucionalidade das normas que o senhor referiu. E, portanto, o Primeiro-Ministro que antes de abandonar o Palácio de São Bento, teve ainda o cuidado de assinar uma carta para pedir a declaração de inconstitucionalidade de normas por nós apresentadas relativamente ao nosso domínio público marítimo e ao nosso domínio público hídrico.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É lamentável esta atitude!

Mas também lamento que o senhor não tenha tido o cuidado de ver quem é que assinou a carta.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele viu quem assinou a carta!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que vergonha, no último dia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Você já falou, Sr. Deputado, agora deixe-me falar.

Eu já tinha pedido a palavra para assumir, obviamente, o erro. Não precisa de lamentar, porque eu não vi quem é que escreveu, porque tive o cuidado de ver e li na íntegra, menos assinatura. Eu vi a data, mas não pensei que alguém tivesse a coragem de fazer isso no último dia. Por isso é que assumi que seria o novo Primeiro-Ministro. Mas assumo o meu erro.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Há pessoas que são capazes de tudo!

O Orador: No entanto, Sr. Secretário, a pergunta continua a ser válida, porque para mim eu vejo isto como um problema grave, seja quais forem as cores políticas, pois a Região Autónoma dos Açores está acima disso.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Agora a Assembleia é que tem que responder.

O Orador: E admito o erro. Mas, acredite, eu vi as normas todas, vi todos os artigos de falámos e vi os dois decretos que nós temos relativamente à delimitação e à desafetação, por isso faço a pergunta se vamos ou não ter um problema no futuro relativamente a uma tutela que é a sua?

Obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Ainda não foi declarada inconstitucional, foi um pedido!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(* **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para acrescentar que, lamentavelmente, a decisão tem a ver com a única ilha dos Açores que vota no Partido Socialista sistematicamente.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um ato de contrição, Sr. Deputado?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Tem que olhar melhor para os mapas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Prescinde?

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruto da Costa.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei à espera que o Sr. Deputado Mário Tomé, estando inscrito, quisesse dizer alguma coisa sobre isto, porque é importante.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu estou inscrito, já pedi a palavra.

O Orador: Ah pronto, então certamente que o PS virá responder. É que há mais um pormenor que eu me esqueci de dizer ao Sr. Deputado Pedro Neves quando me referia ao facto do seu lapso - para além da assinatura ser bastante visível, está escrito António Costa, lê-se bem. Mas dizer ainda que este e-mail do pedido de declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade foi enviado às 20h33, foi mesmo antes de *bater com a porta* que o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa do Partido Socialista, quis deixar esta *encomenda* ao Parlamento

dos Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que falta de consideração com os Açores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tive ainda oportunidade de ler com a devida ponderação a carta que o Presidente do Tribunal Constitucional enviou a esta Assembleia sobre esta matéria. Mas sobre este assunto não restem dúvidas em relação àquilo que o Partido Socialista pensa, sente e acha sobre este assunto. Tanto assim é que como V. Exa. certamente poderá ver, os decretos legislativo e regulamentar regionais, cuja inconstitucionalidade é requerida...

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, se a minha intervenção incomodar o seu aparte diga!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não incomoda nada!

O Orador: Muito obrigado.

Apenas queria dizer que o decreto legislativo e o decreto regulamentar cuja inconstitucionalidade e ilegalidade de alguns dos seus artigos é solicitada, são decretos aprovados pelo último Governo Regional do Partido Socialista, ao qual

eu presidi. E isso diz tudo, julgo eu...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Ah diz, diz!

O Orador: ... sobre a discordância profunda, clara e inequívoca que há entre aquilo que o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista pensa e acha sobre essa matéria e aquilo que, aparentemente, o antigo Primeiro-Ministro entende sobre este assunto.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não diz. Há muito coisa por dizer.

O Orador: Neste assunto, não estamos seguramente de acordo com o Dr. António Costa, como não tivemos noutros assuntos.

Este pedido de inconstitucionalidade – não tive ainda a oportunidade de o ler - se outras razões não existissem, o facto de ser sobre decretos aprovados pelos Governos Regionais do Partido Socialista e por uma Assembleia Legislativa na qual o Partido Socialista tinha a maioria, diz tudo quanto à diferença de entendimento e à discordância profunda com esse pedido de declaração de inconstitucionalidade.

Muito.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não diz. Falta dizer o resto.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não, não diz!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não pus em causa o trabalho feito por esta Assembleia nem pelo anterior Governo Regional relativamente aos decretos que aqui são questionados.

O que eu pus em causa, e fiz questão de o salientar e frisar numa segunda intervenção ao Sr. Deputado Pedro Neves, é o facto desta atitude por parte de um Primeiro-Ministro do Partido Socialista que os senhores naturalmente apoiaram e ainda recentemente lamentaram a saída e todos esses *números* que fizeram relativamente à sucessão de António Costa no Partido Socialista, é o facto de o Primeiro-Ministro de Portugal ter esperado pelas oito e meia da noite do último dia de funções para enviar para o Tribunal Constitucional um pedido de inconstitucionalidade de normas regionais.

Eu diria que ou foi à socapa, ou foi para tentar - como aconteceu com o Deputado Pedro Neves do Pessoas, Animais e Natureza - induzir em erro as pessoas, para pensarem que tinha sido outro a fazer esta brincadeira. E isso é que eu lamento que o senhor não se tenha levantado para ser a primeira coisa a dizer, para lamentar que um Primeiro-Ministro no último dia de funções, já pela noite dentro, se deu ao trabalho de ter uma atitude destas contra a Região Autónoma dos Açores e contra os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre essa matéria, eu julgava não haver dúvidas, mas se dúvidas existem, eu

gostava então de dizer nesta Assembleia, já agora aproveitando os órgãos de comunicação social *urbi et orbi*, duas coisas a propósito desta atitude: lamentável!

Aliás, talvez de outra forma: *poucozinha*, muito *poucozinha*!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

A temática que agora se levantou a propósito dum pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade de normas deste Parlamento, pedido subscrito pelo antigo Primeiro-Ministro de Portugal, revela que o País e alguns centralistas deste nosso País, continuam a achar que o nosso ativo – o mar - que a nossa autonomia, a vontade de defender o que é nosso, valorizar o nosso potencial num quadro nacional, comunitário e mundial continua a ser uma bandeira de defesa autonómica.

Deputado Nuno Barata (IL): Olha o meu aviso!

O Orador: Eu, hoje, instado a fazer esta intervenção neste debate de orientações de médio prazo e de plano e orçamento, gostaria de exortar este Parlamento – sim, pode fazê-lo! – que faça um protesto e uma censura à iniciativa deste antigo Primeiro-Ministro relativamente a este assunto. Mas também a fazer prontamente o trabalho que lhe compete, de fazer a defesa da constitucionalidade destas normas legislativas, preparar junto do Tribunal Constitucional a defesa desta nossa prerrogativa e deste nosso objetivo. E se ele

não for suficiente no quadro do texto constitucional atual para garantir este direito dessa prerrogativa ao povo insular que somos e à Região Autónoma que somos, que se faça no quadro da revisão constitucional a clarificação do normativo constitucional que acabe com as dúvidas sobre esta matéria, porque infelizmente, para além desta atitude centralista no pedido da fiscalização, também não temos boa nota na jurisprudência do Tribunal Constitucional que costuma sempre interpretar da forma mais restritiva os poderes e as prerrogativas autonómicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não tenho certeza positiva quanto ao que pode ser a conclusão deste processo. E já é tempo de afirmarmos esta vontade de, no quadro constitucional, garantir os nossos direitos e as nossas prerrogativas, porque o ativo mar é dos Açores, tem influência e cria dimensão ao País e à União Europeia e nós não prescindimos dos nossos direitos e prerrogativas.

É nesse lado que eu me coloquei em nome do Governo dos Açores e exorto o Parlamento a que faça a boa defesa da constitucionalidade destas normas agora questionadas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do CHEGA)

Deputado Nuno Barata (IL): Quem sabe, sabe!

Quem percebe, percebe!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(* **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Rui Pinho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Pacheco:

Para responder-lhe, porque não o tinha feito há bocado:

Não, a pesca não está abandonada.

Relativamente às linhas de crédito, nós estamos disponíveis para pensar soluções de linhas de crédito.

A experiência que temos é de que quando implementamos as linhas de crédito, depois os pescadores têm dificuldade em recorrer a elas, contudo, estamos disponíveis para pensar em soluções que possam dar resposta ao financiamento dos pescadores.

Antes de pensar nessa solução, gostaríamos de pensar nos fundos e como é que os vamos orientar para a apoiar a pesca. Parece-nos nesta altura que é uma prioridade mais urgente.

Relativamente aos custos dos combustíveis é um assunto complexo. Nesta altura, o que eu mais gostava de ver era que os próprios pescadores tivessem informação sobre a avaliação da estrutura de custos da embarcação e tivessem competência para avaliar quais são verdadeiramente os custos dos combustíveis em cada maré.

De qualquer maneira, este é um assunto que dentro dum prazo muito curto se vai meter ao setor e nós estaremos cá para discutir com eles soluções para este problema.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação, dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Muito bem-vindo a debate.

Ao fim de três anos ouço falar em estratégia, visão e saber para onde é que se deve ir.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Não se falou doutra coisa.

O Orador: Eu questionei o seu antecessor várias vezes sobre qual era a estratégia e ele nunca me respondeu. E também lembro que o senhor também tem responsabilidades políticas nesta matéria, porque o senhor foi Diretor Regional das Políticas Marítimas e devia ter sensibilizado o seu antecessor para um conjunto de investimentos e diretivas relativas à estratégia.

Eu posso recordar aqui alguma dessa falta de estratégia nesta área tão sensível que é o setor extrativo.

Por exemplo, perdemos 20% de quota dos *beryx* (imperador), a responsabilidade de quem foi? Acho que desta bancada não foi.

Foi por inoperância, por incapacidade do anterior Governo de que o senhor fez parte como Diretor Regional das Políticas Marítimas. Nós fomos incapazes de gerir 85% da quota nacional do atum patudo. Aliás, nesta altura do ano, em que devíamos estar a rentabilizar o resto da quota por excesso ou sobrepesca de 2022 (180 toneladas) não temos essa quantidade de peixe disponível em que o preço está baixíssimo, por falta de um plano de gestão, para o qual alertámos nesta Casa, aquando do programa do Governo.

Além de que no setor do controlo e fiscalização, uma área fulcral para os Açores, pouco ou nada foi feito pelo anterior Governo.

O Sr. Secretário anunciou ali da tribuna um conjunto de investimentos estruturantes e fundamentais para conseguirmos monitorizar a atividade piscatória.

Recordo que ao nível da inspeção das pescas, esta bancada questionou bastas vezes sobre a sua importância, referindo os escassos recursos humanos existentes, quer do ponto de vista de inspetores quer do ponto de vista de juristas. No entanto, o senhor não disse uma palavra sobre o assunto. Por isso, gostaria de saber qual é a estratégia do Governo Regional dos Açores para a inspeção regional das pescas, atendendo, por exemplo, que o núcleo da inspeção das pescas da ilha do Pico há 2 dois anos que não tem inspetores.

Portanto, se o Governo Regional, por via da alteração orgânica, atribui mais competências à inspeção regional das pescas mas, entretanto, não reforça essas competências com meios humanos, alguma coisa não vai bem.

Por fim, gostaria que o Sr. Secretário, nos dissesse se já há alguma informação sobre o que vai acontecer em relação à quota do goraz.

Qual é a informação que existe neste momento? Se vamos perder quota ou não, porque é uma espécie extremamente importante para a Região Autónoma dos Açores e gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre isso.

Respondendo também ao colega Jaime Vieira, esperamos que isto também não seja *mais do mesmo*.

É óbvio que a estratégia é discutível, mas é fundamental que o Governo a tenha. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco na intervenção de tribuna do Sr. Deputado Gualberto Rita, foram 7 minutos sempre a criticar. Perdi a conta de tantas críticas que foram feitas em 7 minutos.

Deputado Carlos Silva (PS): Como assim?!

O Sr. Secretário até gostou dela, disse que era *sóbria*.

O Orador: Eu fico mesmo lisonjeado, porque cada vez que eu falo os senhores vêm logo a terreiro, mas eu não preciso que me deem tanta importância.

Eu fiquei a pensar se aquela uma intervenção não foi escrita em 2019 ou em 2017. E também fiquei a pensar se este Governo está a governar há 10 ou 15 anos, porque parece que agora é que está tudo mal.

Foram tantas as críticas e são tantas as coisas que estão mal que só consegui tomar nota de algumas, sendo que muitas delas o meu colega Deputado Jaime Vieira já fez referência. No entanto, não podia deixar de referir a questão dos entrepostos, porque foi este Governo Regional que requalificou o entrepostos da Madalena, Horta, São Mateus da Calheta, Vila de Porto e Lajes das Flores. Muitas delas estavam até ao abandono e muito degradadas.

Deputado José Ávila (PS): Quantas é que estavam em obras?

O Orador: Gostava também de referir uma questão relativamente aos equipamentos, que o Sr. Secretário também já fez alguma explanação no início da sua da sua intervenção, nomeadamente alguns equipamentos na ilha Terceira, porque há já este ano, o Governo Regional tomou uma medida, na nossa opinião acertada, que foi passar a maioria dos equipamentos na ilha Terceira para a gestão da Lotaçor. Em boa hora o fez, porque a Lotaçor tem o conhecimento e os recursos muito importantes para que realmente possamos ter uma manutenção e uma gestão daqueles equipamentos de forma mais assertiva e mais regular.

Neste momento, as gruas do porto de Pipas, Vila Nova, Porto Judeu e Porto Martins já foram alvo de reparações e já estão devidamente certificadas, algo que é fundamental para garantir a segurança da sua operacionalidade, nomeadamente dos seus utilizadores. Também sabemos que está a decorrer uma reparação geral da grua dos biscoitos.

Neste momento, temos um problema grave com o pórtilho de São Mateus da Calheta que está sem funcionar, porque já estava num estado tal de degradação que colocava em risco os utilizadores, nomeadamente as embarcações de maior porte.

Queremos também saudar a Lotação que foi a São Mateus reunir com os pescadores, tendo acertado com eles um prazo para a sua reparação, foi delineada uma estratégia para que eles possam fazer as devidas reparações. E, portanto, damos boa nota do andamento do processo e realmente os pescadores têm compreendido toda esta situação que esperamos se resolva rapidamente, para que no próximo inverno já possamos ter aquela infraestrutura muito importante a funcionar.

Também o pórtilho do porto de pescas da Praia da Vitória está a necessitar de uma intervenção e sabemos que estão a ser diligenciados todos os procedimentos para efetivamente reparar aquele equipamento.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não queria ter que gastar muito do nosso tempo a colocar a mesma questão. Mas o Sr. Secretário não chegou a responder sobre o que é que vão fazer quando entrar em vigor a rede de áreas marinhas protegidas? Vão reduzir a frota? Vão compensar as perdas de rendimento? Qual é a estratégia que tem delineada?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho nesta altura do debate, apenas porque acho que é relevante e importante para todos nós, quando se fala - e já ouvi aqui duas vezes especificamente nesta área governativa - das pescas, quer da tribuna, quer pela voz do Sr. Deputado Mário Tomé, na questão da inspeção. E para nós é bastante relevante que qualquer atividade fiscalizadora e inspetiva funcione e que tenha sucesso em termos do seu funcionamento, porque isso é que valida e permite concretizar as políticas que estamos a desenvolver. Nenhum governo consegue sucesso, se as políticas que implementa depois não têm concretização, porque não as fiscaliza e não consegue ver os resultados.

O que me custa e o que nos custa a nós todos neste processo e nestas discussões sobre a questão da fiscalização, nomeadamente nesta área, é ouvir o Sr. Deputado Mário Tomé, já por duas vezes neste debate, queixar-se de que não está feito e que não está feito e que não está feito. E eu pergunto a mim mesmo, e nós perguntamos: como é que o Partido Socialista pode vir para o debate do plano e orçamento repetido em 2024, dizer que não está feito quando os senhores deixaram tudo por fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E isso custa-me imenso ouvir dizer que não está feito quando o senhor não fez e deixou tudo num estado lastimável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Bruto da Costa:

Nesta matéria posso dar-lhe algumas informações, até porque o PS não fez tudo bem feito e sempre o assumimos aqui. Mas nesta matéria, no que diz respeito à área respetiva regional, fez um trabalho notável, quer com a criação da inspeção em 2000 quer com recrutamento de inspetores - se calhar como é uma área que não lhe diz muito, talvez não estava atento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava, estava!

O Orador: ... mas na discussão do programa do Governo eu disse, por exemplo, que um inspetor não se faz de um ano para o outro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem razão.

O Orador: E nisso temos muito orgulho porque, de facto, quando deixámos de ser governo tínhamos um corpo de inspetores formado. Por um conjunto de vicissitudes, houve uma diminuição desse corpo de inspetores e houve um aumento de competências promovidas por V. Exas. com alteração da orgânica e a criação da inspeção regional das pescas e usos marítimos. Isto é, os senhores atribuíram mais competências à inspeção regional das pescas, com a atribuição de competências em matéria de fiscalização das empresas marítimo-turísticas. Só que, entretanto, os senhores não dotaram essa inspeção dos recursos humanos para fazer face ao aumento de competências.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Verdade sim. Pergunte ao Sr. Secretário Paulo Estêvão que ele se calhar tem essa informação.

Nesta matéria é muito simples, e espero bem, digamos que se criou alguma expectativa com a entrada de um novo Secretário que até já afirmou aqui que existe uma estratégia e que nós podemos discuti-la. Mas eu pergunto onde é que

o Sr. Deputado andou nestes últimos três anos?

Nunca se ouviu falar de pescas, nunca se ouviu falar na inspeção, além de que, não querendo ir para outras áreas, antes os inspetores no Faial, não tinham condições no seu local de trabalho. Havia um projeto do anterior governo que era reabilitar a Casa dos Pescadores para alojar e colocar os inspetores e a sede da inspeção.

E eu pergunto: onde é que estão essas obras na Casa dos Pescadores?

Isto é só um exemplo, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(* **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente e Membros do Governo:

Nós na vida nunca temos que ter problemas em assumir o que está menos bem. Já foi dito pelo Sr. Secretário das Pescas em audições para este plano e orçamento e em outras instâncias que nós tínhamos um pequeno défice relativamente àquilo que são os inspetores. É verdade. Mas também é verdade que foi dito pelo Sr. Secretário que tudo isso iria ser corrigido.

Relembro – e já o disse aqui hoje – que em 2015, 2016, 2017 e 2018 já havia insatisfações relativamente à questão da fiscalização.

Quem o disse na altura, foi o órgão máximo que representa o setor das pescas – a Federação das Pescas.

Este é um problema antigo, é uma herança que nós sabemos que existe, mas também sabemos que há um caminho dentro daquela estratégia que nos diz que

nós vamos conseguir resolver este assunto.

É preciso perceber que há 400 mil euros destinados neste plano e orçamento para a questão da fiscalização. Sim, é um aumento significativo relativamente ao passado. Sim, sabemos que existe o problema. Sim, sabemos que vamos ter que o resolver e não tenho dúvidas de que este Governo e este Secretário irão dar a volta por cima relativamente à questão da fiscalização.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores mostrem mais entusiasmo!

O Orador: O entusiasmo que eu quero é que os pescadores nos ouçam, eu quero que sintam este entusiasmo da nossa bancada e, acima de tudo, deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Queria ainda dizer que há uma estratégia, como já foi dito, e não tenho dúvidas nenhuma que o Governo Regional irá estar à altura dos diferentes desafios que se nos apresentam.

Deputado José Ávila (PS): Mas qual é a estratégia?

O Orador: Por isso, Sr. Secretário, tenha plena confiança de que a partir desta altura vamos caminhar rumo a um caminho certo para uma melhor pesca nos Açores.

Ainda antes de terminar, não queria deixar de referir, porque é importante também que se saiba, que já houve uma linha de crédito nos Açores para as pescas. Mas que em 2016 alguém resolveu terminar com essa linha de crédito, deixando os pescadores açorianos mais desamparados.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Berto Messias (PS): Mais entusiasmo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita.

(*) Deputado Gualberto Rita (PS):Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero agradecer ao Sr. Secretário Regional por aceitar que as declarações que proferi daquela tribunal vão de encontro àquilo que são as verdadeiras preocupações do setor no presente. Mas, Sr. Secretário, tenho que voltar aqui a um assunto, porque para nós, armadores e para os pescadores que se encontram lá fora, importa muito o presente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não está aqui nessa condição! Isso é um conflito de interesse!

O Orador: O senhor citou aqui uma série de intenções para o futuro, que independentemente da sua importância, importa falar muito do presente. E para falar do presente, gostaria de citar o Sr. Secretário Regional, aquando da inauguração do entreposto do Pico:

“Não cabe ao Governo preparar a safra do atum”. Estas foram palavras suas.

Perante isto a minha pergunta é: então quem é que cria as regras? O senhor sabe tão bem ou melhor que eu quem é que regulamenta.

Quem é que faz o plano da pesca e o controlo para a Comissão Europeia?

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Rui Pinho): Para que é que servem as associações do setor?!

O Orador: Então, o que quer dizer é que quando os planos de gestão correm bem e aumenta-se o preço médio em lota, o mérito é do Governo.

Quando os planos são um descalabro, que foi aquilo que aconteceu em 2023 e em 2024, a culpa é dos pescadores e das associações.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, os pescadores e os armadores querem falar do presente. O senhor acabou de dizer - e eu admiro a sua passividade sobre o assunto – que os pescadores não vão morrer à fome.

Sr. Secretário, eu peço desculpa, mas isso não é verdade!

Ainda esta tarde, e a prova está aqui bem presente sobre o que é que se está a passar no setor do atum, no porto do Caniçal pescadores e armadores, desagrados, concentram-se no Caniçal em manifestação. São armadores e pescadores madeirenses e açorianos.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Rui Pinho): E porquê, Sr. Deputado?! Porque os Açores excederam a quota!

O Orador: *CDS defende apoio extraordinário aos armadores e pescadores de atum.*

Isto é tudo de hoje à tarde.

PS acusa Governo Regional de abandonar os pescadores.

Portanto, Sr. Secretário é mentira que os pescadores não estão a passar fome.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Rui Pinho): Porque os pescadores excederam a quota!

O Orador: A partir de hoje, vão centenas de pescadores para o desemprego!

A partir de hoje há falência aberta para armadores da Região que não vão conseguir manter a frota para a safra do bonito, Sr. Secretário. E é preciso que o senhor, hoje, diga aqui alguma coisa aos pescadores e armadores e que conforte essa gente e que medidas este Governo e este plano têm para acomodar esta gente?!

Por último, Sr. Secretário, ainda sobre o presente - é disso que nós queremos

falar, é do presente - os pescadores, os armadores, a indústria e os comerciantes querem saber onde é que está o pagamento do POSEI de 2021, 2022 e 2023?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi pago!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi tudo pago!

O Orador: Os pescadores e os armadores querem saber aqui, hoje, que nos diga quando é que vai pagar o POSEI de 2023?!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mesmo para terminar, Sr. Secretário, onde é que está neste orçamento o compromisso da Presidência do Governo Regional sobre o complemento do POSEI à indústria de 2021, 2022 e 2023 que pode pôr em causa o preço a pagamento do bonito em 2024?!

São estas respostas que nós queremos ouvir, são respostas a isto que todo o setor das pescas quer. Respostas para o presente!

Obrigado. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado João Bruto da Costa está feito um pescador de água doce!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Um pescador de água seca era pior!

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Eu volto ao debate porque acho que esta intervenção foi muito, importante para nós esclarecermos aqui uma coisa.

É fundamental para esta bancada que o Sr. Deputado Gualberto Rita esclareça se está aqui em sua representação como armador ou se está aqui como representante do Partido Socialista e dos seus eleitores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!!

O Orador: E eu vou dizer porquê.

Eu acho que isto é importante que se esclareça, porque na verdade, este Governo tem obrigação de ouvir e falar com o setor. E seria muito injusto que houvesse alguém que faz parte do setor, que nessa qualidade, tivesse uma posição privilegiada para discutir com o Governo, ouvir e questionar o Governo sobre estas questões. Não há aqui dois setores das pescas.

Se calhar, Sr. Deputado, estava habituado a fazer um bocadinho disso, mas essa já é outra conversa.

De facto, o apoio que este Governo dá às associações também tem que ter resultados. E nos últimos 5 anos, as associações do setor das pescas receberam do Governo dos Açores 350 mil euros. Por isso, é muito importante também que se saiba o que é feito com esse dinheiro que é dos contribuintes, é de todos nós e deve servir essencialmente para apoiar, sim, aqueles que vivem desta atividade, que são os armadores e os pescadores.

Só não sei se o Sr. Deputado aqui tenta representar todos ou se se representa apenas a si próprio.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso faça favor tem a palavra.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Protesto?

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sim, protestar perante as declarações que foram agora proferidas pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Presidente: Não lhe vou dar a palavra para um protesto, por uma simples razão: o Sr. Deputado Gualberto Rita afirmou “nós, os armadores”. E, portanto, foi a isso que o Sr. Deputado João Bruto da Costa respondeu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem mais!

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, não me permitiu sequer justificar o protesto.

Presidente: Use da palavra para uma intervenção, para um protesto não lhe vou dar a palavra. Desta vez não.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Desta vez?!

O Sr. Presidente, vai-me perdoar, mas *desta vez* nem sequer me permitiu justificar os motivos do protesto. Talvez se me permitir, ajude a repensar a sua decisão.

Presidente: Faça favor.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** O meu protesto tem exatamente a ver com o facto de, que eu saiba, todos os deputados aqui presentes têm a verificação dos seus poderes feita por uma Comissão constituída por esta Assembleia e, portanto, estamos aqui todos de pleno direito. Não há uns com mais direitos do que outros, fomos todos eleitos e representamos o povo.

Portanto, se essa Comissão procedeu, como eu acredito na legalidade e na verificação daquilo que são os poderes dos deputados, não pode ser posta em

causa, por mais um deputado desta Casa, a legitimidade da intervenção de um deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Portanto, eu justifico assim a necessidade do protesto e peço ao Sr. Presidente que reconsidere a sua decisão.

Presidente: Eu não vou conceder-lhe a palavra para um protesto, pela simples razão de que o Sr. Deputado Gualberto Rita, na sua intervenção, afirmou “nós, os armadores”.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** “Nós, os armadores”.

“Nós, os agricultores”.

“Nós, os açorianos”.

Presidente: Sra. Deputada, eu já disse que não lhe vou conceder a palavra. Use outra figura se quiser.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

Presidente: Também não lhe concedo.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Que eu saiba, Sr. Presidente, a defesa da honra é uma prerrogativa que nos assiste.

Presidente: Onde é que isso está escrito, Sra. Deputada?!

Não está.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Verifique, por favor, no Regimento. Não há necessidade de justificar o pedido da palavra para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, para defesa da honra da bancada.

Todos os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tiveram a sua condição de deputado verificada por uma Comissão de Verificação de Poderes que foi devidamente instituída.

Nós, Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, falamos em nome

dos médicos, dos enfermeiros, dos agricultores, dos professores, dos pescadores, enfim, de todos aqueles que representamos, independentemente da sua profissão. E, portanto, naturalmente, quando dizemos *nós os pescadores*, *nós os agricultores*, é porque estamos a representar efetivamente o povo.

Portanto, a legitimidade das Sras. e Srs. Deputados desta bancada não é posta em causa por um igual a nós.

Está verificada a legitimidade de cada um de nós ter assento nesta câmara e usar da palavra em *nome dos açorianos*, que foram aqueles que nos elegeram para aqui estarmos e defendermos as suas legítimas aspirações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para dar explicações.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dar explicações ao facto da Sra. Deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista dizer que quer defender a honra do Sr. Deputado que disse que era armador.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Exatamente!

O Orador: E de eu ter dito que ele devia explicar se estava aqui como armador ou como deputado.

Se estava a falar nessa condição ou noutra?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu não sei, Sra. Deputada, se nesta balança da minha questão e da afirmação do Deputado Gualberto Rita, da sua bancada, de que era armador e de que “nós, os armadores” queríamos saber isto e aquilo, eu não sei no pesar destas duas situações, qual é a honra que está ofendida?

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor pôs em causa!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema é esse!

O Orador: É que nós devemos prezar o nosso Regimento e devemos prezar aquilo que estamos aqui a fazer enquanto representantes do povo e não andar com esses *faits divers* de querer esconder aquilo que aconteceu neste plenário e neste momento...

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro permita que o Sr. Deputado João Bruto da Costa acabe a sua intervenção.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já não pode dizer um aparte?

Presidente: Peço desculpa, mas isso já não é um aparte.

Faça favor Sr. Deputado Bruto da Costa, continue a sua intervenção.

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz que eu é que sou a *virgem ofendida*.

Quando a sua bancada se levantou para dizer que eu repeti aquilo que o Sr. Deputado Gualberto Rita acabou de dizer, que era armador e que falava nessa condição...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É porque ontem foi dito o mesmo pela sua bancada!

O Orador: Para esclarecer que o povo açoriano tem mais que fazer...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E nós também!

O Orador: ... do que estar a ouvir os seus disparates em apartes dessa bancada! Muito mais que fazer!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não tem votos para ter essa arrogância toda!

O Orador: Nós temos muito mais que fazer neste Parlamento, trabalhar para servir os açorianos e não para ouvir esses disparates!

E se o Sr. Deputado Alberto Rita quer vir aqui usar a sua condição de deputado e de o senhor o ter integrado nas suas listas de deputados para vir defender a sua condição, ele tem que o dizer, para nós sabermos claramente o que é que ele quer com as intervenções que faz!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe para a sua bancada primeiro!

O Orador: É só isso que está em causa! Não é a honra de ninguém!

É a verdade, é a lealdade e a sinceridade!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo (e há chá no bar!).

Regressamos às 18h05.

Eram 17 horas e 43 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 10 minutos

(Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Lubélio Mendonça no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Vamos avançar para a próxima área governativa.

Dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano de investimentos da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas assenta num exercício de responsabilidade e coerência com as políticas públicas prosseguidas nos últimos anos em prol do progresso da Região Autónoma dos Açores e em linha com a propositura sufragada pelo povo açoriano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: A consistência e a continuidade da nossa prática governativa estão blindadas pelo compromisso inabalável com a prosperidade das novas gerações e por uma visão convicta, baseada nas pessoas, para o desenvolvimento socioeconómico das nossas nove ilhas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Mantemos, por isso, a estrutura e os princípios fundamentais que constavam da proposta de Plano apresentada em novembro de 2024, com

ajustamentos de circunstância, totalizando um investimento de 321,1 milhões de euros.

Esta é uma proposta que está fundamentada nas necessidades prementes das nossas ilhas, da nossa economia e, acima de tudo, das pessoas, sem ignorar desafios que urge resolver e oportunidades que não podem ser desperdiçadas.

Temos a obrigação moral e contratual, bem como a responsabilidade institucional, de dar prioridade absoluta à execução do PRR.

Estão em causa vários investimentos em diferentes setores de atividade, abrangendo a transição energética e a mobilidade elétrica, os circuitos logísticos, a qualificação profissional, as escolas digitais e a ciência e tecnologia.

São investimentos vocacionados para o futuro, para o progresso e para a criação de bem-estar e qualidade de vida para novas gerações, mas que produzem impacto imediato no estímulo ao nosso desenvolvimento socioeconómico.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Temos inúmeras obras que estão, finalmente, em curso, após a elaboração de projetos e a tramitação de longos procedimentos de contratação pública, do mesmo modo que temos a expectativa de dar sequência a novas iniciativas com a aprovação deste Plano de investimentos.

Ao longo deste ano, teremos oito circuitos logísticos do PRR em execução e o início da construção do Centro de Qualificação dos Açores.

Teremos, igualmente, o início da construção do Porto das Lajes das Flores, depois de termos conseguido, em tempo recorde, definir e construir uma solução de emergência que assegurou a normalidade no abastecimento da ilha, num inverno extremamente adverso.

Investiremos mais de 134 milhões de euros na mobilidade de pessoas e bens, assegurando intervenções em infraestruturas portuárias de todas as ilhas...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... incluindo obras nos Portos de Vila do Porto, Ponta Delgada e Praia da Vitória, bem como em todos os aeródromos à responsabilidade da Região, nomeadamente a aerogare da Graciosa e o processo para ampliação da pista do aeroporto do Pico.

Manteremos a «Tarifa Açores», complementando-a com o «Passe Açores 9 Ilhas», visando um estímulo cada vez mais assertivo à construção de um mercado interno, à mitigação dos efeitos da sazonalidade turística, mas também à criação de condições de excelência para que os nossos jovens conheçam, promovam e contribuam ativamente para o espírito de açorianidade e para o desenvolvimento de todas as ilhas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Vamos também dar continuidade ao processo conducente à construção dos dois novos navios elétricos da Atlânticoline; lançar novos procedimentos para a prestação de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros, designadamente nas ilhas do Faial, Graciosa, São Miguel e Terceira; e assegurar as Obrigações de Serviço Público aéreas e marítimas, que representam um significativo investimento, mas que são uma condição fundamental para a promoção da coesão social e territorial na nossa Região.

Na energia, investiremos 35,9 milhões de euros, com destaque prioritário para execução do PRR e para o processo de transição energética e de descarbonização da economia, que serão potenciados pela criação de um Vale de Eficiência Energética, pelos projetos da EDA e da EDA Renováveis, bem como pelo SOLENERGE, que já é um caso de estudo na Europa e foi recentemente premiado a nível nacional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: No turismo, não abdicamos do nosso objetivo fundamental de ter turismo todo o ano em todas as ilhas.

Sendo o setor mais transversal da nossa economia e aquele que mais alavanca todos os outros setores produtivos, temos a responsabilidade coletiva de contribuir de forma positiva e construtiva para o seu desenvolvimento sustentável fundado na qualidade, na excelência e na produção de bem-estar para os nossos residentes.

Em 2023, batemos, novamente, todos os recordes do setor e adivinha-se um ano de 2024 bastante positivo.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Conseguimos estes resultados perante uma conjuntura nacional e internacional complexa e adversa, a que se adicionou a alteração na operação da Ryanair no último inverno IATA.

Mesmo assim, contra todas as adversidades, conseguimos incrementar o número de passageiros desembarcados nos Açores provenientes de voos territoriais e continuamos a crescer a dois dígitos no número de dormidas nos nossos alojamentos turísticos, concretamente 12% em fevereiro e 10,3% em março.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: Somos o Melhor Destino de Aventura da Europa e do Mundo. Somos o Melhor Destino Europeu para os leitores da National Geographic Viagens.

Com os 19,1 milhões de euros previstos no setor do turismo, vamos dar continuidade à nossa política de qualificação dos recursos e do produto turístico, investindo na sustentabilidade do destino, na digitalização do setor, na promoção externa e no desenvolvimento da conectividade internacional, de acordo com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores 2030.

Em matéria de obras públicas, deparamo-nos, porventura, com o maior desafio, não só pela prioridade na execução de várias obras no âmbito do PRR, mas também pela emergência na resposta às necessidades imediatas do Hospital de Ponta Delgada que não estavam, naturalmente, previstas aquando da estruturação do plano de investimentos.

Não posso deixar de assinalar, igualmente, que temos previstas 149 ações diretamente geridas pela Direção Regional de Obras Públicas, com um total de 114,8 milhões de euros, onde se incluem projetos para novas soluções logísticas nas estradas regionais, bem como investimentos na sua beneficiação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Estão contempladas, ainda, intervenções em várias escolas, destacando-se a conclusão da escola dos Arrifes; intervenções em unidades de saúde, com especial referência para o Hospital da Horta; e ainda obras em infraestruturas de apoio ao setor produtivo agrícola e piscatório, nomeadamente no porto das Poças e porto de São Mateus, para além investimentos de proteção, valorização e ordenamento territorial e ambiental como por exemplo a proteção da orla costeira das Calhetas da Ribeira Grande.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*): Muito bem!

A Oradora: A proposta de Plano Anual Regional da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas é um exercício de continuidade, consistência e coerência, visando a prosperidade da população dos Açores e vocacionada para proporcionar as melhores oportunidades de desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida aos nossos jovens e às gerações futuras.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Não negligenciamos os sérios desafios que a situação atual nos coloca. Por isso, a proposta de investimento que estruturámos dá sequência a diversas medidas e obras estruturantes, que terão um impacto direto em importantes objetivos económicos na Região, incluindo o desenvolvimento sustentável do turismo, a mobilidade dos açorianos, a descarbonização da economia e a preparação de infraestruturas fundamentais.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Assumimos convictamente esta responsabilidade de construção do futuro e de avaliação dos resultados que atingimos, confiantes na produção de efeitos concretos na vida das pessoas.

Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado José Ávila, a quem dou a palavra.

Deputado José Ávila (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sistema de transportes numa região arquipelágica é complexo e necessita de uma monitorização permanente e um conseqüente planeamento estratégico de modo a ajustar a oferta à procura e, sobretudo, alinhar a oferta às necessidades

das populações, ultrapassando a visão meramente economicista que algumas vezes se tem sobreposto ao verdadeiro interesse das nossas gentes.

Ou seja, existem custos acrescidos a propósito da coesão territorial que é preciso assumir com coragem.

Cada arquipélago é único e pode ter suas próprias necessidades e desafios específicos. É esse o nosso caso, porque temos 9 ilhas com densidades populacionais muito díspares que, mesmo assim, é preciso servir.

Coordenar horários de viagem, rotas e capacidade de carga pode ser um desafio. Um sistema eficiente de logística e gestão é crucial.

O planeamento no sector empresarial da Região na área dos transportes e a respetiva alocação de recursos, é um processo estratégico essencial para se viver nestas ilhas plantadas no meio do mar.

Mas as empresas desta área estão como estão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Como é que estão?

O Orador: A SATA perdeu a sua presidente e mais um membro da Administração.

A Atlanticoline anda de concurso em concurso para as mesmas embarcações elétricas cujas soluções logísticas ninguém conhece nem sabe quem as vai construir.

A Portos dos Açores tem apenas um presidente, mas mesmo assim este está em trânsito para a bolsa de técnicos especialistas do Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ainda bem que tem Presidente?

O Orador: Com um sector assim, não há planeamento que resista.

Esta coligação está em funções há cerca de 4 anos e é importante esclarecer se foram concretizados os contratos de gestão com os gestores públicos afetos ao Sector Público Empresaria Regional, conforme está previsto.

A eficácia de qualquer planeamento depende fortemente das administrações dessas empresas públicas.

Administrações incompletas são ineficientes e podem dificultar a implementação de planos, por melhores que sejam.

Em público, a responsável pela tutela dos transportes garante que a administração da SATA está em “pleno funcionamento”, mas na prática o que nos chega é que não há autorização para compras e, como se sabe, o sector da aviação não se compadece com limitações desta natureza.

Dada a natureza geográfica dos Açores, o Transporte Marítimo é a espinha dorsal de todo o sistema de transporte, não é demais repetir.

Relativamente ao Transporte Marítimo de Mercadorias, o Governo da coligação abandonou um estudo que tinha encomendado e chegou à conclusão de que o atual modelo é adequado, mas com necessidade de introduzir algumas alterações. Não detetámos nenhuma até agora e temos assistido a uma degradação do serviço devido a atrasos na entrega das mercadorias. Regularidade e fiabilidade é o que se espera deste serviço, algo que não está a acontecer, neste momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é o que o senhor queria!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor tem que ter calma!

A pressão arterial sobe, tome um comprimido!

O Orador: No Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas não se vislumbra, nestes documentos, qualquer melhoria num serviço que anda pelos mínimos e não serve equitativamente todas as ilhas.

Deveria ser um serviço público completamente empenhado na coesão territorial, mas, tal com está, deixa uma parte da população de fora e outra parte mal servida.

A rota Santa Maria/S. Miguel, a oriente, continua fora do serviço. A ligação entre as duas maiores ilhas dos Açores, S. Miguel e Terceira, também não existe.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

O Orador: Pergunta-se: que arquipélago do mundo pode abdicar de ligar as suas duas maiores ilhas onde se concentra mais de dois terços da população?

A ocidente nada de novo. Mantêm-se a ligação das Flores com o Corvo, mas falha a ligação destas ilhas com o grupo central.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto é que custaram?

Deputado Flávio Soares (PSD): Haja dinheiro!

O Orador: A Graciosa está ligada à Terceira e ao Grupo Central na versão de serviços mínimos, criada para os anos da pandemia.

Lá está. Estamos perante um serviço coxo, um serviço que não serve todos, um serviço que deixa uma parte substancial da população Açoriana de fora.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

O Orador: Onde está o estudo de Transporte Marítimo de Passageiros que supostamente seria feito ao mesmo tempo do malogrado estudo do transporte de mercadorias?

Estas situações surgem, porque este e anterior Governo do PSD, CDS-PP e PPM teimam em assentar a mobilidade dos Açorianos exclusivamente no Transporte Aéreo sem acautelar as condições para isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Principalmente aqui no Triângulo!

O Orador: O Corvo tem estado, ciclicamente, sem transporte aéreo.

Não há disponibilidade de lugares nos voos inter-ilhas para residentes e doentes. Não há desdobramento de viagens quando aumenta a procura, sobretudo para os eventos mais importantes das ilhas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não é verdade!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Não há porque o senhor não quer!

O Orador: Os encaminhamentos aéreos – que o então Deputado Paulo Estêvão apoiava - continuam sem alternativa, enquanto se aguarda pelas operações *interline* que nunca mais veem a luz do dia.

A carga aérea fica muitas vezes no chão, sobretudo o peixe fresco das Flores e Graciosa, por falta de planeamento, originando a desvalorização de um produto que é de qualidade.

Por outro lado, tocaram as campainhas de alerta quando, muito recentemente na Comissão da Economia, a Senhora Secretária Regional responsável pelos transportes, disse ter receio de mexidas no Subsídio Social de Mobilidade, dando a entender que qualquer alteração poderia implicar aumento dos seus valores de referência para os residentes e estudantes.

Deputado Flávio Soares (PSD): Se fosse o Partido Socialista da República...

O Orador: É caso para perguntar o que é que a Sra. Secretária sabe, que nós não sabemos?

Estas são apenas algumas das dúvidas que, não sendo apenas nossas, merecem ser esclarecidas com maior transparência e rigor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O porto das Lajes das Flores é indubitavelmente a infraestrutura mais crucial para os florentinos para o abastecimento da nossa ilha.

Desde a devastação causada pelo furacão Lorenzo, em outubro de 2019, há quase cinco anos, a tempestade em Efrain tornou ainda mais evidente a urgência da sua reconstrução.

Este porto é vital para a economia e o bem-estar da nossa comunidade e sendo a sua reconstrução essencial para normalizar as operações marítimas e apoiar as

atividades marítimas locais, Sra. Secretária, gostaríamos de saber em que estado se encontra o processo de reconstrução do porto das Lajes das Flores e quais são os elementos pendentes que ainda precisam ser definidos para projetar o início das obras?

Da mesma forma questiono também em que fase está o processo relativamente à segunda fase do porto das Poças, e para quando o seu arranque, e o que é que está contemplado em termos de infraestruturas?

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

O debate da sua área governativa provavelmente gastaria aqui uma tarde inteira, mas eu só tenho 5 minutos.

Vou apenas tocar em três assuntos e vou começar precisamente por aquele que a senhora diz ser já um *case study* – o Solenerge.

É um facto, também aqui o defendi e bastante, mas na verdade, os seus serviços alteraram as regras de avaliação de projetos e estão a indeferir projetos por causa da maturidade de mais de 6 meses das faturas da EDA, quando essa mesma maturidade é atingida por ineficácia dos seus serviços que levam 6,7,8, 10 meses e até um ano para os aprovar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem visto!

O Orador: Segundo assunto, relativo aos concursos dos transportes coletivos de passageiros, a senhora já me respondeu aqui pelo menos três vezes que estavam prontos e foi agora ali àquela bancada dizer que agora é que vão ser

lançados.

Eu espero que esse *agora* seja mesmo **agora** e não seja como quando me disse há dois e três anos e o ano passado e que levou inclusivamente os motoristas dos autocarros em São Miguel a irem para a greve.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

O Orador: Terceiro assunto, Sra. Secretária: os recordes do turismo.

De facto a Região atingiu recordes enormes no turismo. Atingiu até 158 milhões de euros de faturação nas dormidas. O que a senhora não diz é que a oferta nas dormidas aumentou substancialmente - chegou aos 4 milhões 390 mil – e as camas ocupadas também bateram o recorde nesta Região, chegando aos 2 milhões 289 mil, o que quer dizer que mais de 50% da oferta de camas e de dormidas nesta Região não está a ser ocupada.

Relativamente à sazonalidade, dir-me-á também que é uma fatalidade. É sim senhora. Eu aqui também já o disse. Mas é preciso minimizá-la. E não se minimiza a sazonalidade com as políticas que o seu Governo tem em cima da mesa e muito menos com a mobilidade apenas dos açorianos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por uma questão de tempo, não vou repetir o que acabou de dizer o Sr. Deputado Nuno Barata sobre o concurso dos transportes coletivos. E todos já sabemos, inclusive reunimos há bem pouco tempo com o Sindicato dos Motoristas.

Se há coisa que eu não gosto é que me mintam, por isso o que quero perguntar é o seguinte: nós trouxemos a esta Casa uma proposta de resolução que alargava o passe escolar a todos os alunos, fosse na sua área de residência ou não fosse.

Nós retirámos este diploma, porque nos foi garantido que este passe seria para

todos sem exceção. A verdade é que os alunos que moram fora da sua área de residência, como por exemplo, quem mora na Ribeira Chã e vai para Ponta Delgada, paga o seu transporte escolar.

Foi dito aqui a mim que não seria assim e houve um compromisso que falhou e os pais é que estão a pagar este transporte. Isso é inadmissível!

Já agora, foi aprovado nesta Casa o estudo da estrada alternativa à Ribeira Quente. Não existe.

Foi também assumido um compromisso sobre um estudo de requalificação do porto da Calheta em São Jorge. Não existe.

E já agora, também gostava de saber o que é que o Governo está a pensar quanto à estrada da Lagoa do Congro que liga Vila Franca à Achada das Furnas, que está num estado miserável?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Perante tantos desafios que a Região atravessa, conhecidos e vividos por todos nós de Santa Maria ao Corvo, espera-se do Governo Regional ação. Espera-se do Governo Regional respostas concretas aos problemas dos açorianos.

Os documentos ora em debate nesta Assembleia, voltam a não responder aos desafios que a Região enfrenta nos diversos setores. A isso acresce uma já extensa lista de incumprimentos em diversas áreas da governação que resultam de promessas por cumprir.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Fala

quem já fez muito!

O Orador: E para que não digam que são só críticas sem sentido, Sra. Secretária Regional dos Transportes, Turismo e infraestruturas, pergunto-lhe, e espero sinceramente que me responda:

A obra da aerogare e do quartel de bombeiros voluntários da ilha do Corvo, infraestruturas que são de extrema importância e relevância para o desenvolvimento da ilha e para a segurança dos corvinos e de quem nos visita, arrasta-se há mais de três anos com inscrições sucessivas nos planos e orçamentos.

Quando é que essa obra passará do anúncio à realidade, Sra. Secretária?

No que concerne à mobilidade dos corvinos, depois de terem estado vários dias sem transporte aéreo na ilha, como pretende o Governo Regional resolver esta situação?

Em matéria de transporte de pescado, Sra. Secretária, qual é a solução que tem para resolver o problema dos pescadores do grupo ocidental, nomeadamente o escoamento de peixe?

Ainda em relação a transportes, neste caso marítimos, sendo que por coincidência, amanhã teremos viagem do famoso *barco do outro mundo*, à ilha do Corvo e acabo de receber chamadas dos empresários novamente com queixas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O tal que o senhor achava que não existia!

O Orador: Esse mesmo!

Continua-se a verificar sucessivas falhas deste mesmo serviço na ilha do Corvo e os empresários desta ilha queixam-se destas falhas mês após mês. Os prejuízos para as empresas continuam a agravar-se.

Para quando a resolução deste problema? Para quando um serviço de transporte de cargas em condições e digno para a ilha do Corvo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há 6 meses já teríamos adiantado qualquer coisa!

O Orador: Por outro lado, no que respeita às obras dos miradouros do Maranhão e do Caldeirão, quando é que estarão iniciadas estas obras, uma vez que os projetos foram deixados de *herança* - como os senhores tanto gostam de dizer - pelo último governo do Partido Socialista? Aliás, projetos esses deixados e apresentados em 2020 na ilha do Corvo.

Estas são algumas das questões que preocupam não só o PS, como também toda a população da ilha do Corvo. Muitas mais haveria por dizer, mas infelizmente o tempo não permite.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não permite?! Ainda tem 58 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não permite?!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O PS tem 1 hora!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Carlos Silva diz que o senhor tem mais tempo que o Governo!

O Orador: Os corvinos estão cansados de tanta propaganda e pouca ação.

É preciso avançar já na concretização dos investimentos prioritários para a ilha.

Pela nossa parte, Sra. Secretária, continuaremos a ser um partido responsável que coloca o interesse da Região e dos açorianos sempre em primeiro lugar.

Fiscalizar, criticar e propor alternativas é também a nossa missão enquanto partido que lidera a oposição e com eleitos em todas as ilhas. Disso não vamos abdicar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O transporte aéreo inter-ilhas é vital para a conectividade, mobilidade e desenvolvimento económico da nossa Região.

Contudo, ao longo do último ano, têm-se passado diversos constrangimentos nalgumas ilhas e afetam muito o transporte de passageiros. Portanto, é essencial perceber o que é que o Governo tem planeado para suprir a crescente procura que tem havido no transporte aéreo?

Como é que vão mitigar esses problemas que têm acontecido?

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação de um Plano e Orçamento não é apenas um ato administrativo; é uma declaração de exercício de prioridades, um reflexo das necessidades e aspirações do nosso Povo, consubstanciadas na demonstração de compromisso com o progresso sustentável e equitativo, respondendo aos desafios que enfrentamos, construindo assim, as bases para um futuro mais promissor e que promova o bem-estar e a qualidade de vida para todos.

O documento em apreciação traduz a consistência das políticas públicas implementadas e a implementar, baseadas no diálogo e consensos institucionais, assumindo um caminho de continuidade com o ciclo de governação iniciado no

final de 2020 e sufragado a 4 de fevereiro último, com uma clara e inequívoca votação, reflexo da confiança que as açorianas e os açorianos depositaram neste Governo da Coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Povo falou! Cabe-nos a todos saber interpretar e respeitar a sua soberana decisão!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de obras públicas, o Orçamento para 2024 prevê uma verba de cerca de 115 milhões de euros, mais 29% que em 2023.

Trata-se de um investimento a realizar com o propósito de responder às necessidades reais das pessoas e das instituições.

A ilha de São Miguel, pela sua dimensão, apresenta questões que carecem atenção de outra amplitude, consubstanciando-se em desafios maiores.

Este Plano e Orçamento tem resposta para essas questões, com investimentos que abrangem todos os concelhos de São Miguel, nas mais diversas áreas e setores da governação, tendo recebido parecer favorável do Conselho de Ilha.

Em matéria de investimento em obras públicas em São Miguel, em áreas sectoriais, excluindo investimentos em estradas regionais, caminhos agrícolas e florestais, sobressai de forma clara o investimento global previsto de 54 milhões de euros.

Ora vejamos:

Na área da Saúde, destacam-se a empreitada de requalificação do Centro de Saúde do Nordeste, a requalificação do Centro de Saúde da Povoação e compra do terreno para o novo Centro de Saúde da Ribeira Grande.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na área da Educação, falamos do volumoso investimento em várias escolas da ilha, nomeadamente a criação do Centro de Qualificação dos Açores, na Vila de Capelas, a empreitada de reabilitação das instalações desportivas da Escola dos Arrifes e intervenções diversas na Escola Básica e Secundária de Povoação.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Destacamos também o projeto para a construção da nova escola da Povoação, que foi alvo de sucessivos ziguezagues dos governos socialistas, defraudando as expectativas dos povoacenses, demonstrando agora este Governo a intensão de resolver.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Ademais, nesta área, está prevista a requalificação, ampliação e a elaboração de projetos de construção de várias creches e ATL's, em vários concelhos, permitindo que referencie a criação do Centro de Atividades de Tempos Livres das Furnas.

Na área social pretende-se dar continuidade à construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa de Santo António, na Lagoa; a requalificação e ampliação de vários centros de dia e lares residenciais para idosos, nos concelhos de Nordeste, Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para quem não fazia nada...!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estão também programadas e devidamente cabimentadas empreitadas para a reabilitação e proteção marítima do Porto de Santa Iria; a requalificação da Foz da Ribeira, no concelho de Nordeste, bem como o reforço da orla costeira na zona das Calhetas,, uma obra que está a decorrer a bom ritmo e que era reclamada há mais de 20 anos e reiteradamente negligenciada pelos governos do Partido Socialista e que devolve a segurança às pessoas para poderem circular com toda a normalidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: No que concerne a circuitos logísticos terrestres, alguns financiados ao abrigo do PRR, podemos falar na beneficiação e pavimentação de estradas regionais em toda a ilha; na ligação da Lomba da Fazenda ao Nordeste; na variante a Ponta Garça; na melhoria do acesso de Ponta Delgada aos Mosteiros; destacando a construção da variante às Capelas; na melhoria da estrada de acesso à Ribeira Quente; na conclusão da construção da variante às Furnas, anunciada em setembro de 2019, com o lançamento do concurso público em 2020, curiosamente ano de eleições regionais, mas que foi este Governo de Coligação a executar e a pagar.

Deputado António Lima (BE): A pagar?! O Governo não paga nada.

O Orador: Podemos também falar na segunda fase da estrada regional Furnas – Povoação, uma velha reivindicação dos povoacenses, literalmente esquecidos e enganados pelos sucessivos governos do Partido Socialista.

Relativamente a esta famigerada estrada, recordo a opinião de um cronista da nossa praça, na rubrica “Peixe do Meu Quintal”, publicada em 19 de setembro de 2018 e passo a citar:

“A Povoação é a noiva, bela e virtuosa, a quem se promete tudo, até casamento um dia, mas depois cai nos buracos negros da política regional por mais uns anos. Há **15 anos** que se promete a famigerada estrada entre as Furnas e a Povoação e tudo continua adiado”, fim de citação.

Deputado António Lima (BE): Está tudo igual.

É preciso ter lata!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Povoação precisa de outros compromissos, de outra atenção e os povoacenses merecem!

Na mobilidade e nos transportes rodoviários de passageiros, pretende-se melhorar as ligações de todos os sistemas, capitalizando horários, itinerários e carreiras. Serão abertos novos procedimentos concursais e implementados novos regimes de prestação de serviço público das carreiras regulares de transporte coletivo de passageiros em várias ilhas, onde se destaca a introdução de novos itinerários, sistema de bilhética integrada e em suporte digital. Pretende-se, ainda, promover a modernização e a evolução digital dos transportes terrestres no relacionamento entre o cidadão e a administração pública. Será implementado o Portal do Condutor, visando a interação digital com os serviços e a desburocratização de processos administrativos. Ademais, serão desenvolvidos esforços para potenciar a descarbonização dos transportes públicos terrestres onde se inclui o apoio à monitorização elétrica dos táxis e a modernização do parque automóvel e de equipamentos do Governo Regional dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pelo que foi dito e por muito mais que havia de dizer, podemos concluir que as realizações do Governo Regional e os compromissos já assumidos e plasmados neste Plano e Orçamento, são a garantia do desenvolvimento consistente, no que à ilha de São Miguel importa acautelar.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, hoje, há pouco, a bancada do PS referiu-se a mim e ao PSD, afirmando que eu tinha falado na minha intervenção de ontem, a propósito do PROMEDIA e dos apoios à comunicação social, no plural “nós, jornalistas”.

Pois bem, eu tentei dizer que não, pois nestas coisas podia ter havido um lapso da minha parte, fui ouvir a gravação e confirma-se aquilo que eu tinha tentado transmitir, ou seja, eu nunca falei no plural em “nós os jornalistas”.

Desta forma, e em primeiro lugar, peço por favor a transcrição da gravação para que seja distribuída por todos os Srs. Deputados.

E digo que é lamentável, porque na dúvida - e eu tentei argumentar – faz-se uma afirmação taxativa de uma coisa que eu não disse.

É lamentável!

Só isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um insulto!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação e, por isso, solicitarei aos serviços a máxima urgência na transcrição.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muita urgência!

Presidente: Muita urgência.

Vamos continuar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Obras Públicas são um investimento necessário e estrutural para os Açores que hoje se deparam com o desafio da falta de mão de obra, dos sucessivos aumentos das matérias-primas e da necessária execução, desde logo em investimentos no âmbito do PRR.

Hoje, tal como há 6 meses, o Governo Regional da Coligação apresenta um documento robusto e coerente a esta Casa. Nesta proposta de Plano e Orçamento para 2024, na área das Obras Públicas, estão previstos 114,8 milhões de euros, mais 29% do que em 2023 e que é transversal a todas as áreas do Governo.

É prioridade deste Orçamento a execução do PRR. É fundamental e necessário agilizar empreitadas como os 10 circuitos logísticos que o Governo Regional tem levado a cabo em várias ilhas da Região, dos quais 7 já estão em execução e 3 a aguardar consignação. Um investimento de mais de 25 milhões de euros.

Estes documentos preveem também investir em portos e aeroportos, como seja o Porto da Praia da Vitória e o Porto Pipas, em Angra. O Cais do Pico, em São Roque. No reordenamento do Porto da Calheta, em São Jorge. Nos Aeródromos do Pico, de São Jorge, da Graciosa, das Flores e do Corvo. São mais de 27 milhões de euros em infraestruturas e equipamentos.

Hoje, tal como há 6 meses, o Governo Regional da Coligação apresenta um bom Orçamento, que garante mais e melhores condições de acessibilidade a quem cá vive, a quem cá investe e a quem nos visita.

As Obras Públicas, estando concentradas num Departamento do Governo, dizem respeito a várias áreas da governação:

- Na Educação, estão previstos mais de 11 milhões de euros para reabilitar e requalificar edifícios escolares que, durante anos e anos, não eram alvo de manutenção, como o exemplo que a Sra. Secretária referiu da EBI dos Arrifes em S. Miguel.

- Na Saúde e Solidariedade Social, estão previstos cerca de 6 milhões de euros para requalificar, modernizar e remodelar hospitais e unidades de saúde, como é o caso do hospital da Horta, sendo a prioridade neste momento, pelo flagelo que nos aconteceu, do HDES.

- No Mar e Pescas e no Ambiente, estão previstos investimentos de mais de 7 milhões de euros, para requalificar orlas costeiras, portos de pesca, promover a conservação da natureza e biodiversidade e proteger recursos hídricos e a rede hidrográfica.

- Na Juventude, Habitação e Emprego, o Orçamento prevê investir 3 milhões de euros neste ano de 2024, com o arranque da obra do Centro de Qualificação dos Açores, e ainda prevê 800 mil euros na ampliação dos parques de ciência e tecnologia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação destes documentos permite avançar com o investimento público em todas as áreas da governação e em todas as ilhas da Região.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Com todos os desafios e com uma gestão a duodécimos há já meio ano, este Governo Regional da Coligação tem previsto investimento e tem executado obra para salvaguardar e preparar a Região para o futuro, com o necessário equilíbrio financeiro, económico, ambiental e social.

Hoje, como há 6 meses, o Governo da Coligação e os Partidos que o suportam, demonstram estar ao lado dos Açores e dos açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos.

Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começo por realçar o recente reconhecimento que o SOLENERGE teve, reconhecimento esse através do prémio ISCTE, que distingue anualmente as mais relevante políticas públicas. É de facto merecedora de realce esta política e esta iniciativa do nosso Governo.

Relativamente ao SOLENERGE, até ao fim de abril passado foram submetidas perto de 5 mil intenções de investimento, com um incentivo aprovado de 13 milhões de euros, representando uma potência aprovada de quase 10 mil kw.

Destas intenções, 790 candidaturas já foram pagas, representando um montante de incentivo atribuído de quase 7 milhões de euros e uma potência instalada de 5 mil kw.

Gostaria também de fazer a uma situação muito particular que tem resultado na ilha Graciosa, relacionada com os termoacumuladores. É com satisfação que vejo que, após algum tempo em que de início as coisas não correram bem e que até levaram algum a tempo a concretizar-se, já começam a ser montados os termoacumuladores e as pessoas já têm esse resultado em suas casas para poderem vivenciar e de alguma forma, acreditarem numa coisa que inicialmente era um pouco duvidosa, mas que já está a ser instalada e isso é uma boa notícia para a energia limpa dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Por outro lado, gostaria aqui de dizer para quem nos ouve, e para os graciosenses em particular, que das 200 e tal candidaturas feitas aos termoacumuladores, será possível que as mesmas sejam abertas no futuro, segundo o que nos disse a Sra. Secretária Regional nos informou na Comissão, no sentido de que elas serão novamente abertas ao pública, para que se consiga atingir o máximo possível de termoacumuladores, uma vez que o objetivo inicial era de 1500 termo-acumuladores.

Antes de terminar, gostaria apenas de deixar uma questão à Sra. Secretária, na sequência do que perguntou o Sr. Deputado Nuno Barata, ou seja, se devido ao atraso das candidaturas ao Solenerge haverá alguém que será penalizado?

Deputado Nuno Barata (IL): Já foram!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Já foram! A questão é essa mesmo!

O Orador: Queria, ainda, referir que como política a seguir, deve-se continuar o combate à pobreza energética, como tem sido feito até agora, bem como trabalhar para uma energia cada vez mais limpa, pois acho que isso já é uma

imagem de marca deste Governo e dos Açores. E é isso que queremos para os Açores e para os açorianos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Pacheco (CH): E a fatura da luz é sempre igual!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Estácio.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para colocar uma questão à Sra. Secretária sobre um assunto também importante para as Flores e que tem a ver com o ponto de situação das obras do centro de saúde para instalação do aparelho de TAC e da fisioterapia.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, podemos passar à próxima área governativa. Sr. Deputado José Ávila tem a palavra para interpelação à Mesa.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiz pelo menos três perguntas à Sra. Secretária durante a minha intervenção que não mereceram qualquer resposta.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Vai ter!

O Orador: Se houver necessidade, eu hei de me inscrever a seguir para repetir as perguntas e se calhar acrescentar mais algumas.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa parte...

Deputado Nuno Barata (IL): Podemos passar à frente!

Seja um homenzinho, Sr. Presidente!

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(* Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

Devo lhe dizer que nunca ficaria sem resposta. Já me conhece o suficiente para saber que isso não iria acontecer. Eu tenho é que gerir o meu tempo, ter o maior número de perguntas feitas para poder responder e poupar o máximo possível, porque o tempo é muito escasso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Estou-lhe a dar esta explicação, porque parece-me que é preferível responder a todos ao mesmo tempo, do que depois não ter tempo e não responder a alguns.

Bom, vamos então, Sr. Deputado José Ávila, às respostas.

Eu penso que o senhor já percebeu, independentemente de ter subido àquela tribuna com uma série de críticas, parece que não viu nada de positivo ao longo destes anos, o que é lamentável, desde logo. Nem esperava isso de si.

Deputado José Ávila (PS): A mim compete-me fiscalizar o Governo!

A Oradora: Mas vamos às questões que colocou.

As empresas públicas estão todas a ser bem geridas, a fazer o seu papel, a desempenhar a sua atividade, a fazer o seu planeamento no seu dia a dia e sobre isso estamos cá nós, a tutela conjunta dessas empresas, para as apoiar. Mas quem as gere são as administrações.

Deputado Carlos Silva (PS): O problema é quando não existem administrações!

A Oradora: E que fique muito claro, nós não ingerimos a nossa intervenção na administração de cada uma das empresas. Elas estão lá, têm que assumir a sua responsabilidade e são gestores responsáveis que estão à frente de todas as empresas.

Deputado Carlos Silva (PS): E quem é que está à frente da SATA?

A Oradora: Esta é a primeira resposta.

Segunda questão, transporte marítimo.

Sr. Deputado José Ávila, eu pensei que o senhor já tinha percebido que este Governo tinha alterado o paradigma do transporte inter-ilhas.

Este Governo apostou clara e decididamente no transporte aéreo. Não vale a pena que foi de maneira diferente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele não percebeu!

A Oradora: Foi conscientemente que nós apostámos no transporte aéreo inter-ilhas, com a tarifa Açores e agora com o passe que vai ser criado para as 9 ilhas no inverno.

Deputado Lubélio Mendonça e Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Agora faltam aviões!

A Oradora: E, portanto, tudo isso dentro duma lógica de que os açorianos têm correspondido a essa nova forma de estar nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

A Oradora: São já mais quase 1 milhão de passageiros que utilizaram a tarifa Açores desde que ela existe. Ou seja, os açorianos têm circulado muito mais inter-ilhas, o turismo interno tem sido uma grande fonte de receita e de levar turistas a todas as ilhas, sobretudo, numa época pós-pandemia. E a partir daí, esse é o novo paradigma que este Governo assumiu.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Mas isolou duas ilhas!

A Oradora: Relativamente aos transportes marítimos, obviamente que o triângulo é sempre o triângulo, tem toda a sua operação devidamente escalonada. Agora mesmo foram lançadas as novas obrigações de serviço público para o transporte marítimo de passageiros a partir de 2026 e estão incluídas as linhas todas que hoje existem, inclusivamente para Sta. Maria está prevista a possibilidade de haver uma ligação com São Miguel, sobretudo em época alta e com condições que estão especificadas no caderno de encargos. E, portanto, nós estamos sempre atentos a todas as realidades. E, naturalmente, a ilha Graciosa é aquela em que estava a pensar quando fez a sua intervenção, está perfeitamente integrada na linha branca que, como bem sabe, no verão e em sazonalidade vai ser operada entre o Pico, S. Jorge, Graciosa e Terceira também.

Em relação ao transporte marítimo, ainda queria voltar a lembrar linha amarela: 24 milhões de euros que ela custou.

Deputado José Ávila (PS): Em quantos anos?

A Oradora: Sazonal, 12 meses, Sr. Deputado!

3 anos vezes 4, porque ela só funcionava 4 meses, 2 milhões por mês. Nós não vamos voltar a fazer isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

A Oradora: Sr. Deputado José Sousa, vou ser sintética, sobre o porto das Lajes das Flores não vou contar a história toda, porque é muito longa, só lhe quero dizer que, neste momento, as propostas estão a ser apreciadas pelo júri, que no início de junho esperamos ter o relatório do júri e que logo de seguida, transmitiremos imediatamente para o Tribunal de Contas e todos os procedimentos burocráticos tem que ser, para a construção se iniciar este ano. Pode ter a certeza disso.

Deputado José Sousa (CH): Este ano?!

A Oradora: Quanto ao porto das Poças, as verbas estão inscritas neste plano, não se iniciou mais cedo, porque estamos a aguardar o estudo de impacto ambiental, mas de qualquer forma, não se poderia iniciar sem o plano aprovado.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Esse isolamento de ilhas é que deve ser um caso de estudo!

A Oradora: É bom que se saiba que muitas das questões que aqui estão dependem da aprovação do plano. E não é que justo que os deputados que não viabilizaram o plano estejam agora a levantar questões que não foram feitas...

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso é desculpa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Pacheco (CH): Está a falar para esta bancada?!

A Oradora: Não é consigo. Eu estou a falar para a câmara.

É bom que em relação a muitas das questões que estão a colocar, deviam ser os primeiros a pôr a mão na consciência e perceber que só não se iniciaram, porque agora é que o plano está novamente nesta Assembleia e esperamos que

agora seja aprovado pelo menos aproveitarmos os próximos 6 meses.

Sr. Deputado Nuno Barata, sobre esta questão do Solenerge, acabei de me informar e a questão dos 6 meses é até à data da submissão, ou seja, não podem submeter candidaturas com faturas com mais de 6 meses; depois de estarem submetidas, não conta.

Deputado Nuno Barata (IL): Óbvio!

Isso não é verdade!

A Oradora: Se não é verdade, nós vamos avaliar e averiguar. Esta é a informação que eu tenho. E não tenho razão nenhuma para não aceitar esta justificação. Mas se me dizem que não é, também não vou aqui teimar, porque este não é o sítio próprio. Nós falaremos sobre isso e averiguaremos essa situação.

Em relação ao concurso dos transportes terrestres, Sr. Deputado, eu gostaria muito de andar mais rápido, mas gostava de lhe dizer que, como bem sabe, Flores, Sta. Maria, S. Jorge (está em concurso) e o Pico já está adjudicado. Faltam mais quatro: Graciosa, Faial, S. Miguel e Terceira estão ainda a aguardar o preço-base da consultora que faz todo este trabalho de apreciação de circuitos, paragens, de itinerários etc. para determinar o preço. Logo que tenhamos o preço-base, nós lançamos o concurso. Só que não nos podemos substituir à empresa, porque isso é uma exigência da autoridade dos transportes. Neste momento, aguardamos que a Graciosa nos apresente o preço-base e imediatamente lançaremos o concurso. E o Faial idem. Mas também lhe quero dizer que S. Miguel e Terceira são processos muito complexos.

Gostaria só de lhe dar aqui alguns números:

Em S. Miguel existem 58 carreiras de transporte coletivo de passageiros, mas essas 58 carreiras têm 231 variantes e itinerários.

Deputado Nuno Barata (IL): Oh senhora eu sei isso tudo. Não precisa gastar o seu tempo!

A Oradora: Por dia são 532 viagens; são percorridos anualmente mais de 3 milhões de quilómetros; e são 125 autocarros a circular em S. Miguel.

Isto para dizer que só o Anexo C ao caderno de encargos e ao programa de concurso tem 600 páginas. É um concurso muito delicado e nós não podemos correr o risco de não ser feito com todo o rigor, porque um itinerário é uma coisa, uma paragem é outra, tem que ser estudado. E isso pode ser fácil de dizer, mas não é rápido a fazer, não é, porque se fosse já eu gostava que estivesse feito. Mas também lhe posso dizer que tenho sido muito exigente com os serviços e tenho aqui o cronograma para poder lançar todos os concursos. E eu quero que os serviços cumpram rigorosamente este cronograma.

Sr. Deputado José Pacheco, o passe social para todos os alunos foi um compromisso assumido pela Sra. Secretária Regional da Educação que aqui está. E, portanto, se há algum problema nós vamos resolver, pode ter a certeza. Certamente é para cumprir.

Deputado José Pacheco (CH): Oh senhora foi em junho! Promessas dessas a senhora não faz mais!

Não me mentem mais que duas vezes!!

A Oradora: Sr. Deputado Lubélio Mendonça, a obra da aerogare do Corvo já ficou várias vezes deserta. E, neste momento, está em mais de 8 milhões de euros.

E vamos proceder à revisão do projeto, porque como compreenderá, uma aerogare por 8 milhões de euros é, de facto, um valor exorbitante em qualquer ilha.

Portanto, temos que tentar encontrar aqui soluções mais económicas e, por isso, neste momento, estamos em revisão de projeto para poder lançar novamente o concurso e ter alguém que concorra, porque mesmo assim nem conseguem concorrer.

Quanto ao transporte aéreo, sabe que para o Corvo só podem voar os Q-200 e

também não podemos evitar que haja alguns problemas de manutenção, avarias, são coisas que acontecem. Felizmente, o Corvo e as Flores estão próximos, lá se vão ajudando com transportes marítimos e tentando resolver o problema.

Em relação às cargas, Sr. Deputado, o Thor está expressamente fretado para resolver o problema do Corvo.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Não sou eu que o digo. São os empresários!

Eu não tenho empresa nenhuma!

A Oradora: Agora, o agente do Thor e os empresários que recebem as cargas tem que se entender e resolver o problema. O Governo não faz essa gestão. O Governo paga ao Thor para ir ao Corvo e agora os empresários e o agente das cargas têm que se entender.

Eu, de facto, não tenho muito mais tempo, mas também gostava que se lembrasse que quando nós cá chegámos, o Corvo estava há 50 dias consecutivos sem abastecimento.

Nunca se esqueça disso quando falar do Thor.

Deputado João Mendonça (PPM): 56 dias. Ia lá o rebocador levar gasóleo!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso é falso! Isso foi uma história inventada por alguém! Isso é só conversa!

A Oradora: De resto, subscrevo todas as intervenções que foram feitas e concordo absolutamente com todos.

Em relação ao Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos que me perguntou se alguém será penalizado na questão do Solenerge, ninguém será penalizado por estas questões das faturas.

Sra. Deputada Cecília Estácio, estamos para lançar o concurso logo após a aprovação do plano.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia em aparte o Sr. Deputado João Mendonça que o rebocador ia lá levar gasóleo. Pois eu vou-vos dizer que de 2020 para cá, esse rebocador agora já nem ia, porque não está em condições de navegar!

Sra. Secretária Regional:

Essa sua desculpa, em primeiro lugar por causa do Solenerge, para que fique bem claro, aquilo que aconteceu foi que os seus serviços devolveram candidaturas que na data da entrada as faturas tinham maturidades inferiores a 6 meses, mas na data da avaliação tinham maturidades superiores a 6 meses que demoraram 6, 7, 8 meses e 1 ano para fazer esta avaliação.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é verdade!

O Orador: Esta é a questão, Sra. Secretária.

Portanto, eu espero que a senhora averigue.

Espero que esses beneficiários sejam notificados de que as suas propostas afinal estão aprovadas, em vez de vir aqui dizer que não ficou ninguém para trás. Ficou gente para trás, sim senhora!

Há mais uma outra questão que não me respondeu e que tem a ver com a questão da sazonalidade, mas eu também já estou habituado, porque sempre que faço três perguntas a senhora responde-me a duas, se eu faço quatro a senhora responde-me a três. Mas não precisa de responder.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma boa tática.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não tenho tempo.

O Orador: Sobre os transportes coletivos de passageiros, há uma coisa que a Sra. Secretária não pode dizer, é que ainda está outra vez à espera de mais um estudo dos técnicos, que lhe diga como é que vai fazer. Porque esse concurso, em especial o de S. Miguel que é muito complexo, como a senhora diz e tem toda a razão – mas escusa de se vitimizar por isso! – está ultrapassado, está caducado desde 2016.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Pois está!

O Orador: Desde 2016, ainda da responsabilidade do Partido Socialista.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Desde 2015.

O Orador: Os senhores, entraram no Governo em 2020. E de 2020 para cá não fizeram nada neste processo. E digo-lhe mais uma coisa, Sra. Secretária: os senhores não fizeram nada nesse processo por uma razão muito simples, porque os senhores estão descansados nos transportadores que estão aguentando a fatura, percebe?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não estamos nada descansados!

O Orador: É por isso que os transportadores não podem pagar os seus trabalhadores convenientemente, porque nem sabem o que o futuro lhes reserva. E isso põe em causa o transporte coletivo de passageiros em S. Miguel, na Graciosa, no Faial e põe também em causa o transporte coletivo de passageiros e das crianças para as escolas. Não é esse o transporte coletivo de passageiros regular, o transporte das crianças para as escolas também.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é liberalismo puro!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não é bem assim.!

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra!

O Orador: E a senhora sabe muito bem porque é que estão os condutores estão de greve. Estão de greve, porque as companhias não podem aumentar os seus trabalhadores sem saber qual é a receita que vão ter.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, como é evidente a minha obrigação é ir àquela tribuna e levantar algumas pense que isto é um ataque pessoal, porque não é.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Claro que não, eu não penso isso.

O Orador: Portanto, fique descansada que não é nada disso. Só que nós íamos passar para outro tema e estavam a faltar as respostas. E, já agora, vou aproveitar que me deram este tempinho e vou fazer-lhe mais uma questão relativamente aos transportes marítimos.

Sobre os transportes marítimos de passageiros e viaturas eu queria lhe dizer que no nosso entendimento, o transporte aéreo não substitui o transporte marítimo de passageiros e viaturas.

Depois, nós sempre defendemos o transporte marítimo de passageiros e viaturas entre todas as ilhas dos Açores e não só entre algumas.

Também lamento, Sra. Secretária, que – bem sei que é uma posição que a senhora herdou - entenda que o valor despendido no transporte marítimo é uma despesa. Eu acho que é um investimento.

O Partido Socialista nos anos 80 recuperou o transporte marítimo de

passageiros e viaturas, há-de recuperá-lo outra vez quando chegar o dia.

Relativamente ao assunto dos termoacumuladores levantado pelo Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, a ideia foi muito boa. O período de candidaturas foi entre 1 de junho e 31 de outubro, mas de 2022. Portanto, estamos quase a fazer 2 anos desde a abertura das candidaturas e correu mal, correu muito mal - temos que admitir. Nós tivemos uma taxa de compromisso de apenas 13% relativamente à oferta, portanto correu mal. Temos que admitir que correu mal.

A Secretária já admitiu que vai repetir. Mas o que nós queríamos é que não fossem repetidos os mesmos erros.

É preciso apostar numa promoção.

Como sabe, as candidaturas só podem ser feitas pela internet e há muita gente que é infoexcluída na ilha, porque é infelizmente é uma ilha envelhecida.

Portanto, o que nós queremos é que se repita, de facto, mas que não sejam repetidos os mesmos erros que aconteceram no concurso passado.

Relativamente às verbas da promoção, Sra. Secretária, porque é que a sua Secretaria não responde atempadamente às solicitações das diversas entidades que concorrem os apoios para a promoção?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Porque o Plano não está aprovado.

O Orador: Oh Sra. Secretária, sabe melhor do que eu como é que funcionam os duodécimos. Sabe isso tudo muito melhor do que eu.

É uma pena, mas essa história não é de agora. Em 2023 a senhora tinha um orçamento e não dava na mesma as respostas atempadamente.

É que obrigar as entidades a organizarem eventos e não lhes dar a resposta antes dos eventos é um calote Sra. Secretária. É preciso é fazer alguma coisa sobre essa matéria.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Um calote?!

É a responsabilidade deles!

O Orador: Sra. Secretária, o que é que se passou com o concurso das termas do Carapacho?

Já fiz esta pergunta na Comissão de Economia e a senhora não me respondeu.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Eu respondi!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora nem sequer responde!

O Orador: Não, a senhora falou em coisas como *interesse regional*, mas não é isso que eu que eu quero saber.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Disse exatamente o contrário!

O Orador: Eu quero saber, e tenho todo o direito de saber, o que é que se passou exatamente com o concurso?

Se foi admitida e foi considerada elegível pelo menos uma empresa, bem, ela devia cumprir os requisitos que eram pedidos nesse concurso.

Portanto, o que é estranho é que o concurso têm sido anulado e a Sra. Secretária na Comissão de Economia não me tenha respondido a esta questão.

Eu peço-lhe encarecidamente que o faça hoje aqui, em nome da transferência que esse Governo defende.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária, muito rapidamente só para ver se eu entendi as suas respostas.

Em relação à obra da aerogare e quartel de bombeiros, percebi que não haverá obra, porque o Corvo não merece tal investimento.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Então percebeu muito mal!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não percebeu bem.

Deputado José Ávila (*PS*): Sr. Secretário Paulo Estêvão, explique então!

O Orador: Em relação ao transporte aéreo, também percebi que o Governo não tem qualquer plano para a substituição dos aviões Dash-200 que continuam com sucessivas avarias.

Em relação aos transportes marítimos e aos prejuízos que estão a causar aos empresários, a Sra. Secretária respondeu-me que eles se entendessem com a empresa que está responsável pelo transporte das cargas, foi isso?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Também não foi isso que foi dito.

Deputado Berto Messias (*PS*): Vamos ver a revisão do concurso como é que fica!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Essa é uma intervenção que estava *escrita nas estrelas*.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Turismo é já uma das principais atividades económica da Região, pelos

rendimentos e postos de trabalho que gera, e assume-se como sendo como um dos principais promotores de uma visão de **futuro** em prol da **Sustentabilidade** da nossa Terra.

Planear o setor é combinar múltiplos fatores que interagem, direta e indiretamente, com a experiência de viagem no destino, e assegurar que esta interação gera valor acrescentado ao nível cultural, social e económico para todos, quer para os que visitam, quer para os que residem nos territórios.

É também por isso que não podemos ignorar os desafios que a Região enfrenta hoje ao nível da saúde e que também condicionam o setor turístico.

Não sabemos ainda quanto tempo vai demorar a recuperar a capacidade instalada do HDES, a principal unidade de saúde da Região, mas é inevitável, pelo menos a curto prazo, alguns impactos no Turismo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Que impactos são esses?

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Planear o Turismo que queremos no futuro, implica afirmar a nossa Região como um destino turístico para **todo o ano**, seguro, diferenciado pelo acolhimento aos turistas e visitantes, pela autenticidade e diversidade, pela qualidade das experiências, em particular de natureza, e pelo compromisso com a **sustentabilidade económica social e ambiental**.

Há que apostar na dinamização, na inovação, na consolidação das nossas áreas de intervenção e na conquista de novas e mais concretizações no turismo, na cultura e na **mobilidade aérea**.

Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados, o histórico da execução das verbas em 2023 e a ausência de um adequado planeamento estratégico retira crédito ao Governo e aos documentos que hoje apresenta, pois não passa de compromissos sem credibilidade e deixa-nos reféns de uma incerteza e instabilidade perante o futuro.

O Governo da coligação, ao fim de 4 orçamentos, continua a demonstrar inaptidão em executar o que promete para a promoção turística.

O facto de termos recuperado de uma pandemia ajudou a permitir taxas de crescimento relevantes nos últimos 3 anos, mas a verdade é que volvido o período de euforia pós pandémico e com a retoma dos mercados internacionais e redução da Ryanair, começa-se já a sentir uma enorme preocupação com a atração e promoção dos destinos concorrenciais.

Neste particular, é com apreensão que observamos a fraca execução do investimento na promoção e desenvolvimento turístico, praticamente metade do prometido e aprovado neste Parlamento.

A Sra. Secretária já mencionou em diversas ocasiões que o conflito em Israel, a guerra na Ucrânia, a pressão inflacionista e a crise energética são argumentos suficientes para o reforço de investimento no setor do turismo.

Concordamos plenamente consigo, apenas lamentamos que os documentos não traduzam esta preocupação e ambição e continuem a desvalorizar o tão necessário ordenamento turístico da nossa Região, numa visão a medio longo prazo, que concilie os interesses dos residentes, dos investidores e dos profissionais do setor.

Sendo a Visit Azores um instrumento de apoio à implementação das políticas do Governo para o setor do turismo, nomeadamente ao nível da promoção, como já referi, questiona-se o que tem esta entidade planeado para 2024 e porque é que ainda não decorre o estudo sobre o impacto do setor do turismo na nossa Região?

Foi referido há uns tempos pela Sra. Secretária que a Visit Azores estava a desencadear uma série de iniciativas, *press trips*, *fun trips*, *escapadinhas*, que inclusive não foram muito bem aceites por algumas das ilhas e empresários, perguntamos se será isto suficiente?

Onde está a aposta em apoiar atividades na época baixa, sob forma de mitigar a sazonalidade?

Há vários eventos e iniciativas que poderiam ajudar a atenuar a sazonalidade, mas que lamentavelmente não contam com o apoio deste Governo. É do conhecimento público que alguns eventos de grande dimensão poderiam decorrer na nossa Região em época baixa, mas não mereceram apoio por parte deste Governo.

É assim que pretendem promover o crescimento deste setor?

É assim que pretendem mitigar a sazonalidade e distribuir os fluxos turísticos por todas as ilhas do arquipélago e não apenas concentrados em 5 meses do ano?

Queremos mais atenção e apoio para com este setor, demonstração de ações que reflitam um espírito empreendedor e inovador e foco na definição da estratégia futura pretendida.

A contínua falta de manutenção dos trilhos pedestres, a situação incerta da Ryanair, a instabilidade na SATA...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Já agora, as alterações climáticas.

A Oradora: ... na Portos dos Açores, a ausência de um POTRAA de futuro, a desvalorização e falta de investimento na qualificação dos recursos humanos do setor turístico, as trapalhadas nos concursos públicos, a crescente redução nos incentivos à promoção, animação turística e ações de dinamização do turismo, representam sinais dúbios e turvos do que será o próximo Inverno IATA nos Açores.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Porque é que não diz do último?

A Oradora: Este é o momento de agir e planear o futuro do Turismo na nossa Região.

A manter-se este caminho, Sras. e Srs. Deputados, e passada a conjuntura favorável, tão hoje referida com números robustos aqui apresentados, avizinham-se tempos ainda mais difíceis e de retrocesso na progressão do setor do turismo na nossa Região.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Os Velhos do Restelo já falavam assim!

A Oradora: É por isso que já o dissemos e reafirmamos:

Este Plano e Orçamento não serve os açorianos do ponto de vista turístico e da formação porque: não promove a qualificação e dinamização do setor, não assegura, acima de tudo, a mitigação da sazonalidade e não reforça a sustentabilidade do nosso destino.

Não servia em novembro.

Não serve agora!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Deputado Ruben Cabral tem a palavra.

(*) Deputado Ruben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Qual estupefação a minha quando num setor com tanto sucesso, vê-se uma intervenção com tanta crítica.

Vem-se falar novamente do POTRAA e da Ryanair e todas essas situações que me fazem lembrar aquela fábula de *qual elefante a saltitar de nenúfar em nenúfar*, tal é a herança que vem do Partido Socialista nessa matéria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem será o elefante?

O Orador: Quando se fala da inovação em turismo é preciso não esquecer que

a Sra. Secretária Regional até falou, e fala, porque está no programa do Governo e está no orçamento, termos como a *digitalização dos dados da informação*.

Tudo isto não deixa de ser uma forma de estarmos a falar do futuro e de inovação.

É uma forma moderna e rebuscada de gerir o turismo.

É uma forma de termos mais e melhor qualificada informação, de termos mais qualificação de oferta, de termos uma linguagem global e até uma maior eficácia e maior eficiência na gestão do turismo dos Açores.

Ainda sobre o POTRAA, não percebo porque é que se está a tentar fazer gastar tempo ao Governo com perguntas que já foram respondidas mais do que uma vez, inclusive na Comissão de Economia quando da audição deste assunto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: O POTRAA está a ser construído, é um processo que deve seguir e deve ter sequência e consequência do PEMTA que é o verdadeiro plano estratégico para o turismo dos Açores.

Nós não queremos que o novo POTRAA fique desatualizado poucos meses depois, como aconteceu com o POTRAA que o Partido Socialista fez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor lembra-se que foi apresentado aqui na Assembleia?

O Orador: Felizmente, o Governo mudou e sabemos que há agora mais rigor. Sabemos que há agora mais critério e planeamento. E há tudo isto, porque este Governo tem capacidade para isso e não está focado em gerir o insucesso do POTRAA anterior, mas sim está focado em gerir o novo e futuro POTRAA, que tem que ser condizente com a necessidade de gerir o sucesso do turismo dos Açores.

Em relação ao VISIT AZORES, promoção do destino surge nos mercados emissores, bom, a VISIT AZORES, tanto quanto eu sei, tem o seu próprio

conselho de administração, por isso é mais ou menos lógico que até gira a sua atividade de acordo com o PEMTA, o tal plano estratégico para o turismo dos Açores. E, portanto, é uma gestão alinhada com o Governo Regional dos Açores.

É preciso não esquecer que a VISIT AZORES promove o destino Açores nos mercados emissores, aqueles que são efetivamente identificados como prioritários no PEMTA. Sim, e ao contrário do que diz o Partido Socialista, A Chéquia e a Eslovénia estão no PEMTA como mercados emissores prioritários para Açores. Está lá na página 168 deste documento. Obviamente que não tem o mesmo nível de prioridade que tem um mercado emissor como os Estados Unidos ou a Alemanha. Mas é claro que nós queremos também esses mercados emissores, até porque quando se fala em sazonalidade, esta é também uma forma de mitigar a sazonalidade, ou seja, a diversificação dos mercados emissores, é também uma forma de reduzirmos o risco e a dependência do destino Açores a favor de um ou dois, ou muito poucos, mercados emissores. Quanto mais mercados emissores, menos risco, menos dependência e é uma forma muito mais sustentável de gerir o destino Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Falou-se de segurança dos trilhos e da manutenção dos trilhos pedestres, obviamente não há controlo sobre o clima, é a uma situação completamente imprevisível. Esta imprevisibilidade é tão natural quanto a lei da natureza. E é isso mesmo que deve ser garantido no nosso destino: natureza o mais intacta possível, mas com segurança.

É por isso que mais do que criticar deve-se elevar. E isso foi respondido no requerimento que o Partido Socialista fez o Governo Regional sobre esse

assunto. Portanto, deve-se elevar a capacidade que o Governo tem tido de fazer manutenção ao longo dos quase 1000 quilómetros de trilhos em toda a Região. E aqui faço até um paralelismo quando os Açores vencem o prémio de Melhor Destino de Aventura da Europa e do Mundo, chamando a atenção para um pormenor, é que a votação para este prémio não foi feita por social-democratas ou pessoas que até podem ser suspeitas a este Governo. Essa votação foi feita através de milhares de profissionais do turismo espalhados por todo o mundo. São esses que vivem do turismo, são esses que vivem o turismo, são esses que fazem a diferença, são esses que sentem a qualidade do nosso destino e validam a qualidade da gestão turística deste Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas também deve-se elevar a valorização do destino enquanto produto turístico. Isso deve ser conseguido também através da criação de novas atratividades, como por exemplo, a *Grande Rota do Nordeste*, que é uma forma estratégica de gerir os fluxos turísticos no destino e garantir mais atratividade ao nosso destino.

Sobre a Ryanair, eu relembro que só podemos discutir a Ryanair neste Parlamento, porque foi um governo social-democrata na República que possibilitou a liberalização do espaço aéreo.

Deputado José Leal (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Naquele momento, o Partido Socialista entendia que este modelo

não servia os Açores, era contra este modelo e chegou mesmo a dizer que – e passo a citar - “alcandorar as acessibilidades aéreas, a varinha mágica para a resolução dos desafios com que o turismo dos Açores se vê confrontado, é um mau serviço que se presta a este setor, porque é uma afirmação que engana quem ouve, para além de revelar o engano em quem labora, de quem a profere”. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não foi o Presidente do PSD que disse isso.

Não foi o Presidente do CDS que disse isso.

Não foi o Presidente do PPM que disse isso, nem do CHEGA, tão pouco da Iniciativa Liberal, nem do PAN ou Bloco de Esquerda. Foi o Presidente do Partido Socialista que disse isso, o mesmo partido que hoje em dia inunda a opinião pública com críticas falaciosas em época baixa, quando no seu tempo tinha os operadores turísticos a reclamar em época alta!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este partido que chegou a dizer que a Ryanair saiu dos Açores.

Sabem quem é que saiu, Srs. Deputados?

Saiu a EasyJet, saiu a Delta Airlines, todas no tempo em que o Partido Socialista era Governo.

Deputada Délia Melo (PSD): Bem lembrado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E isso tem piada?!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E naquela altura até foi dito que a saída da EasyJet deveria ser vista

como uma *normalidade* no quadro do espaço aéreo liberalizado na Região.

Relembro que a Ryanair reduziu a sua operação, mas não terminou. E reduziu, porque este Governo da Coligação fez os esforços necessários para manter a companhia a operar nos Açores, fazendo até jus às primeiras palavras do hino dos Açores quando diz que deram *frutos, a fé e a firmeza*. Sim, porque depois do Partido Socialista nos ter deixado com apenas uma única companhia *low cost*, a que hoje defendem com unhas e dentes, foi necessária **muita firmeza** para defender os interesses dos Açores e este Governo Regional negociou um acordo com a Ryanair por 2 anos, ao contrário do que acontecia anteriormente que era apenas de 1 ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais ou menos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por fim, **firmeza** para garantir que os Açores têm um modelo de desenvolvimento para o turismo através de uma mobilidade e conectividade que nunca houve no nosso destino.

Deputado João Vasco Costa (PS): Falso!

O Orador: E hoje os açorianos têm o turismo para explorar, em vez de serem explorados pelo turismo.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa...?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação, Sr. Presidente.
Para solicitar um intervalo regimental de 25 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Eu pedia aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares que se abeirassem da Mesa.

Os trabalhos terminaram às 19h37.

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Ana Paula Lemos.